

# Primavera Vermelha

Revista de debates, reflexão e crítica marxista

No. 2

CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA: R\$ 10



## A NATUREZA DAS REVOLUÇÕES E OS DESAFIOS DA LUTA SOCIALISTA





# Apresentação

**A**presentamos aos leitores mais um número da revista “Primavera Vermelha”. Projeto impulsionado pelo Espaço Socialista, a revista se mantém como um instrumento para reativar o debate teórico na esquerda revolucionária, acolhendo contribuições de outras organizações políticas, inclusive internacionais, e reflexões individuais de nossos militantes, que não necessariamente expressam as posições do conjunto da organização.

Esse projeto é motivado pela percepção de que o debate político no interior da esquerda revolucionária brasileira precisa ir além da divulgação esporádica das resoluções fechadas das diversas organizações, envolvendo de maneira mais ampla e aberta os militantes individuais, ativistas e trabalhadores interessados na luta pela emancipação.

O esforço de retomar o debate teórico e colocar em discussão questões fundamentais da estratégia para a transição a uma sociedade livre da alienação se mostra uma necessidade crucial em uma época como essa em que vivemos. A crise estrutural do capital segue aprofundando-se a cada solavanco das crises periódicas, em que a irracionalidade do sistema do capital e sua dificuldade para retomar a taxa de lucro cobram um preço cada vez maior dos trabalhadores, que derramam seu sangue nas guerras, seu suor nos locais de trabalho e suas lágrimas num cotidiano opressivo que se caracteriza pela falta de sentido.

Ao mesmo tempo, a crise da alternativa socialista se manifesta dramaticamente a cada vez que os trabalhadores reagem, pois as belíssimas mobilizações do proletariado europeu contra a queda do seu padrão de vida e o heróico levante dos povos do Oriente Médio e norte da África, no que foi chamado de “primavera árabe”, encontram sérios limites na ausência de uma consciência socialista, de um programa que avance para a superação do capitalismo e de organismos de luta preparados para a tarefa.

Para contribuir com a superação da crise de alternativa, a revista “Primavera Vermelha”, que se sabe modesta pelo seu tamanho e alcance, busca ser ousada pelo seu conteúdo. Trazemos artigos que abordam questões fundamentais da transição ao socialismo, cuja derrota no século XX ainda deixa a muitos imersos na desorientação, da qual precisamos sair o quanto antes.

O texto *Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos Estados “socialistas”*, resgata o método marxista para restabelecer os critérios que permitem definir o caráter de classe de uma determinada forma de Estado. A partir daí, mostra como é impossível conceber uma revolução socialista em que algum outro sujeito social (a burocracia stalinista, maoísta, castrista, etc.) substitua a classe trabalhadora na superação do capitalismo e na construção da nova sociedade emancipada.

Essa compreensão é o ponto de partida vital para que se possa proceder a crítica e a superação de processos

contemporâneos que reivindicam para si o nome do socialismo.

O texto *Cuba diante de uma encruzilhada*, em base ao texto anterior, visa fazer um balanço do processo revolucionário cubano, discutir o papel do castrismo e também caracterizar a revolução como anti-capitalista e o Estado como burocrático, negando-lhe qualquer caráter operário (ainda que deformado).

Esses dois textos são de autoria de Roberto Ramirez, militante da corrente Socialismo ou Barbárie. O fato de estarmos publicando-os não significa que tenhamos qualquer vínculo orgânico com a corrente.

O texto “Sobre o centralismo democrático” busca mostrar como, na tradição do marxismo revolucionário, cuja materialização mais bem acabada foi o partido bolchevique, o centralismo democrático não era uma medida meramente administrativa sobre maiorias e minorias. Mais do que isso, era um produto da compreensão comum em torno dos objetivos fundamentais da luta, da confiança que se criava entre os militantes na atuação e do ambiente de debate fértil e aberto em que se formavam os autênticos revolucionários marxistas.

Finalmente, o texto “A luta pela cultura e a cultura pela luta” busca lembrar que o objetivo da revolução não é apenas a tomada do poder político para a obtenção de melhorias materiais (econômicas), mas a emancipação humana, o que exige repensar e reconstruir as relações humanas em todas as suas dimensões.

Fazemos pois o convite aos leitores para que se somem a esse debate e também à ação, pois a continuidade da existência do sistema do capital é sinônimo de continuidade da alienação e da barbárie. Contra o longo e tenebroso inverno da sociedade de classes, a humanidade precisa emergir em uma nova primavera, e terá que ser vermelha!

## Expediente

*Primavera Vermelha* é uma publicação de opinião e debates, impulsionada pelo **Espaço Socialista**. Os artigos assinados, quando não há indicação em contrário, refletem a opinião dos autores. Desde que citada a fonte, todos os artigos podem ser reproduzidos sem qualquer restrição.

Contato: [espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)

Tradução e revisão

*Sobre a natureza das Revoluções do pós-guerra e dos Estados Socialistas*. Tradução: Thiago Calheiros. Revisão: Iraci Lacerda

*Cuba diante de uma encruzilhada*. Tradução: Graciela Puricelli. Revisão: Iraci Lacerda

Textos dos números anteriores podem ser encontrados em [www.espacosocialista.org](http://www.espacosocialista.org)

# Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos Estados “socialistas”

Roberto Ramírez

O curso da Revolução Cubana nos remete a questões teórico-políticas mais amplas, que se relacionam com o balanço das revoluções do século XX. Por exemplo, o caráter social dos Estados ditos “socialistas” e, especialmente, a natureza das revoluções de pós-guerra que expropriaram o capitalismo (como China e de Cuba).

Isso se relaciona, por sua vez, com outro tema teórico e de avaliação histórica, mas também de imensa importância prática, porque se relaciona com a estratégia para o relançamento da luta pelo socialismo no século XXI: em que medida outros sujeitos sociais e políticos podem *substituir* a classe operária e trabalhadora na revolução socialista? Até onde isso é possível?

O problema do “substituísmo” se colocou com toda a sua força ante a realidade de processos tais como China e, em seguida, de Cuba, processos nos quais *o proletariado não era, social ou politicamente, o sujeito de revoluções que expropriavam o capitalismo* e que, ademais, se reivindicavam socialistas. Isso parecia desmentir a concepção originária de Marx que estabelecia *relações unívocas entre classe trabalhadora, revolução dos trabalhadores, ditadura do proletariado e socialismo*<sup>1</sup>.

Em maior ou menor medida e de formas diversas, *grande parte do trotskismo do pós-guerra deu respostas “substituísmas”* aos impasses teóricos. Respostas que, por sua vez, implicavam uma revisão franca e honesta – como a de Nahuel Moreno – ou hipócrita – como a de Ernest Mandel – *da teoria da revolução permanente* de Trotsky, que, seguindo o marxismo clássico, *colocava o centro de gravidade nos sujeitos sociais e políticos*. É que as teorias substituísmas, para explicar por que os sujeitos sociais e políticos não proletários faziam revoluções socialistas, encontravam a resposta não antes de tudo nos sujeitos, mas sim em uma sobredeterminação dos fatores “objetivos”: crises econômica e política, ataques do imperialismo e das burguesias, pressão irrefreável das massas, etc. “que não permitiam outro caminho senão a revolução socialista”.

Uma operação teórica semelhante se aplicou aos Estados onde o capitalismo havia sido expropriado. Ainda que nesses a classe trabalhadora como *sujeito* social e político – como a “classe para si”, de que falava Trotsky – *pouco ou nada teve a ver com a conformação e condução* desses processos, a maioria das correntes os declararam “Estados operários”, cujo conteúdo social era a *ditadura do proletariado*, mas sob uma *forma* ou *regime* burocrático. A expropriação da burguesia era suficiente para dar o caráter operário ao Estado... mesmo que a classe trabalhadora não tivesse desempenhado papel algum nele como classe para si.

## UMA PERGUNTA INCÔMODA QUE MUITOS PREFEREM NÃO ENFRENTAR

Quanto aos “Estados operários” sem operários que chegaram ao século XX, há uma questão incômoda para a maioria das correntes que reivindicam o marxismo revolucionário: *Como se retornou ao capitalismo sem que houvesse contra-revoluções sangrentas, guerras civis ou invasões imperialistas* que destruíssem esses “Estados operários”; sem que retirassem da classe trabalhadora (supostamente a classe *dominante*) a propriedade dos meios de produção e, em geral, o domínio da sociedade?

Isso, insistimos, teria ocorrido *sem resistências significativas da classe trabalhadora*. Os trabalhadores de Estados burgueses do ocidente teriam resistido mais as privatizações de empresas públicas que as classes trabalhadoras da URSS, do Leste e da China à restauração do capitalismo. Não fizeram grande coisa para defender a propriedade nacionalizada (para não falar do suposto “Estado operário” em seu conjunto e de sua “ditadura do proletariado”)<sup>2</sup>.

É verdade que, excepcionalmente, em Cuba, não podemos, todavia, falar de pleno retorno ao capitalismo. Mas a questão também se aplica porque é evidente que, com muito mais demora, hoje o curso também aponta perigosamente para o sentido restauracionista.

Surpreendentemente, *quase todas as correntes trotskistas varreram para debaixo do tapete esse problema transcendental* ou se limitaram a análises superficiais para se esquivar do problema. Isso tem acontecido não apenas em correntes que se caracterizam por seu baixo nível teórico, como PSTU-LIT ou aqueles agrupados na UIT antes de se separarem. Também tem ocorrido, dentre outras, como no mandelismo europeu, que exibe uma infinidade de quadros intelectuais de primeiro nível. Em nossa região, é o caso do PTS-FT que, embora dedique alguns esforços à elaboração política, o faz a partir de uma matriz teórica em geral rígida e conservadora. Essa corrente tem se caracterizado *por não ter sensibilidade alguma* na abordagem de enfrentar o debate e as reflexões reais sobre as experiências anticapitalistas do século passado.

Voltando a atenção ao mandelismo, é inconcebível que nunca se tenha “passado a limpo” e confrontado os fatos e as teorias construídas por Ernest Mandel sobre os Estados operários “e suas burocracias, cujo último grande trabalho – um livro de 400 páginas dedicado à situação da URSS – iniciava com a tese de que era “*inconcebível*” e “*ridículo*” pensar que Gorbachov ou a burocracia soviética como um todo desejava restaurar o capitalismo, vez que isso *seria contra a sua natureza e os interesses e equivaleria a “realizar um hara-keiri*”<sup>3</sup>. Meses

depois, a União Soviética e quase todos os “Estados operários” desapareciam na noite da história. Nessa corrente, realizaram-se muitas especulações sobre o evento, tingidas todas de um pessimismo insondável, utilizado, ele mesmo, como justificação “teórica” das piores capitulações oportunistas. Porém, jamais se ouviu falar sobre uma *reflexão autocrítica* que tenha posto em questão a teorização sobre os “Estados Operários” que, durante décadas, presidiu a Quarta Internacional liderada por Ernest Mandel.

Cabe insistir sobre isso porque se trata realmente de um problema *generalizado*. O *morenismo* (ou melhor, as correntes que resultaram de sua implosão, contemporânea com a da URSS) não fez muito melhor do que seu velho adversário mandelista. Outra grande corrente do trotskismo, liderada pelo SWP da Grã-Bretanha, devota que é da teoria do “capitalismo de Estado” de Tony Cliff, entendeu que a questão deveria ser guiada de outra maneira: A URSS fora sempre capitalista e, agora, tratava-se apenas de uma privatização de empresas estatais.

No entanto, é uma questão fundamental a questão de como, *sem maior resistência da classe trabalhadora, voltou-se para o capitalismo sem o intermédio de uma contra-revolução sangrenta e/ou uma guerra civil que destruiu o “Estado operário”*. Como se retirou da classe trabalhadora (a classe supostamente dominante) a propriedade dos meios de produção?

Seria o primeiro caso na história em que uma “classe dominante” permitia a retirada de seu poder desta maneira, *sem resistência alguma*. E esse processo teria, evidentemente, raízes profundas, porque (sob formas distintas) se desenvolveu tanto em países onde houve *uma queda dos regimes stalinistas* (ex-URSS e Leste) quanto em países onde *o regime se manteve* (China, Vietnã)<sup>4</sup>.

Hoje, em relação à Cuba, esse grande problema teórico-político adquire enorme importância prática, dadas as fortes pressões restauracionistas que aí existem.<sup>5</sup>

Depois desses eventos grandiosos, falar de “Estado operário” nos coloca diante de um grave problema conceitual e teórico. “Estado operário” só pode significar que os trabalhadores são a classe dominante desse Estado (mesmo sob o controle mais ou menos usurpador de uma burocracia). Ou seja, uma *ditadura do proletariado*, para usar o conceito de Marx (que nunca falou de “Estado operário”). E se, excepcionalmente, sendo os trabalhadores a classe dominante, deixaram-se *expropriar dessa forma, com uma facilidade tão escandalosa, o poder e a propriedade*, ter-se-ia de concluir que o marxismo *se equivocou no que diz respeito à possibilidade de o proletariado ser a classe que, quando liberta, pode libertar todos os oprimidos e explorados, pôr fim*

ao capitalismo e, acima de tudo, *liderar a construção de uma nova sociedade sem exploradores e explorados*, o socialismo.

Insistimos nesse ponto: defender “Estado operário” depois do que aconteceu na ex-URSS e no Leste (e também, de outro modo, na China) significa de modo implícito *atestar radicalmente a incapacidade do proletariado para realizar essa tarefa histórica*. Por isso, surpreende ver tantos marxistas e trotskistas ainda falando tranquilamente dos (extintos) “Estados operários” sem serem capazes de somar dois mais dois<sup>6</sup>.

Essa cegueira “ortodoxa” simplesmente joga junto ao grupo de charlatões que desde a queda do “Muro de Berlim” decretou o desaparecimento da classe trabalhadora e/ou decretou a incapacidade desta para estabelecer seu próprio domínio. Mas isso, ao mesmo tempo, exige *adequar a teoria aos novos fatos históricos e experiências da luta de classes* sejam revolucionárias ou contra-revolucionárias. Isso é o que o marxismo faz desde suas origens (é isso que, em certo sentido, deve-se retomar). Por isso, é conveniente recordar *como também foi mudando*, com relação à experiência histórica dessas realidades e com a luta de classes, a mesma teoria do Estado.

#### ALGUNS FANTASMAS DA TEORIA MARXISTA DO ESTADO

Marx não desenvolveu uma teoria do Estado tão amplamente como fez com a teoria do valor e da mais-valia. Isso não significa, é claro, que não produziu *elaborações fundamentais* que possibilitem aos marxistas uma base sólida de compreensão teórica do Estado, ou seja, das instituições políticas que permitem a um setor (minoritário) da sociedade dominar e explorar o restante.

Mas, ao mesmo tempo, o caráter fragmentário do legado de Marx nessa área deixou grandes lacunas e problemas pendentes, especialmente porque tais elaborações se debruçavam sobre um tipo concreto de sociedade, de Estado e até mesmo de situação política (como por exemplo, o Golpe de Estado de Napoleão III). Isso apresenta dificuldades para sua generalização.

Assim, não são exatamente as mesmas considerações teóricas sobre o Estado (nem a característica fundamental que Marx destacava) no *O 18 de Brumário* (um aparato burocrático que se coloca acima da sociedade, bonapartismo, etc.), nos *Escritos Sobre a “Sociedade Asiática”* (um Estado com um estrato burocrático que explora uma sociedade sem “classes” no sentido estrito), ou as de Engels na *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (o Estado como instrumento político de uma classe

dominante, mesmo com exceções a essa regra, como o absolutismo ou o bonapartismo).

Para complicar as coisas ainda mais, um conceito *central* na teoria do Estado, a *definição de classe social*, nunca foi desenvolvido por Marx. O maior teórico da luta de classes *jamaís formulou uma definição universal do que é uma classe social*. Pelo menos, uma definição que seja válida não só para o capitalismo – onde a coisa está um pouco mais clara – mas para todas as formações sócio-econômicas em que prevalece a exploração do homem pelo homem e, portanto, existe o Estado. Em princípio, podemos tomar como referência o lugar das classes nas relações de produção; entretanto, na verdade, isso só é relativamente preciso no capitalismo.

É no terceiro tomo de *O Capital*, que Marx dá, de passagem, a definição mais “global”, mais geral de Estado (definição que, ademais, chama a atenção porque não utiliza a palavra “classe”). Com ela, Marx pretendia abarcar “*toda forma específica de Estado*”. É uma definição que convém *levar muito em conta* também para o problema dos Estados que surgiram das revoluções do século XX: “*A forma específica na qual trabalho excedente não pago é extraído dos produtores imediatos determina a relação de dependência entre senhores e não-senhores, tal como se depreende da própria produção, e que, por sua vez, retroage sobre ela. É também a base sobre a qual repousa toda a estrutura da comunidade econômica e as condições mesmas de produção, e, portanto, ao mesmo tempo, a forma política específica.*”

E mais adiante diria: “É sempre nesta relação que encontramos o segredo íntimo, o fundamento oculto de todo o edifício social, e, portanto, também a *forma política, revestida pela relação de soberania e dependência*; em uma palavra, de *toda forma específica de Estado*” (grifo nosso).

Recordemos, finalmente, que, nem para Marx nem para Engels, o Estado deveria ser necessária e diretamente o Estado exclusivo e/ou direto de uma classe “proprietária” (no sentido, por exemplo, da sociedade escravista antiga ou a atual, capitalista). Marx já havia analisado o fenômeno das sociedades chamadas “asiáticas”. Por sua vez, Engels dizia que “por exceção, há períodos em que as classes em luta estão tão equilibradas que *o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea* em relação a uma e outra classe”<sup>7</sup>.

A abertura, no século XX, de uma “época de guerras e revoluções” trouxe à tona a necessidade de reformular e ao mesmo tempo restaurar a teoria do Estado em sua essência revolucionária, já que no interior da Segunda Internacional eram difundidas interpretações *reformistas*. Havia sido “esquecida”, entre outras coisas, a necessidade da destruição revolucionária do Estado burguês e da constituição de outro Estado: “ou seja, o proletariado organizado como classe dominante”. Essa tarefa, para a qual atenta Lênin em *O Estado e a Revolução*, define o Estado proletário numa forma essencialmente *político-social*: não será um Estado de burocratas, mas um Estado *dos operários*

*armados...* um Estado realmente democrático: *o Estado dos deputados operários e soldados*” (grifo de Lênin).

Anos mais tarde, Lênin deverá corrigir isso parcialmente, ao afirmar que não existia simplesmente um “Estado Operário”, mas que a realidade da URSS havia produzido um “Estado operário com deformações burocráticas”.

### AS CONCEPÇÕES NA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

No início dos anos 30, era evidente que essa caracterização da União Soviética já era ultrapassada. A URSS já não era o “estado democrático de operários armados” e o câncer das “deformações burocráticas” já tomava todo o Estado. Então, na Oposição de Esquerda foram construídas *duas* definições.

Cristian Rakovsky, que em muitos aspectos havia se adiantado a Trotsky na análise do fenômeno da burocracia<sup>8</sup>, sustentava que “de um Estado Operário com Deformações Burocráticas – como Lênin definira a forma política do nosso estado – estamos caminhando para um *Estado Burocrático com Restos Proletários Comunistas*”<sup>9</sup>.

Com esta definição, Rakovsky seguira os caminhos clássicos definição político-social do Estado. Isto é, levar em consideração essencialmente “a relação de dependência entre senhores e não-senhores”, que, por sua vez, baseia-se na “forma específica na qual o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores imediatos”.

Mais tarde, Trotsky construirá definição diferente, mas, em certos aspectos, não *absolutamente* contraditória a de Rakovsky, a de “Estado Operário Degenerado”.

Assim, na década de 30, desenvolve-se o trabalho teórico de Trotsky a respeito deste curso inesperado de degeneração burocrática do primeiro Estado da história originado de uma revolução dos trabalhadores. Sua obra teórica é monumental, considerando que não só se tratava de um fenômeno *inesperado*, mas de algo *absolutamente novo*, “*sem precedentes*” nas experiências anteriores de luta de classes e eventos históricos. Mas isso dá a todos a sua obra – desde *A Revolução Traída* até as dezenas de trabalhos menores, porém não menos importantes – *uma característica que muitas vezes não é levada em conta: obrigatória e inevitavelmente tal obra apresenta hipóteses e elementos contraditórios*. Além disso, apresenta, sobretudo, análises e prognósticos alternativos<sup>10</sup>.

Consciente disso, Trotsky em *A Revolução Traída* assinalava que “os acadêmicos não estarão, naturalmente, satisfeitos com essa definição tão ampla [do caráter social da URSS]. Eles gostariam de fórmulas categóricas: sim e sim; não e não. As questões de sociologia seriam muito mais simples se os fenômenos sociais sempre tivessem contornos precisos. Mas nada é mais perigoso que eliminar, em busca de precisão lógica, os elementos que desde já se opõem a nossos esquemas e que, eles mesmos, podem nos fazer abandonar nossas concepções no futuro. *Em nossa análise, tememos, acima de tudo, violentar o dinamismo de uma formação social que não tem precedente e não conhece analogias*” (grifo nosso). Devemos dedicar muita atenção nesse ponto de



vista metodológico, porque às vezes se esquecem que *hoje já vimos o “final do filme”* dos “Estados operários burocráticos”. Trotsky só pôde assistir aos primeiros minutos. Nós, sim, temos precedentes!

Mas retornemos à análise de Trotsky sobre a URSS. Dado que a classe trabalhadora soviética não só tinha sido destituída de qualquer poder real, mas que também, sob o terror stalinista, submetia-se a uma dominação política e a um regime de trabalho brutais, Trotsky foi forçado a realizar uma reformulação da teoria clássica de Marx (e, por conseguinte, de Lênin). Ele argumenta que, apesar de sua degeneração, o Estado soviético ainda pode ser definido como “operário” desde que conserve “as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro”; enquanto “não liquidadas, o proletariado continua sendo a classe dominante” (L. Trotsky, “*A Natureza de classe do Estado soviético*”).

Na verdade, essa mudança radical no “centro de gravidade” da teoria marxista do Estado esconde *dois problemas (e perigos)*:

1) tende a uma “petição de princípio”: que a propriedade estatal dos meios de produção (que implicava a ausência de capitalistas privados) fosse por si “operária” (ou que, pelo menos, continuava a dar um caráter proletário do Estado);

2) Porém, esta operação teórica abria também as portas para uma complicação mais profunda e mais complexa. Para o marxismo, as *relações de propriedade* não constituem a *estrutura* de uma sociedade (*relações de produção*), mas são apenas a sua “*expressão jurídica*”; em outras palavras, as *relações de propriedade* são na verdade parte da “*superestrutura jurídica e política*” da sociedade (K. Marx, *Préface à contribuição à crítica da economia política*).

Essa “expressão jurídica” não é uma relação direta, mas dialeticamente *mediada* através das instituições do Estado, das leis e até mesmo dos “costumes”. No decorrer da história, entre as *relações de produção* e as *relações de propriedade* têm lugar todas as variações do desenvolvimento desigual e combinado e suas respectivas mediações.

O Marxismo vulgar, especialmente o de DNA stalinista e/ou economicista, frequentemente dá por resolvido que só existem ou existiram *duas* situações possíveis em relação aos bens em geral e aos meios de produção em particular: a *propriedade absoluta* e seu reverso, a *não-propriedade* também absoluta.

Mas, na verdade, isso tem sido *excepcional* na história. Só houve nas formações sociais escravistas (Grécia clássica e Roma) e especialmente nas formações capitalistas modernas. No resto, tem prevalecido *toda a sorte de combinações*, de formas “*intermediárias*”, complexas e por vezes ambíguas, de *posse e usufruto*, ou, inclusive, de propriedade “*compartilhada*” (sobre um mesmo bem, pessoas diferentes têm direitos diferentes; por exemplo, no feudalismo, em uma floresta, o senhor poderia

ter direitos de caça exclusivos, e os servos, os de coletar a lenha disposta no solo desde que não realizassem o corte de árvores, etc.). Ademais, estas formas podem estar legisladas explicitamente ou não. Nos períodos de transição, isso normalmente se combina com *defasagens* importantes – “atrasos” ou “avanços” relativos – entre a *estrutura* (relações de produção) e sua “*expressão jurídica*” (relações de propriedade)<sup>11</sup>.

Trotsky, ao direcionar o foco da definição de “Estado Operário Degenerado” para “*as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro*”, estava girando em torno – como referido acima – de uma relação jurídica, ou seja, superestrutural. Isso significa deslocar a uma região de penumbra uma questão fundamental: *as relações de produção* que compõem a *estrutura* socioeconômica da União Soviética<sup>12</sup>.

Isso nos remete ao problema mais amplo e crucial das *relações de produção na transição do capitalismo ao socialismo*. Considerando que em um Estado *efetivamente* operário impera a democracia socialista e que nele a classe trabalhadora é a única a *realmente* exercer o poder sem que seja substituída por uma burocracia que busca governar em nome dos trabalhadores, podemos ir agora direto ao ponto: as *relações de produção* de um Estado verdadeiramente operário são essencialmente as mesmas de um “Estado operário degenerado”?

Veremos mais adiante que, sobre esta questão crucial, Trotsky não responde de modo muito claro, dando-nos formulações *parcialmente contraditórias*.

Além disso, naquela época, Trotsky provavelmente estava certo politicamente, mesmo tendo “forçado” desproporcionalmente as determinações clássicas da teoria marxista do Estado. Como esclareceu mais tarde, “a definição da URSS como um Estado Operário” não é empregada como “uma categoria lógica, ou mesmo ética”, mas “como uma categoria *histórica* que *atingiu as margens de sua própria negação*” (grifo nosso)<sup>13</sup>.



Exército Vermelho em ação na II Guerra: Para os trotskistas as expropriações e o fim da propriedade privada em alguns países foi suficiente para transformar esses países em Estado Operário, ainda que degenerado.

Mas Trotsky não queria cruzar tais limites, por razões políticas compreensíveis. Não queria descartar a possibilidade de que “um evento histórico importante, uma mudança de situação na URSS” poderia levar à “queda da burocracia stalinista”. Ele sabia que este grande evento histórico – a Segunda Guerra Mundial – estava prestes a estourar: era essa prova objetiva da luta de classes o que decidiria em definitivo<sup>14</sup>. Assim, em *A Revolução Traída* conclui que, em última análise, “o problema do caráter social da URSS ainda não foi resolvido pela história.”

Todavia, a guerra não terminou com a “queda da burocracia stalinista” e com a regeneração operária da URSS. Pelo contrário, foi no pós-guerra que a burocracia atingiu o auge de seu poder geopolítico e de sua influência sobre o movimento operário e sobre a esquerda mundial, graças a ter encabeçado, juntamente com as “democracias ocidentais” a guerra contra o nazi-fascismo. Por outro lado, os trotskistas saíram como minoria marginal que laboriosamente remava contra a corrente.

A guerra mundial teve resultados muito diferentes da alternativa imaginada por Trotsky. Essa alternativa foi colocada em termos absolutos que não vingaram: *contra-revolução fascista* (com a liquidação da URSS, incluindo sua burocracia) ou revolução operária e socialista, com a conseqüente regeneração do Estado soviético e a derrubada da burocracia stalinista.

Foi totalmente legítimo Trotsky ter feito essa “aposta na revolução”. Mas os resultados da Segunda Guerra Mundial não foram esses: apresentou-se um “híbrido”, uma combinação não prevista. O Nazi-fascismo não triunfou na Europa, tão pouco a revolução operária e socialista. Surgiram situações revolucionárias (inclusive com elementos de duplo poder) em importantes países europeus, tais como França, Itália e mesmo em algumas regiões da Alemanha. Mas, como sabemos, foram decisivos os pactos entre o imperialismo e a burocracia do Kremlin para contê-los e logo o desarmá-los.

A condição de vencedores do nazi-fascismo permitiu aos stalinistas estabelecer um rígido controle sobre a maioria do movimento operário e de massa europeu (enquanto o resto sucumbiu ao domínio da social-democracia, não menos contra-revolucionária). As tendências instintivas, contudo inorgânicas das massas trabalhadoras para tomar o poder e guiar a revolução socialista colidiu com algo decisivo em situações como essas, os fatores *subjetivos*: consciência, programa, organização política e social da vanguarda e das massas trabalhadoras.

O fato é que o *epicentro* das lutas revolucionárias se deslocou da Europa para a periferia (Ásia, África e América Latina). Europa, ou melhor, o proletariado e o movimento operário na Europa, desde 1848, haviam sido o *epicentro mundial das revoluções* e da luta pelo socialismo em geral. Mas, desde a derrota da revolução espanhola durante a guerra civil de 1936-1939, isso não mais aconteceu até agora. Embora tenha havido lutas importantes, com grande

intervenção operária e com repercussão mundial – a revolução dos Conselhos Operários da Hungria (1956), o Maio francês (1968), a Revolução Portuguesa (1974) e outros processos – o “centro de gravidade” revolucionário no mundo *se mudou para a periferia, com profundas conseqüências no que tange aos sujeitos sociais e políticos envolvidos*.

Essa “transferência” das revoluções no período seguinte à Segunda Guerra Mundial teve o seu mais importante evento geopolítico na China, ainda que a importância da Revolução Cubana também seja enorme. E não é um problema teórico pequeno o de explicar como uma grande revolução comparável à da Rússia (que também se reivindica “socialista”), tenha chegado a ser o que é hoje: a China é a fábrica (capitalista) do mundo e a “locomotiva” do capitalismo mundial.<sup>15</sup>

## EXPROPRIAÇÕES E REVOLUÇÕES APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A expropriação da burguesia nos países da Europa do Leste e a posterior vitória da Revolução Chinesa em 1949 recolocaram aos trotskistas todos os problemas da teoria do Estado.

A maioria se inclinou a “adaptar” a nova situação (realizando uma nova incoerência) ao ponto de vista de Trotsky do início dos anos 30, ao definir o caráter de classe do Estado exclusivamente a partir do primado da propriedade estatal. Só que agora se distinguiu entre “Estado Operário Degenerado” (URSS) e os “Novos Estados Operários Deformados” (Leste Europeu, China, etc.), já burocratizados desde o nascimento<sup>16</sup>. Uma minoria não escolheu soluções teóricas muito superiores, como a do “Coletivismo Burocrático”<sup>17</sup> ou a do “Capitalismo de Estado”, o que é também politicamente perigoso, pois tende a igualar o imperialismo ianque e o “capitalismo de Estado” e/ou “imperialismo”soviético<sup>18</sup>.

Dez anos depois da China, a *Revolução Cubana veio adicionar novas complicações teóricas*, já amplamente consideradas no estudo publicado nesta edição<sup>19</sup>.

A solução do “Estado Operário Deformado”, embora tenha aparecido como uma continuação de Trotsky, na verdade implicava uma *generalização abusiva* que desfigurava seu raciocínio marxista, isto é, histórico-concreta. Com essa “operação teórica”, “Estado operário” deixava de ser uma categoria histórica (como em Trotsky), e transformava-se em uma categoria lógica; ou seja, metafísica<sup>20</sup>. Ou, nas palavras de Marx, em uma categoria “imortal, imutável e imóvel”, deixando de lado qualquer consideração sobre as relações sociais reais em que se inseria... aquelas que geraram a própria categoria<sup>21</sup>.

De acordo com a concepção metafísica ou “lógica”, qualquer Estado que expropriasse e/ou possuísse os meios de produção fundamentais passava a ser automaticamente um “Estado operário” mesmo que nenhum trabalhador, menos ainda a classe trabalhadora como tal, tivesse alguma relação com tal fato. Se houvesse desapropriação,

*instantaneamente* o Estado se transformava em “operário”, desconsiderando *totalmente* o processo de luta de classes que tivera levado a tal ordem; ou seja, deixando de lado os *sujeitos sociais e políticos* que criavam tal situação, bem como o modo de como a faziam. Nas palavras de Marx, abstraía-se das “reais relações [sociais]”, em que se dava<sup>22</sup>. *Quem* expropriava e *como* se expropriava tornaram-se questões relegadas a último plano, quando não desapareciam completamente.

Às expressões “Estado operário” ou “ditadura do proletariado” foram adicionados alguns adjetivos, como “deformado” ou “burocrático”, como se fossem variações de uma mesma família, algo como as panteras ou os gatos domésticos, que são ambos da mesma família zoológica dos felinos. Porém, no âmbito da sociologia e política, essa operação pode ser ainda mais perigosa que confundir um gato com uma pantera.

A generalização conduziu, então, o conceito de “Estado Operário” mesmo naqueles Estados em que a classe trabalhadora tinha pouco a ver com o Estado “de carne e osso” (ainda que às vezes este falasse em nome daquela). Ou seja, a classe trabalhadora pouco tinha a ver com o Estado concreto, *tal como consagrado nas suas instituições* (que eram completamente da burocracia).

### **ESTADO E REGIME POLÍTICO, SUPERESTRUTURA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO**

Resulta do que nós estamos explicando que a grande maioria do trotskismo no pós-guerra generalizou quase até o absoluto duas *hipóteses* de Trotsky. Esta foi uma *extrapolação*, já que essas hipóteses *estavam em contradição* com outros aspectos de sua análise sobre a *terra incógnita*<sup>23</sup>, que foi o primeiro teste de um Estado onde o capitalismo tinha sido expropriado. Acontece que, como já assinalamos, Trotsky não queria excluir qualquer variação possível de “uma formação social que não tinha precedentes”.

As duas hipóteses mencionadas estão estreitamente ligadas entre si. 1) o Estado operário, tal como os Estados burgueses, poderia ter regimes políticos completamente diferentes, a saber: regime burocrático ou de democracia operária. Em outras palavras: nas mesmas bases sociais e estruturais podem ser erguidas superestruturas muito diferentes, como no capitalismo. 2) Que algumas classes e/ ou setores sociais poderiam *substituir* a classe trabalhadora, cumprindo tarefas históricas que corresponderiam ao proletariado.

O *objetivismo* – isto é, o primado do *que* se faz a despeito de *quem* e *como* se faz – foi acompanhado pelo já mencionado substituísmo. Mas, insistimos, essas hipóteses foram extrapolações do pensamento global de Trotsky, convertidas, pois, em *teses*, em afirmações *axiomáticas*.

O raciocínio foi mais ou menos o seguinte: os Estados burgueses mostram como o mesmo Estado pode ter diversos regimes políticos (monárquicos, bonapartistas, democráticos, fascistas etc.). Eles são regimes *muito diferentes* (às vezes até mesmo apóiam-se sobre setores distintos das

classes exploradoras), mas o caráter de classe do Estado é o mesmo: burguês.

Da mesma forma, um Estado operário pode instaurar diferentes regimes políticos. Se se apóia nas camadas burocráticas, será um Estado operário burocrático. Se, no entanto, o regime se apóia na classe operária organizada democraticamente, será um Estado operário de “democracia socialista” (Mandel) ou “revolucionário” (Moreno).

Além disso, o próprio Trotsky fez observar os antecedentes do “substituísmo” em algumas revoluções burguesas. Um dos exemplos que ele mencionou foi o do regime de Bismarck, que completou a tarefa historicamente progressiva de unificar a Alemanha (que a burguesia tinha sido incapaz de concluir) e que se apoiava nos proprietários de terras prussianos de linhagem feudal. Da mesma forma, a situação da luta de classes no pós-guerra fez com que setores sociais não proletários realizassem tarefas que se acreditavam ser reservadas à classe operária.

Seja com um “exagero excessivo”, tal como o de Isaac Deutscher (que chegou a estender isso para o próprio Stalin); seja com um maior ou menor grau de amplitude, segundo as diferentes tradições do trotskismo; *essa concepção “substituísta” tornou-se padrão no pós-guerra*. Porém, a trajetória dos supostos “Estados operários” e os perigos atuais que se levantam frente à Cuba agora nos força a reconsiderar tudo isso.

Em primeiro lugar, *não é possível generalizar* a todas as formações econômico-sociais (e menos ainda para aqueles que expropriaram a burguesia) uma *característica que é quase exclusiva do capitalismo*: a saber, a *separação extrema* entre estrutura e superestrutura, entre as relações de produção e as de dominação política, entre a economia e o Estado, entre o homem como *homo economicus* (comprador ou vendedor no mercado da força de trabalho, que determina a divisão fundamental de classes da sociedade) e a ficção dos “cidadãos iguais” na esfera política. Isto dá ao capitalismo, nessa esfera política, um caráter extremamente “*plástico*” que *não tem nem poderia ter* em outras formações econômico-sociais, *tanto pré-capitalistas como pós-capitalistas*<sup>24</sup>.

É uma *enorme* vantagem de o capitalismo possuir essa *plasticidade política*, a qual permite que o Estado burguês possa ter como “regime político” desde ditaduras fascistas ou regimes militares como o de Pinochet até regimes ao estilo Chávez, passando pelas formas de “democracia” republicana “normal”, pelas monarquias constitucionais (Grã-Bretanha) ou despóticas (Arábia Saudita), pelos regimes semiteocráticos (Irã) etc. Mas o resto das formações sociais não tem semelhante plasticidade. Por exemplo, no feudalismo clássico seria inconcebível semelhante separação entre as funções *superestruturais* político-jurídico-militares do senhor feudal e suas funções *estruturais*, a extração de produto e trabalho excedentes de seus servos<sup>25</sup>.

Insistimos: é uma característica *muito importante e quase única* do capitalismo, que só foi compartilhada (porém de forma qualitativamente mais restrita) por algumas



formações sociais baseadas na escravidão (cidades da Grécia antiga no seu período clássico e, depois, em Roma).

Isso faz com que os capitalistas possam exercer o poder do Estado muito menos diretamente do que as classes ou camadas dominantes de outras formações sociais: fazem-no pela *mediação* de um *pessoal especializado*: as burocracias políticas e militares. Essas são recrutadas principalmente nas ambigualmente chamadas “classes médias”, estendendo-se também a todo o conjunto da sociedade, desde os remanescentes das velhas classes capitalistas (tais como os ridículos monarcas e aristocratas de tantos países europeus) aos dirigentes “proletários” (estilo Lula, por exemplo). Diante das crises, isso permite ao capitalismo não só trocar a “equipe”, mas, ainda mais, mudar de *regime*. Assim, ascendem e caem governos, mudam os regimes e *o capitalismo permanece*. A conturbada história de Cuba até 1959 é um dos muitos testemunhos disso.

Pois bem: pouco ou nada disso pode acontecer uma vez expropriados os capitalistas: Estado, regime e economia deixam de ser (relativamente) “autônomos”. *Extingue-se essa “externalidade” mútua entre produção e Estado, estrutura e superestrutura.*

Como explicou Trotsky, as razões para essa diferença baseiam-se naquilo que *permite ao capitalismo reproduzir-se “automaticamente”*. Mas se se expropria aos capitalistas os principais meios de produção, a coisa deixa de ser “automática”. Extingue-se o automatismo

que garante ao capital sua reprodução e valorização. Alguém deve não só *comandar e administrar* o funcionamento de produção e da economia em geral, mas também cuidar para que as massas trabalhadoras trabalhem com uma *eficiência e produtividade* comparáveis com as do capitalismo<sup>26</sup>.

Que isso seja feito pelo “Estado dos burocratas” (acima e sem qualquer controle ou direito de decisão dos produtores) ou pelo “Estado democrático dos trabalhadores armados” não é uma mera diferença no “sistema político”, localizado nas nuvens das superestruturas. Em outras palavras: não é um regime que poderia ser substituído por outro (como no capitalismo), *enquanto se mantém mais ou menos as mesmas relações de produção*. Pelo contrário, ambas as opções implicam *diferenças radicais no tipo de Estado*, porque tem a ver, mais profundamente, com o que podemos até chamar de diferentes modos de produção na transição (ou algo que, pelo menos, aponta nesse sentido).

Em “A economia soviética em perigo”, um texto de 1932, Trotsky faz um paralelo interessante entre alguns possíveis *modos de produção* que se esboçam após a

expropriação dos capitalistas.

Por um lado, haveria a planificação dos burocratas que pensam possuir uma “*mente universal*” a qual lhes permitiria “traçar *a priori* um plano econômico perfeito e acabado, começando com o número de hectares de trigo e terminando com o último botão dos jalecos” e que do mesmo modo “tão facilmente prescindem da democracia soviética e do controle do mercado”.

Por outro, haveria “uma economia da etapa de transição através da inter-relação desses três elementos: *Planejamento estatal, o mercado e a democracia soviética*” E, desses três “elementos”, Trotsky põe como decisivo a *democracia operária e socialista*, vez que “a luta entre os distintos interesses como fator fundamental da planificação nos conduz ao terreno da política”.

Assim, a política e a democracia socialista (superestrutura) *são partes integrantes e inseparáveis das relações de produção (estrutura) da transição*. E isso também se aplica àquela outra forma de produção: aquela que a burocracia comanda: esta também é sobredeterminada pela dominação

burocrática, *que não pode tolerar a democracia operária*, uma vez que, assim sendo, seria impossível apoderar-se de uma parcela significativa do produto excedente.

Isso, por sua vez, não determina meramente *dois regimes diferentes* (burocrático e revolucionário) do mesmo Estado operário, mas, dado o caráter *social* e não só “*político*” desses Estados, dois tipos

**Todavia, devemos dizer algo mais sobre essa questão fundamental das *relações de produção na transição do capitalismo ao socialismo*. A expropriação da burguesia em um país – seja em vastos territórios como China e Rússia, seja em uma pequena ilha como Cuba – não o emancipa da economia mundial, que permanece capitalista. Ou, dito de outra forma, não o emancipa da lei do valor**

diferentes de Estado<sup>27</sup>.

Todavia, devemos dizer algo mais sobre essa questão fundamental das *relações de produção na transição do capitalismo ao socialismo*. A expropriação da burguesia em um país – seja em vastos territórios como China e Rússia, seja em uma pequena ilha como Cuba – não o emancipa da economia mundial, que permanece capitalista. Ou, dito de outra forma, não o emancipa da lei do valor.

A partir das elaborações de Trotsky - entre elas, a fundamental *unidade da economia mundial* -, Pierre Naville aprofundou a análise das relações de produção em países em que se deu a expropriação do capitalismo. Isso foi desenvolvido principalmente em relação à URSS, mas em termos gerais também é válido para Cuba.

Naville, desenvolvendo um exemplo mencionado por Marx, comparou essas sociedades com uma *cooperativa de trabalho*. Nessa não há patrões, mas o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o fato de que essa cooperativa existe em escala *nacional*, nos marcos da economia capitalista *mundial*, torna-se *impossível superar ou “abolir” o trabalho assalariado*, e, portanto, a mais-valia. Como

forma “transitória” impõe-se, ainda, uma *auto-exploração* (conceito de Marx) ou uma “exploração mútua” (conforme Naville). Em outras palavras: ainda há mais-valia, ou seja, valor excedente não pago ao trabalhador, mas que não vai para os bolsos de um empregador privado; vai para a cooperativa. A mais-valia é estatizada.

No entanto, o problema se apresenta, como já advertia a *Plataforma da Oposição de Esquerda* em 1927, quando o excedente estatizado *vai parar cada vez mais nas mãos da burocracia*. Décadas mais tarde, isto já havia dado um salto qualitativo. O “socialismo” soviético se apresentava, então, como “*uma espécie de agrupamento de cooperativas operando sob uma série de leis herdadas do capitalismo e coordenadas pela mão brutal de uma burocracia*”<sup>28</sup>.

Conforme Trotsky apontou, a apropriação do produto excedente pela burocracia *não constitui um sistema de exploração “orgânico”,* como o capitalismo ou as formações anteriores. Por isso não durou séculos (como o feudalismo ou capitalismo), mas apenas um suspiro, se o medimos em suas proporções históricas. *Não houve lugar na história para um “coletivismo burocrático”.* Com notável rapidez, descambou de diferentes maneiras. No entanto, é importante compreender, sobretudo *para o futuro e para a retomada da luta pelo socialismo,* que isso foi efetivamente um sistema de *exploração*. Embora não tenha sido “orgânico”, foi, no entanto, *estrutural;* não foi uma das muitas formas de regime político que pode tomar um Estado operário.

Para deixar isso mais claro, tomamos uma analogia feita por Nahuel Moreno sobre a transição. Moreno dizia que tudo se passa como em *uma estrada de ferro*. Se o trem da revolução fosse conduzido por direções burocráticas e/ou pequeno-burguesa, então, pararia na estação “expropriação da burguesia” e não seguia avançando na transição para o socialismo.

Na verdade, as coisas eram mais complicadas. Jamais as ferrovias tiveram uma só via: haviam bifurcações, desvios e “becos sem saída”; é como dizer que não chegam a lugar algum. Podemos dizer que à frente do trem da revolução existem duas vias. Se quem o dirige é uma



Soviets: órgãos do poder da classe operária na Revolução Russa

burocracia, tomará um beco sem saída... e retornará ao capitalismo. Se se impõe o programa da democracia operária e socialista dos trabalhadores, sendo a direção realmente a classe operária autodeterminada, o trem tomará outra direção: o caminho de transição para o socialismo.

Assim, as burocracias organizadas em Estados “todo-poderosos”, não pararam o trem após a expropriação, mas *seguiram marchando por outras vias*. Inicialmente, nem a burocracia stalinista nem a maoísta queriam a restauração capitalista, mas seguiram tentando fazer “orgânico” e historicamente duradouro o sistema de exploração “inorgânico”.

Por esse caminho se estabeleceram “Estados burocráticos” (ou “socialismos de Estado”, como chamava Pierre Naville), que finalmente se demonstraram sem grandes perspectivas históricas. Ou seja, eles falharam miseravelmente. Entre outros motivos, porque eram economias *nacionais* nos marcos de uma *economia mundial capitalista,* e porque o sistema burocrático *era incapaz de um desenvolvimento sustentável das forças produtivas.* Após os fracassos, *as burocracias se direcionaram para a restauração,* embora sob formas distintas. Cuba, mais tardiamente, pelas razões já apontadas, está diante da mesma encruzilhada.

É impossível abstrair o também determinante elemento *político* (democracia operária e socialista ou ditadura burocrática) desses fracassos *econômicos,* que tiveram como consequência não só a perda da maior conquista revolucionária da história (a expropriação do capitalismo em um terço da humanidade), mas algo ainda pior: *uma grave crise na consciência dos trabalhadores sobre a possibilidade de uma alternativa socialista ao capitalismo.*

### CLASSES, BUROCRACIA E SUBSTITUÍSMO

Isso nos remete a uma reflexão final sobre o “substituísmo”, que, após os desastres do século XX, alguns querem colocar de volta nos altares, acendendo velas não só para Chávez, mas também, agora, para Raul Castro.

Trotsky, de fato, colocou-se uma *questão,* tomando o exemplo dos junkers prussianos e da Restauração Meiji (1868) que, a partir “de cima”, rapidamente foi realizada a transição do Japão feudal para o capitalismo imperialista. Tanto os junkers prussianos, cuja liderança era Bismarck, como os setores da aristocracia japonesa liderada pelo Imperador Meiji eram estratos sociais de origem *feudal* que cumpriram tarefas burguesas historicamente progressistas (a unificação da Alemanha, o desenvolvimento do capitalismo no Japão, etc.).

Fazendo uma analogia *hipotética,* Trotsky se perguntava até que ponto a burocracia soviética - um estrato pequeno-burguês - poderia desempenhar um papel temporariamente “substitutivo”. Ou seja, cumprir limitada e contraditoriamente tarefas do proletariado e do socialismo. Mas, ao mesmo tempo, levantava hipóteses opostas (que geralmente *não são lembradas*), como por exemplo que o domínio da burocracia já significaria, mais

cedo ou mais tarde, a restauração do capitalismo “a frio”.

Mas nós, como mencionado acima, ao contrário de Trotsky, *tivemos a oportunidade de ver o final do filme*: nenhuma burocracia desempenhou um papel como o de Bismarck, o do imperador Meiji nem qualquer coisa parecida. Deuse, porém, a *outra* hipótese de Trotsky: a de que os burocratas conduziram à restauração capitalista. Hoje já temos essa *comprovação*, da qual careceu Trotsky em vida. *E não há fato ou motivo algum para sugerir que a burocracia cubana será uma exceção.*

Este resultado se deve a uma qualidade também exclusiva do capitalismo: a vasta capacidade, nacional e mundialmente, de *assimilar outras classes e estratos pré-capitalistas de exploração e/ou privilegiadas, “aburguesá-las” e as colocar a seu serviço*. Nem a classe trabalhadora nem um Estado proletário teriam tal capacidade. O capitalismo tem aburguesado líderes tribais, reis, imperadores, marajás, sheiks, *junkers*, samurais e tudo quanto é explorador e/ou privilegiado pré-capitalistas que já tenham existido no planeta. E, infelizmente, por outro lado, tem assimilado e domesticado legiões de burocratas operários (incluindo muitos que foram inicialmente lutadores legítimos), líderes guerrilheiros e dirigentes de movimentos sociais camponeses, indígenas e assim por diante. Também tem devorado duas gerações históricas de partidos originariamente operários, os socialistas, oriundos da Segunda Internacional, e os comunistas, da Terceira.

Finalmente, repetimos que não se trata aqui de debates acadêmicos (como seria com Deutscher se estivesse vivo), nem de negar, em abstrato, a possibilidade de que setores sociais e políticos não proletários, em circunstâncias especialíssimas, cumpram limitadamente tarefas históricas que corresponderiam ao proletariado, como foi o caso da Revolução Cubana.

O problema concreto é outro: *depois de um século* de imensas revoluções cujo saldo foi o fracasso total e irremediável dos “substitutos” da classe trabalhadora, o “substituísmo” está de novo erguido como programa e política de setores do marxismo revolucionário e da vanguarda.

Diante desta situação *concreta* – que atravessa o marxismo revolucionário na América Latina e no resto do mundo – acreditamos que a nossa posição, de fato, deve ser contundente: nenhum “substituísmo” vale a pena! Se não conseguirmos reerguer a luta da classe trabalhadora e do movimento operário, ninguém poderá substituí-la!

#### NOTAS:

<sup>1</sup> Deve-se notar que, já nos tempos de Marx e Engels, à maltratada palavra “socialismo” se pretendia dar qualquer significado. Por isso, Marx e Engels no Manifesto Comunista se vêem obrigados a esclarecer as variedades de “socialismos” fraudulentos então em voga. Para tal intento, empregaram antes de tudo um *critério de classe*; ou seja, de sujeitos sociais que se expressam nesses supostos “socialismos”. No século

XX, essa interessada nebulosidade do conceito de socialismo atingiu um grau escandaloso. Assim, chamaram-se “socialistas” a maioria dos governos e partidos das ex-colônias afro-asiáticas (tais como os de Nasser no Egito, Assad na Síria e até Sadam Hussein no Iraque) e partidos como o PS da França ou o PSOE da Espanha.

<sup>2</sup> É obvio que nesta transição houve crises políticas e enfrentamentos que em algumas ocasiões fizeram correr sangue. Entretanto, esses fatos não só não foram a regra como não tiveram relação com uma defesa da propriedade supostamente “socialista” nem com uma negação à restauração. Um dos fatos de maior repercussão, o de Tiem An Men, por exemplo, não houve nada nesse sentido. Tampouco na rebelião popular que pôs abaixo Ceaucescu na Romênia. Nem nas lutas, algumas sangrentas, que houve nos processos de separação da ex-URSS. Tampouco as guerras que levaram à dissolução da Iugoslávia se deram entre restauracionistas e opositores à volta do capitalismo.

<sup>3</sup> *Oú na l'URSS de Gorbatchev?*, Paris, La Brèche, 1989, p. 20. [N.T. *Hara-kiri* é o termo popular para o ritual de suicídio dos samurais.]

<sup>4</sup> Destacamos aqueles de queda (ou a mudança) dos regimes stalinistas da ex-URSS e do Leste porque o que aconteceu com a burocracia “operária” teve muitas variantes. Mas, em geral, a burocracia, como tal, não foi liquidada (mesmo em países em que houve excepcionalmente revoltas violentas, como na Romênia, ou onde havia grandes movimentos de políticos de oposição em condições de sucedê-la, como na Polônia). Em maior ou menor medida, dependendo do caso, a burocracia se “renovou” no novo regime, e, simultaneamente, setores dela se tornaram empresários. O processo na Rússia é particularmente interessante. Depois do desastre do neoliberalismo “puro” de Yeltsin e seu bando de “oligarcas”, que culminou com a falência financeira de 1998, conquista a hegemonia o *núcleo central da burocracia sobrevivente*, principalmente a ex-KGB e as Forças Armadas, que, aliás, aparecem representando e mediando - com um regime bonapartista forte- os interesses do *conjunto* da nova burguesia russa e do *Estado russo* em seu confronto econômico e geopolítico com os Estados Unidos e a União Européia. Assim se foi dando uma luta, com episódios sangrentos, entre Putin e alguns dos “oligarcas” que estavam muito ligados a capitais ocidentais, e que abriam caminho para transformar a Rússia em uma semicolônia do Ocidente.

<sup>5</sup> No caso de Cuba, deve-se chamar a atenção para este grave problema que *nem se colocam aqueles que acreditam que o capitalismo já foi restaurado na ilha*, como é o caso do PSTU-LIT. Em 2000 os companheiros acreditavam que a restauração já estava concluída ou em vias de se concluir. No entanto, desde então, no conjunto do que se tem escrito para prová-la, nunca lhes passa pela cabeça tentar explicar *como se pôde passar gradual e evolutivamente* da ditadura do proletariado (Estado operário) à ditadura da burguesia (o Estado burguês).

<sup>6</sup> Demarquemos desde já que isso nos leva a diferenças radicais entre o curso histórico da União Soviética e os países onde se



expropriou a burguesia no pós-guerra. A revolução de Outubro de 1917 originou um *Estado encarnado do poder dos soviétes*. Por isso, foi necessária a contra-revolução mais sangrenta do século XX - mais até que a de Hitler na Alemanha - nas décadas de 20 e 30, para estabelecer e consolidar o poder da burocracia. Isso incluiu o extermínio em massa da vanguarda operária e de quase todos os bolcheviques que haviam realizado a Revolução de Outubro. Não houve processo semelhante no período posterior a segunda guerra mundial. As convulsões sangrentas pelas quais passou a China foram de natureza muito distinta. Seus centros foram essencialmente as *lutas interburocráticas*, alimentadas pelas contradições do “socialismo em um só país” consideradas revolucionárias pelos disparates voluntaristas de Mao. Os episódios nos quais apareceu a classe trabalhadora giraram em torno desse eixo.

<sup>7</sup> Engels, *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*, OEME, tomo VII, Cartago, Buenos Aires, 1973.

<sup>8</sup> Entre outros aspectos, no sentido de que a burocracia soviética havia deixado de ser parte da classe trabalhadora, questão na qual Trotsky oscila bastante.

<sup>9</sup> Declaração em vista do XVI Congresso do PC, 12/4/1930, *Cahiers Leon Trotsky*, nº 6, Paris, 1980, disponível em edição espanhola Antídoto de *A Revolução Traída*. Inicialmente, a carta tinha sido publicada no Boletim da Oposição, a qual Trotsky editava no exílio.

<sup>10</sup> Deve-se levar em conta essa advertência porque também tem sido frequente no movimento trotskista a operação de “cortar” esse ou aquele aspecto das análises e definições de Trotsky, absolutizando -os e deixando de lado outros textos que demarcavam tendências opostas. Por exemplo, o mandelismo tomando trechos em que Trotsky dizia que, inicialmente, a burocracia desempenhava um papel contraditório no Estado soviético, retirou tais trechos de todo o contexto e os reformulou como “natureza dual da burocracia”.

<sup>11</sup> Dois exemplos disto: 1) Uma das medidas fundamentais dos colonizadores europeus na Ásia e na África (por exemplo, os ingleses na Índia) foi a imposição de uma legislação que consagrava regras de propriedade absoluta do capitalismo. Esta mudança, superestrutural, jurídica, foi uma arma poderosa para liquidar a partir “de cima” formas de propriedade e relações estruturais de pré-capitalistas de produção, sobretudo no campo (o que implicou a ruína e ao mesmo tempo a desapropriação em massa do campesinato); 2) Um exemplo *inverso*: em 2007, o parlamento da China aprovou uma lei que consagrara o pleno direito à propriedade privada capitalista (ou seja, dos meios de produção e de troca). Por óbvio, seria ridículo afirmar a esta data que teria chegado ao fim o “Estado dos trabalhadores” chinês, como deveríamos fazer se nos orientássemos somente pelas relações jurídicas de propriedade para definir o caráter de classe do Estado. Essa lei não foi o *começo*, mas o *fim* de um longo processo de décadas de mudanças estruturais (ou seja, de transformações nas relações de produção) e superestruturais, que inicialmente operaram de fato, adiantando-se a sua “legalização” final. Nem as multinacionais nem a nova burguesia chinesa,

originada principalmente da burocracia, esperaram esse dia para começar a explorar o trabalho e acumular capital. Mas, ao mesmo tempo, a demanda por “segurança jurídica”, no intuito de adequar a lei à realidade, já era um forte clamor de todos os capitalistas, chineses e estrangeiros.

<sup>12</sup> Isto é, deslocou-se o centro do problema, apontado por Marx como “a forma específica na qual o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores imediatos”, o que “determina a relação de dependência entre senhores e não-senhores, tal como se depreende da própria produção e que por sua vez retroage sobre ela, e que constitui o segredo “íntimo, a base oculta de todo o edifício social, e, portanto, também a forma política de que se reveste a relação de soberania e dependência; em uma palavra, de toda forma específica do Estado”.

<sup>13</sup> “*Cuestiones del trabajo ruso*”, carta de 17/2/1939, *Oeuvres*, tomo XX, Paris, INLT, 1980.

<sup>14</sup> As definições de Rakovsky e Trotsky são diferentes, mas não *absolutamente* contrárias. Ambas são categorias *dialéticas*, isto é, “*histórico-temporais*”, como disse Marx. Tanto Rakovsky como Trotsky coincidem em assinalar um *processo* contra-revolucionário que *ainda não tinha sido totalmente consumado*: “*estamos caminhando* para um Estado burocrático com restos proletários comunistas”, afirmou Rakovsky; o Estado operário “é uma categoria *histórica* que atingiu o *limite de sua própria negação*”, disse Trotsky. Mas enquanto Rakovsky põe a ênfase no já visível *ponto de chegada*, Trotsky, no entanto, ressalta o *ponto de partida*: uma grande revolução dos trabalhadores, da qual só restava a propriedade nacionalizada.

<sup>15</sup> A esse “mistério” que é totalmente ignorado por muitos, dedicamos longos trabalhos nas revistas *Socialismo ou Barbárie* nºs 17,18, 19 e 21, com textos de Roberto Sáenz.

<sup>16</sup> Uma corrente minoritária então encabeçada por Tony Cliff desenvolveu a teoria do “capitalismo de Estado”, que apresentou problemas teórico-políticos distintos, mas não menos graves do que a maioria que definia esses Estados como operários com base exclusivamente na estatização dos meios de produção.

<sup>17</sup> Sabe-se que a corrente “Coletivista Burocrática” teve um personagem de importância, Max Schachtman, o qual deu origem a posições de direita. Uma minoria permaneceu no âmbito do socialismo revolucionário, consubstanciada em intelectuais como Hal Draper.

<sup>18</sup> Por óbvio, tinha de se *defender incondicionalmente a URSS contra qualquer ataque do imperialismo*, como hoje tem de se fazer com Cuba contra os EUA. Mas esta defesa incondicional não depende de nós os considerarmos “Estados Operários”, mas de que *são atacados pelo imperialismo*. Deste modo, é também um dever fundamental *defender tudo o que resta de pé das conquistas das revoluções do século XX*, como a propriedade nacionalizada, melhorias na saúde, educação, condições de trabalho, etc..

<sup>19</sup> Referência do autor à edição em que se publicou originariamente esse artigo.

<sup>20</sup> A reviravolta de Trotsky em relação à teoria do Estado, deslocando o centro da questão das *relações de produção* às *formas*

*de propriedade* - abriu a porta (ou pelo menos a janela) a esse erro posterior. No entanto, globalmente o pensamento de Trotsky foi profundamente *dialético*. Expressou uma reflexão que poderíamos parafrasear do seguinte modo: “A revolução trabalhadora e socialista, que começou na Rússia em 1917, não se espalhou para a Alemanha e outros países avançados da Europa, restando isolada em um país muito atrasado. Nessas condições, uma burocracia brutal pôde se apropriar do poder e ir aniquilando as conquistas de Outubro. Apesar da burocracia, continuou a subsistir todavia uma conquista *muito importante: a propriedade estatizada*. Assim, ainda que o ‘Estado operário’ esteja claramente “à beira de sua negação”, não devemos dar tudo por perdido: estamos no limiar de uma guerra mundial, *um acontecimento histórico de enorme importância*, que pode levar a *uma alteração da situação na URSS e ao colapso da burocracia stalinista*”. Trotsky pode ter errado em seu prognóstico, mas isso não foi metodologicamente incorreto: tinha relação com o decorrer degenerativo seguido por uma revolução operária e socialista. Sua (questionável) “simplificação” da definição social da URSS se inseria no entendimento *correto* do momento da luta de classes.

<sup>21</sup> Isso nos remete a um problema teórico que é a base de constituição do marxismo. Com efeito, Marx lançou as bases do “materialismo histórico” polemizando contra a utilização das categorias de forma “lógica”, isto é, metafísica (assim como corretamente criticou Trotsky no que tange à abordagem da discussão da URSS). A polêmica de Marx com Proudhon, num plano mais teórico, teve esse ponto como fundamental. Assim, em sua *carta a Annenkov* (28/121/1846), Marx afirma contra Proudhon o princípio de que as categorias “são apenas expressões abstratas dessas relações [sociais] existentes e só permanecem verdadeiras enquanto essas relações sociais existirem (...) Portanto, estas categorias não são mais eternas que as relações que elas expressam. Elas são produtos históricos e transitórios”. Marx, finalmente, criticando aqueles que tomavam “a *abstração, a categoria tomada em si mesma*, a despeito dos homens e de suas atividades materiais”. Dessa maneira, a categoria pode se tornar “*imortal, imutável e imóvel*” (ênfase de Marx).

<sup>22</sup> Como veremos, este seria também o ponto de partida da confusão quando, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma onda de estatizações, não só na China e na Europa Oriental, mas também em muitos países africanos e asiáticos. Uma complicação adicional foi que muitos desses governos que emergiram nas ex-colônias européias, recém-independentes, reivindicavam-se “socialistas”. Então, muitos trotskistas, como o mandelista Livio Maitán, indagavam-se se o Egito não tinha se tornado, “a frio”, um “Estado operário”, vez que Nasser, além de se proclamar socialista, havia estatizado quase toda a economia. Outros, ainda mais delirantes que Maitán, “descobriram” que, além dos reconhecidos “Estados operários” da China, os da Europa Oriental, de Cuba, e assim por diante, havia outra dúzia; como o da Etiópia sob o regime militar terrorista de Mengistu Haile Mariam. Lembremos, finalmente, de como o mandelismo declarou o “Estado Operário” nicaraguense

governado por Daniel Ortega.

<sup>23</sup> Termo em latim para “terra desconhecida” [N.T.].

<sup>24</sup> Sobre as demais formações econômico-sociais, valem as seguintes observações de Perry Anderson: “Todos os modos de produção de sociedades pré-capitalistas extraem o mais-trabalho dos produtores imediatos mediante a coerção extra-econômica (o que implica, principalmente, mas não exclusivamente, alguma forma de poder estatal).

Mas no capitalismo, continua Anderson, “os meios pelos quais se extrai excedente dos produtores diretos são puramente econômicos em sua forma: o contrato de trabalho, a troca igual entre agentes livres, que reproduz a cada hora e a cada dia, a desigualdade e a opressão. Os meios de produção anteriores operam através de sanções extra-econômicas: de parentesco, costumeiras, religiosas, jurídicas ou políticas... portanto, é impossível interpretar essas sanções separadas das relações econômicas. As ‘superestruturas’ de parentesco, a religião, a família, o direito ou o Estado entram necessariamente na estrutura constitutiva do modo de produção das formações sociais pré-capitalistas” (P. Anderson, *El Estado absolutista*, grifo nosso). Entendemos que algo semelhante ocorre após a expropriação dos capitalistas.

<sup>25</sup> Insistimos: é uma característica *muito importante e quase única* do capitalismo, que só foi compartilhada (porém de forma qualitativamente mais restrita) por algumas formações sociais baseadas na escravidão (cidades da Grécia antiga no seu período clássico e, depois, em Roma).

<sup>26</sup> O que não significa, é claro, que a lei do valor deixa de vigorar, nem que se possa imediatamente “abolir” o trabalho assalariado, especialmente em economias nacionais atrasadas, como foi o caso de Cuba e de outros países onde o capitalismo foi expropriado no século XX.

<sup>27</sup> Será que isso exclui, em princípio, as possíveis diferenças de regime na transição? De maneira nenhuma! Mas essas diferenças se movem no interior de um espectro *qualitativamente menos amplo* que o das formações capitalistas. Por exemplo, o regime político de um futuro Estado Operário boliviano não poderia deixar de levar em conta o problema dos povos indígenas. Da mesma maneira, na América Central, o regime deveria assumir a forma de uma federação socialista, não um Estado unitário. Assim sendo, a necessidade política da classe trabalhadora para estabelecer sua *hegemonia* sobre todos os explorados e oprimidos irá certamente conduzir a certas concessões institucionais, de acordo com a realidade social de cada país ou região. Isso também se aplica aos Estados burocráticos: o regime político na URSS não foi exatamente o mesmo nos tempos de Stalin, na época de Brejnev ou ainda no período posterior de Gorbachev. Mas, da mesma forma, essas variantes se deram no interior de margens qualitativamente mais estreitas que as do capitalismo.

<sup>28</sup> Pierre Naville, *Le nouveau Leviathan*, tomo 2, volume 1, capítulo 3, Paris, Antrophos, 1970. Não é demais recordar que Moreno muito estimava a obra de Naville.

# Cuba diante de uma encruzilhada

Roberto Ramírez

**N**os primeiros anos da década de 90, se aglomerava em Havana uma fauna muito particular: gente que se apresentava como jornalistas, escritores, “politicólogos”, “cientistas sociais” e coisas do gênero. Estavam ali para não perder o último episódio do “fracasso do socialismo”. Ou seja, o *remake* em Cuba e em espanhol, da mesma série já rodada em russo, polonês, húngaro, romeno e outros idiomas do falecido “Império do Mal”.

Voltando da ilha escreviam artigos e livros com títulos tais como “*A hora final de Castro: a história secreta por trás da iminente queda do comunismo em Cuba*”. No entanto, a história os desmentiu. O que eles chamam de “comunismo” não caiu de imediato, nem mesmo Fidel Castro chegou à sua “hora final” nesses momentos.

Cuba passou vários anos de terríveis dificuldades e penúrias somente comparáveis às dos países que sofreram uma dura guerra. Mas, para surpresa do mundo, não seguiu *imediatamente* o mesmo curso da ex-URSS e dos países do leste europeu, nem tampouco da China, apesar do colapso econômico/social que significou perder a ajuda e as relações comerciais com os primeiros e, pouco depois, o incremento substancial do bloqueio econômico do imperialismo ianque.

Nesses anos, não somente a União Soviética, mas todos os países da Europa e Ásia, que na segunda metade do século XX se autodefiniam como “socialistas”, estavam em plena restauração do capitalismo. Alguns, *mudando o antigo regime político* de maneira mais ou menos evolutiva e pacífica (Hungria, Polônia) ou violenta (Romênia). Outros, como China (e logo Vietnã), *mantendo o regime político* do PC como partido único, a bandeira vermelha e (cada vez menos) as invocações rituais ao “socialismo”, contudo vertendo ao capitalismo com uma eficácia e decisão ainda maior que seus pares europeus<sup>2</sup>. Em Cuba, depois de alguns primeiros passos orientados no segundo sentido, tudo ficou “em suspenso”.

Hoje a situação econômico/social da ilha aparece como qualitativamente menos crítica que a do início dos anos 90, quando não era descabido temer um colapso. Deste modo, ainda que o imperialismo ianque venha reforçando o bloqueio causador de severos danos, o isolamento econômico e político de Cuba são substancialmente menores e a economia tem saído do quase colapso do início dos anos 90.

Hoje, tanto na esquerda como na direita, e dentro e fora da ilha, é consenso que *Cuba está numa encruzilhada*. É chegado o momento de encarar os problemas e dilemas “em suspenso” há quase 20 anos.

A palavra aludida a isto - “*transição*”- se presta a confusões, mais ainda no charlatanismo da mídia. Por um lado significa muito - que há mudanças em curso e expectativas nesse sentido - mas, ao mesmo tempo, significa pouco, pois essa “transição” pode ter variantes muito diferentes.

Washington, por exemplo, montou há vários anos um “Comitê para a Transição em Cuba”, que elaborou um cadastro milimétrico do território da ilha para devolver tudo a seus antigos donos, burgueses cubanos ou estrangeiros. Além disso, no nível político, já ditaram normas que teriam, de fato, feito Cuba regredir às épocas da Emenda Platt<sup>3</sup>. Ou seja, a um virtual “protetorado” dos EUA. Outra variante muito diferente de “transição” é a transferência das diversas funções de Fidel Castro, principalmente a seu irmão Raúl. Há, então, transições e transições.

As expectativas e debates a respeito da “transição” aparecem muito relacionadas a uma *circunstância pessoal*: a idade de Fidel Castro, motivo pelo qual foi obrigado a se retirar da condução diária do Estado cubano e da atividade política em geral (exceto seus breves textos difundidos com o nome de “*Reflexões do Comandante em Chefe*”. A avançada idade de Fidel e seus graves problemas de saúde abrem também a perspectiva do seu falecimento. Ou seja, a questão da “transição” aparece estreitamente ligada com, e inclusive motivada por, essa situação pessoal do “Comandante em Chefe” ou “Líder Máximo”.

Desde um ponto de vista marxista “vulgar” seria possível desprezar as dimensões disto com o argumento abstrato de que o curso da história se decide essencialmente por fatores “objetivos” e não simplesmente por indivíduos. Não obstante, seria pouco marxista essa subestimação. Pelo rol e o lugar que ocupou - e ainda ocupa - no processo cubano, antes e depois da revolução de 1959, o relevo e o possível desaparecimento de Fidel Castro são fatores *primordiais*, com capacidade para acelerar ou desencadear processos de transformações e até da explosão de contradições e tensões acumuladas na sociedade cubana.

Isso vai definir rumos que podem ser positivos ou negativos para os trabalhadores e as massas populares, o que coloca, por conseguinte, *uma luta* que decida finalmente qual será o *signo dessa “transição”*. Assim, o desenlace vai ter importantes repercussões, no sentido revolucionário ou contra-revolucionário, em escala latino-americana e mundial.

Cuba se encontra então numa encruzilhada. *Que caminho tomar?* A resposta vai se dar inevitavelmente numa *luta política*, na qual já estão se expressando *diferentes interesses e forças sociais*, tanto dentro como fora da ilha.



Até hoje, parecia que nessa encruzilhada somente se abririam dois caminhos: Um defendido a partir de Miami pela burguesia cubano/americana e seu *patrocinador*, o *imperialismo yanque*: o de um *colapso político-social do regime*, que supostamente lhe permitiria voltar triunfalmente à ilha. O que não ocorreu no final do século XX, mas a princípios do XXI. Este curso implicaria não somente na *restauração do capitalismo*, senão também na *perda da independência nacional* conquistada pela revolução.

O outro é o apresentado há tempos como o *modelo chinês*. De conteúdo, consiste em que a casta burocrática que administra o Estado cubano, encabeçada pelos especialistas militares que estão à frente das *joint ventures* e outros setores dinâmicos da economia, marche, em primeira instância, para um *capitalismo de Estado*, sob o qual inevitavelmente iriam se abrindo formas de capitalismo privado. Por isso não é casual o coro de elogios à China e seu modelo de “socialismo” que se faz publicamente desde essas alturas. O suposto “socialismo” chinês teria êxito em contraste com o fracasso da ex-União Soviética. Então esse caminho, ainda que por caminhos diferentes, conduz ao mesmo ponto que o anterior: a *restauração do capitalismo*, ainda que com outros beneficiários.

Também não podemos excluir que se dêem distintas formas de *combinação com ambas as alternativas*. Um fator decisivo a esse respeito seria uma mudança de atitude dos EUA. Há setores importantes (ainda que minoritários) do capitalismo norte-americano que já não partilham a política do “tudo ou nada” da burguesia cubano/americana. Vêm, além do mais, como seus sócios/rivais da União Européia e Canadá têm obtido muito mais com um enfoque negociador.

De qualquer modo, sob diferentes formas, o curso para a restauração capitalista implica para a classe trabalhadora cubana, um *salto enorme na desigualdade social*, a *exploração e a perda de conquistas históricas* da revolução – já bastante maltratadas – em primeiro lugar, em matéria de saúde e educação.

Nessa encruzilhada sustentamos que é possível (e necessário) uma *terceira variante*: que entre em cena *outra grande força social existente: a classe operária e trabalhadora*. Os trabalhadores assalariados – em especial os trabalhadores *produtivos* – têm *interesses objetivos* radicalmente distintos aos da burguesia *gusana* de Miami e também aos das cúpulas burocráticas que anseiam ser como seus pares da China, ou seja, milionários. Claro que esta alternativa tem menos publicidade, mas tem *uma base social real*: os trabalhadores, que são a imensa maioria da ilha, estão nos pontos-chave da economia e têm assim, *potencialmente*, a força para impor seus interesses.

Mas destacamos que isso, até agora, é somente *potencial*. Desse gigante somente se ouvem débeis murmúrios e através de mediações, por exemplo, os estudantes que, a partir de *posições socialistas*, criticaram a crescente desigualdade social e os privilégios<sup>4</sup>. Esse e outros fatos têm uma imensa

importância, pois abonam a possibilidade de que surja, finalmente, *uma vanguarda que comece a expressar conscientemente os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores*.

Não é novo nem casual o silêncio político da classe trabalhadora cubana, que seria lógico no capitalismo, mas não num Estado que supostamente é seu, um Estado que muitos ainda (principalmente fora de Cuba) caracterizam como “socialista” e/ou “operário”.

A classe trabalhadora – pelas mesmas peculiaridades do processo revolucionário e do Estado que se estruturou depois da revolução, que analisaremos extensamente adiante – tem sido a convidada *pró-forma* nos giros de 180° dispostos de cima para baixo, muitos dos quais tiveram consequências danosas. A famosa palavra de ordem de *Comandante em Chefe ordene!* Não foi uma *metáfora*, senão a *realidade do funcionamento do Estado e do regime*, e além do mais um dado fundamental para definir sua natureza social, como veremos.

Ainda que as “ordens” de cima se davam em nome do socialismo, dos trabalhadores e do povo, por baixo, à classe operária somente cabia apoiá-las incondicionalmente. Ou seja, *cumprir essas ordens*. Em baixo, não correspondia debatê-las democraticamente nem propor alternativas, ainda se estivessem enquadradas na luta contra o imperialismo e o capitalismo.

Porém, hoje não está mais em cena o Comandante em Chefe que impunha ordens acatadas e cumpridas sem chiar. Se agora a classe operária não toma a palavra, *outras classes e setores sociais decidirão o rumo*, de acordo com interesses próprios, opostos aos seus. Já o estão decidindo!

A possibilidade de uma terceira alternativa – nem restauração estilo Miami, nem restauração estilo Pequim, via capitalismo de Estado – tem a *imensa força* de que *se assentaria nos interesses da classe trabalhadora*. Mas simultaneamente, tem a *colossal debilidade* de que essa classe chega à era “post Fidel” sem uma ginástica de *pensamento, organização e ação independentes* e, sobretudo, de *democracia operária*. Assim mesmo, num grau difícil de medir, a classe trabalhadora cubana está sofrendo os mesmos processos de atomização individualista que marcaram a derrubada do pseudo-socialismo na ex-URSS e no Leste.<sup>5</sup>

Não obstante, com todos seus prós e contras, não há alternativa senão lutar para que o objetivo da classe trabalhadora deixe de ser a de convidada *pró-forma* na hora de decidir o rumo nestes momentos transcendentais. *Não existe outra força social que possa garantir uma alternativa socialista* perante as pressões restauracionistas de dentro e de fora. Os trabalhadores conscientes, os estudantes e intelectuais que sejam autenticamente socialistas – que rechaçam a recolonização via Miami, mas também as crescentes desigualdades e privilégios que estão pavimentando por outra via a volta do capitalismo – têm a possibilidade de lutar por isso, desenvolvendo em primeiro lugar uma vanguarda da classe trabalhadora que comece a ser sua voz .

Assim, perante a restauração tipo Miami ou a

restauração tipo China, *não há alternativa exceto a de que seja a classe operária que assuma realmente o poder*. O novo “Comandante” a dar as “ordens” tem que ser a *classe trabalhadora*, debatendo e decidindo democraticamente. Isso seria sinônimo de uma *nova* (e imprescindível) *revolução cubana*.

Neste trabalho vamos tratar então da presente situação de Cuba, fato impossível de encarar seriamente sem voltar às origens, ou seja, as características da Revolução Cubana de 1959 e às transformações políticas e sociais que gerou.

Isso nos remete a um debate *teórico e histórico* mais global: o *balanço das grandes revoluções do século XX*, especialmente as ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial, como é o caso de Cuba, tema que tratamos à parte nesta mesma edição.

Examinar rigorosamente porquê, em certo momento, o capitalismo chegou a ser expropriado na terceira parte do planeta y poucas décadas depois, voltava em quase todos esses países que se rotulavam como “socialistas”, com exceção (relativa, e hoje em perigo) de Cuba.

Este balanço *histórico e teórico/político* não é um tema arqueológico. Toca vivamente as grandes questões estratégicas da luta pela revolução socialista no século XXI. Aqueles que pretendam evitá-lo ou abordá-lo recitando como Pai-nosso fórmulas trilhadas, tampouco poderão localizar-se perante os novos acontecimentos da luta de classes. São problemas vivos e concretos, como por exemplo, qual posição tomar perante propostas como o “socialismo do século XXI” de Chávez.

## 1) CUBA, UM CURSO HISTÓRICO EXCEPCIONAL

*“Essas ilhas são o apêndice natural do continente norte-americano, e uma delas [Cuba]... por uma enorme quantidade de considerações, se converteu em um objeto de transcendental importância para os interesses políticos e comerciais da nossa União. (...) Olhando para frente... é difícil resistir à convicção de que a anexação de Cuba à República Federal será indispensável para a continuidade e integridade da União. (...) Cuba, fortemente separada da sua conexão antinatural com a Espanha, e incapaz de se sustentar por si mesma, só pode gravitar para a União Norte-americana”* (Carta de 23/4/1823 de John Quincy Adams, secretário de Estado e logo presidente dos EUA).

*“... já estou todos os dias em perigo de dar minha vida por meu país e pelo meu dever... de impedir a tempo com a independência de Cuba que se estendam pelas Antilhas os Estados Unidos e caiam... sobre nossas terras da América. Tudo quanto fiz até hoje e farei, é para isso... impedir que em Cuba se abra, pela anexação dos imperialistas de lá e os espanhóis, o caminho, que há de chegar, e com nosso sangue estamos chegando, da anexação dos povos da nossa América ao Norte revolto e brutal que os despreza... *Vivi no monstro, conheço suas entranhas e minha Honda é a de David*”* (José Martí, carta inacabada de 18/5/1895, um dia antes de morrer em combate).

As raízes da “excepcionalidade” da Revolução Cubana há de procurá-las no curso histórico também excepcional

da ilha comparada com o restante da América Hispânica.

Junto com a ilha de Porto Rico – hoje colônia direta dos EUA sob o eufemismo de “Estado livre associado” – Cuba foi *a única região do Império Espanhol que não se tornou independente*. Quando finalmente as tropas espanholas se retiraram de lá, foi somente para serem substituídas pela ocupação militar dos EUA, vencedor da guerra de 1898 com a Espanha. Cuba, tal qual o previu Adams, tinha finalmente “gravitado” para a bolsa dos EUA.

Por que o Império Espanhol, expulso de todo o continente pelos movimentos de independência, conseguiu conservar seu domínio em Cuba? O decisivo foi a *atitude das elites cubanas* (proprietárias de engenhos e plantações de cana, comerciantes, servidores, padres etc.) que em grande medida, diferentemente do continente, *não eram partidárias da independência*.

No continente, as elites crioulas de fazendeiros comerciantes, banqueiros e funcionários decidiram se livrar da tutela colonial de Madri, seguros de que eles seriam os herdeiros dessa troca. Foi uma revolução puramente *política*, que deixou essencialmente intactas as anteriores relações de exploração encima das quais se assentavam.

Especialmente no caso da América do Sul, a cruel derrota dos movimentos revolucionários prévios – principalmente de Tupac Amaru (1742-81) – tinha esvaziado o perigo de que a revolução *política* da independência se transformasse em revolução *social* das massas de índios, negros e outros explorados.

## A REVOLUÇÃO SOCIAL DO HAITÍ

No Caribe acontecia o oposto. Em 1791, estourou a revolução dos escravos do Haiti, colônia francesa, as portas mesmo da ilha de Cuba. A partir de então, se sucederiam longos anos de lutas vitoriosas dos “jacobinos negros” contra as tropas da França e outros países que pretendiam voltar a submetê-los.

No Haiti não foi somente uma revolução *política* pela independência, como no resto da América Latina, senão uma revolução *social* dos escravos negros contra os escravistas brancos (tese defendida, entre outros, pelo historiador Luis Vitale).

Logicamente, isto *aterrorizou* as classes dirigentes da vizinha Cuba, que era como Haiti, uma “economia de plantação” produtora de açúcar para o mercado mundial através do trabalho escravo. O temor de que uma revolução *política* de independência desencadeasse uma revolução *social antiescravista*, que varresse o núcleo central das classes privilegiadas, inclinou a balança em favor do Império Espanhol, que logo e sempre contou com o apoio de um forte setor não somente das classes altas senão também de setores brancos médios, que em grande parte eram sua “clientela”. Isso se estendeu ao longo de todo o século XIX, inclusive depois que a escravidão foi parcialmente abolida em Cuba em 1880 e por completo em 1886.

Apesar de tudo, no início do século XIX aconteceram

as primeiras rebeliões contra a Espanha, que iriam *in crescendo* e que custariam centenas de milhares de vidas. No entanto, o decrépito imperialismo de Madri, ainda que cada vez mais débil, pode resistir às duras penas.

Fazendo um balanço de uma das rebeliões fracassadas (da década de 1840), um historiador chega a uma significativa conclusão: “Era possível mobilizar os brancos pela independência e os negros pelo fim da escravidão, mas não era possível colocar ambos para trabalharem juntos. Os brancos temiam o fim da escravidão e os negros não estavam muito interessados na independência. Os negros olhavam para o Império Britânico, que tinha liberado os escravos na Jamaica em 1834. *Os brancos agora olhavam em direção oposta, para EUA, onde os proprietários de escravos ainda governavam no Sul*” (Richard Gott, Cuba. A New History, sublinhado nosso).

Em Cuba surgia um novo fenômeno político que, sob diferentes formas, ainda perdura: *os anexionistas*. As classes dirigentes da ilha não se dividiram simplesmente em partidários ou inimigos do domínio espanhol. Surge um setor que já não defende a independência. Um intelectual da época, José Antonio Saco, resume assim: “Não tem outra solução que atirarmo-nos nos braços dos Estados Unidos”... A “eloquente visão expressada por Saco, forte nos EUA e em Cuba, jamais desapareceu do debate político cubano” (Gott, pp 56ss., sublinhado nosso). Efetivamente, seus ecos seguiram ressoando na ilha até 1959 e logo nas ruas de Miami.

### GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA E INTERVENÇÃO DOS EUA

Nas últimas guerras de independência e seus altos e baixos – Grito de Yara e Guerra dos Dez Anos (1868-78), Pacto de Zanjón (1878), Protesto de Baragua (1878), Guerra Chiquita (1879-80) e Grito de Baire (1895), que inicia a derradeira Guerra de Independência – ficaria claro o emaranhado de *tensões e discussões sociais, raciais...* e de *projetos contraditórios* para depois de ter mandado embora os espanhóis, como os anexionistas, por um lado e o que sustenta Martí, por outro.

Mas o processo em curso da última guerra de independência contra a Espanha que se livra a América Latina *é bruscamente cortado em 1898 pela intervenção dos EUA*. Depois de duas fáceis vitórias, Cuba, Porto Rico, Filipinas e outros despojos do antigo Império passam diretamente a mãos dos EUA. Os cubanos, que tinham lutado durante décadas pela independência – ao de preço 200 mil vidas na Guerra dos Dez Anos e 250 mil na última contenda – *nem sequer são convidados na Conferência da Paz em Paris*. E nas colunas dos legendários *mambises*, aos heróicos lutadores pela independência, o grandioso ocupante norte-americano proíbe entrar e desfilar triunfante por Havana: podiam perturbar aos burgueses brancos que estavam trocando de amo imperialista.

Num cruzamento original de etapas históricas, o fim do centenário Império Espanhol marca a irrupção no século XX do mais novo e poderoso imperialismo. Cuba

se livra do colonialismo espanhol somente para cair, *sem solução de continuidade*, nas mãos do jovem e voraz imperialismo ianque.

Cuba é ocupada pelas tropas de EUA e em Havana se estabelece a ditadura militar de um governador designado por Washington, o general Leonard Wood, que durará até 1902. Enquanto isso, em Washington se discute o que fazer com Cuba. Contra os desejos de numerosos anexionistas, tanto norte-americanos como *burgueses cubanos*, Cuba não é diretamente anexada como Porto Rico. Prudentemente, em Washington se impõe um modelo expressamente inspirado na dominação do Império Britânico no Egito, onde formalmente existia um “governo” egípcio, mas com guarnições de tropas britânicas que garantiam sua boa conduta<sup>6</sup>.

### A INDEPENDÊNCIA INCONCLUSA: CUBA, VIRTUAL PROTETORADO DOS EUA

Em Cuba, o “modelo” consiste na “cessão” aos EUA da base de *Guantánamo* e sobre tudo a *Emenda Platt*, um texto incorporado na grandiosa Constituição de Cuba que, entre outras cláusulas infames, estabelece o direito dos EUA *a supervisionar as finanças do novo Estado “independente”* (ponto A) e *a intervir militarmente* para garantir “a manutenção de um governo adequado” (ponto B). Este último não fica na teoria: EUA manda suas tropas de 1906 a 1912, em 1912 e de 1917 até 1923.

Para completar o quadro cubano depois da “independência” da Espanha, a maioria dessas intervenções foi feita *a pedido de algum setor da mesma burguesia cubana*. O resto das classes dirigente latino-americanas não tem brilhado precisamente pela sua independência em relação com o imperialismo ianque, mas a atitude da burguesia cubana constitui um caso extremo. Isto será um ingrediente importante no que sucederá nas duas grandes revoluções que sacudirão Cuba no século XX.

Assim mesmo, os anos de governo militar ianque implicam muito mais: os capitais norte-americanos, despejados sobre a ilha foram apoderando-se de terras, engenhos, serviços públicos... Poucos anos depois, “Cuba transformou-se no produtor de uma imensa riqueza, cujas atividades as companhias norte-americanas e investidores individuais estavam profundamente envolvidos. Banqueiros e comerciantes, proprietários de plantações e engenhos, operadores de trens e simples investidores, todos olham para os EUA a fim de protegerem seus interesses. *Cuba se converteu numa colônia em tudo, menos no nome*” (Gott, pp. 110ss, sublinhado nosso).

Porém, ao mesmo tempo, para o século XX, se transferiram também, *quase sem solução de continuidade, as tradições e formas de ação* de décadas de lutas sangrentas e guerras pela independência que ocuparam o século XIX, como a *tradição das rebeliões internas* e as *expedições revolucionárias desde o exterior*, tomar em armas e partir com um punhado de homens na selva, com um caudilho à frente e com uma



viva consciência de honra, a rebeldia e o sacrifício da própria vida... mas assim mesmo *com uma extrema imprecisão sobre o programa e os objetivos a longo prazo*.

Tudo isso que literária e politicamente expressou tão bem o romantismo modernista de Martí, *se trasladaria ao século XX numa poderosa corrente política: o populismo* (Sam Farber, *The Originals of the Cuban Revolution Reconsidered*, pp. 34ss; Gott, pp. 84ss.). Meio século depois, em julho de 1953, seu caudilho, o jovem advogado Fidel Castro Ruiz, preparava-se para entrar em ação.

## 2) 1933: A DERROTA DA PRIMEIRA REVOLUÇÃO CUBANA

O primeiro terço do século XX não significou para Cuba somente uma mudança de amo –Estados Unidos – e de organização política – a República da Emenda Platt – senão também de uma *vasta transformação econômico-social*. Até meados da década dos 20, Cuba experimentou um *crescimento notável da produção e exportações*. Entre 1900 e 1925, sua principal produção, o açúcar, multiplicou-se *17 vezes*. Assim mesmo, houve um crescimento pujante da mineração, trens, eletricidade etc. Foi um crescimento somente interrompido brevemente pela crise da bolha especulativa do açúcar em 1920-21, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-18) (Farber, *The Origins...*).

### DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Não obstante, esse crescimento de algumas ramas não somente tinha *pés de barro*, senão que escondia o profundo *atraso e vulnerabilidade* da economia cubana tomada no seu conjunto. Era mais um caso do típico “desenvolvimento desigual e combinado” nos países semicoloniais da “periferia” do capitalismo, porém no caso de Cuba, *levado ao extremo*.

Efetivamente, Cuba limitava-se a seguir com seu caráter de grande mono-produtora de açúcar para o mercado mundial, que tinha desde fins do século XVIII. Mas para continuar com isso, o grande capital proveniente de EUA incorporava técnicas mais modernas de elaboração e transporte, que provocavam esse crescimento fenomenal da produção (cf. De Riverend, *Historia econômica de Cuba*, pp. 216ss.). Para agravar as coisas, à mono-produção se foi agregando posteriormente a estreita dependência com o comprador número um do produto: Estados Unidos.

Essa extrema dependência na venda do açúcar ao mercado norte-americano e mundial e seus preços determinariam não somente um *efeito multiplicador* das crises que vinham de fora (como a iniciada em 1929-30), senão também *graves dificuldades para aproveitar momentos de auge econômico mundial*. Assim, até meados dos anos 50, já nas vésperas da revolução, o signo da economia “desde a depressão [de 1930], era uma relativa estagnação ou, no

melhor dos casos, um *crescimento lento*” (Farber, cit., sublinhado nosso).

Assim mesmo, a amplitude avassaladora que tinha a mono-produção de açúcar impedia a diversificação em outros ramos e implicava graves deformações da economia e da vida social. Além do altíssimo desemprego rural, em parte estacionário pelas safras, que repercutia logo sobre as cidades, a extensão dos canaviais e terras de reserva requeridas dificultavam o desenvolvimento de outros cultivos e crias. Assim, em um país de terras cultiváveis se dava o paradoxo de ter que importar boa parte dos alimentos.

### NOVAS E VELHAS CLASSES

Este desenvolvimento capitalista depois da independência – com profundas *desigualdades e deformações* e além do mais com uma sujeição *colonial econômico e político quase absoluta dos EUA* – teria de colocar seu carimbo em todas as classes da sociedade, no Estado e nas relações sociais e políticas em seu conjunto.

O desigual desenvolvimento do capitalismo implicou, em primeiro lugar, *a aparição e crescimento da classe operária moderna*. Junto com ela, elevam-se também setores de *classes médias*, tanto de *pequena burguesia independente como franjas assalariadas* e desenvolveu-se uma *burguesia cubana*, em parte continuação das elites anteriores a independência e em parte novos ricos com uma porção proveniente da nova imigração européia. Os Castro são provenientes precisamente desse novo setor.

A moderna classe operária, que começa a se constituir desde os princípios do século, enfrenta e reflete as condições especiais que impunham a estrutura, o atraso global e as incertezas da economia cubana.

“Estas características da economia cubana afetaram substancialmente a conduta dos trabalhadores. As virtuais eliminações das relações não capitalistas de produção para a subsistência e os meios relativamente avançados de comunicação e transporte criaram uma classe operária urbana e rural que era moderna em certos aspetos fundamentais. Os trabalhadores cubanos eram geralmente sóbrios, rápidos para aprender e com uma saudável dose de respeito entre si. Enraizaram a pontualidade, o baixo número de faltas e outras formas de disciplina industrial. A classe operária urbana e rural foi também bastante sindicalizada (chegou a 50% na década de 50) e combativa. A causa da instabilidade econômica, o substancial desemprego e a insegurança das aposentadorias, os trabalhadores priorizavam a segurança no emprego e as reclamações políticos nesse sentido” (Farber, cit., pp 22ss.).

A nova classe operária e sua combatividade jogariam *um papel central na primeira revolução cubana do século XX*. A raquítica burguesia cubana estava marcada, por um lado, pelo peso esmagador do capital norte-americano e, pelo

## A nova classe operária e sua combatividade jogariam um papel central na primeira revolução cubana do século XX

outro, pelas pressões de uma combativa classe operária que, como veremos logo, a partir da revolução que derrubou a ditadura de Machado em 1933 *arrançou conquistas que foram depois excedendo a capacidade de uma economia instável, estagnada ou com crescimento lento.*

Esse “clima... também influenciou os capitalistas cubanos. Uma mentalidade de agiota afetou amplos setores das classes endinheiradas e desalentava os riscos e os empreendimentos... os bancos cubanos tinham uma considerável liquidez e o capital cubano mostrava uma acentuada tendência a ir embora do país ou a amontoar-se em investimentos imobiliários ou especulativos... [com] uma aversão aos investimentos de longo prazo [e]... a investir na indústria” (Farber, sit., p.23).

Isto implicou também que, como em outros países semi-coloniais, entre o peso, a combatividade da classe operária e o conservadorismo e limitações econômicas da burguesia, somadas as pressões do imperialismo, *o Estado teve que assumir um importante papel de intervenção e regulações.*

Fora destas duas classes fundamentais, abria um leque de condições sociais muito heterogêneas, também determinadas pelos *problemas estruturais críticos* da economia cubana, as *características deformantes da monocultura açucareira e a estagnação.* Além dos setores pequeno-burgueses rurais e urbanos, de contornos mais precisos, o sistema tendia a deixar por fora uma massa “popular” da cidade e o campo, onde tinha todo tipo de situações de pobreza, trabalho informal, etc.

## AS CORRENTES DE ESQUERDA: POPULISMO E MARXISMO STALINIZADO

Nesse contexto, já nos anos 20 começam a tomar forma as duas grandes correntes da esquerda que, com múltiplas mudanças e altos e baixos, se prolongaram até 1959: o *populismo e o Partido Comunista.*

A classe operária moderna em Cuba já tinha começado a desenvolver suas primeiras lutas e organizações. No final do século XIX e início do XX acontecem algumas greves. A “primeira grande greve no açúcar [aconteceu] em outubro de 1917, por aumentos salariais e pelas 8 horas de trabalho... a Confederação Nacional Operaria Cubana (CNOC) foi criada pelos anarquistas em 1925” (Gott, cit.). No marco da aparição deste novo ator social na ilha, que seria um dos grandes protagonistas da revolução de 1933, a enorme repercussão mundial da Revolução Russa influi na *fundação do Partido Comunista em 1925.*

O primeiro PC cubano foi fundado por Julio Antonio Mella – a grande figura do partido, orador e carismático dirigente estudantil<sup>7</sup> – Carlos Baliño e José Miguel Pérez, que seria seu secretário geral. Baliño era um “veterano marxista que esteve junto a José Martí na fundação do Partido Revolucionário Cubano em 1892, criador de um Clube de Propaganda Socialista em 1903” (ver Pérez Cruz, “A propósito do artigo Julio Antonio!... até depois de morto”).

O PCC, embora tenha surgido no movimento

estudantil e na intelectualidade, dirigiu logo o centro da sua atividade para o movimento operário e sindical, onde angariou importantes posições na CNOC.

O nascimento do PCC coincide com a aceleração do processo de degeneração burocrática da União Soviética e da estalinização da III Internacional e os partidos comunistas em todo o mundo. Como não podia ser de outro modo, o PCC foi moldado por essa situação, que implicava em primeiro lugar, acatar cegamente as orientações ditadas por Moscou. Como veremos logo, isto o levaria a sucessivos desastres no cumprimento das políticas ordenadas por Stalin do “terceiro período” (1928-34) primeiro e da “frente popular” depois<sup>8</sup>.

A outra grande corrente histórica, mais ampla que a marxista, foi o *populismo*. Heterogênea e não centralizada, foi um *movimento aluvial* com variedade de correntes ziguezagueantes, organizações, líderes e programas nunca bem definidos. Nas décadas que precederam a revolução de 1959, o populismo cubano – como em outros países de América Latina- produziu de tudo: líderes e partidos políticos que terminaram como absolutamente burgueses e pró-imperialistas; grupos lúmpens e gangsteres, especialmente no movimento estudantil; organizações radicalizadas e combativas muito mais a esquerda etc. Porém, o populismo cubano gerou algo que não repetiram as correntes semelhantes do continente: uma corrente, Fidel Castro e o Movimento 26 de Julho, que expropriou o capitalismo.

Em Cuba, como em todo mundo, o populismo no nível de suas direções, nasce geralmente em setores da pequena burguesia e das ambíguas “classes médias” e trata de fazer pé com setores mais “populares”. Essas localizações sociais “intermediárias” são a base tanto da sua ampla heterogeneidade como de seus ziguezagues políticos.

Não obstante, seria um desacerto, no caso de Cuba, dar por resolvido com a abstração de que se tratava de uma “corrente pequeno-burguesa”, como fazem alguns. É o erro frequente de dar por finalizada a análise quando esta apenas começa.

O caráter “pequeno-burguês”, que geralmente tem o populismo é uma das verdades abstratas que logo, no concreto, não explicam grande coisa... e menos ainda no caso de Cuba, sua falta de rumo na revolução de 1959. Por isso mais adiante voltaremos a esse ponto, que é uma *chave primordial* tanto para compreender as características peculiares que assumiu em Cuba como para definir o caráter da revolução e do regime.

Nossa primeira observação é que os populismos (a diferença das correntes que se reclamam marxistas) *não se referenciam numa classe social explorada, a classe operária, senão antes de tudo no “povo” em geral e na “nação, na pátria, etc.* Essa “ambiguidade” de classe do populismo movimentou-se com sua *imprecisão programática* (outra diferença com o marxismo).

Na América Latina, as variantes “de esquerda” do populismo muitas vezes expressam reação perante as pressões do imperialismo desde franjas minoritárias da burguesia, das

classes médias e inclusive de setores do mesmo aparelho do Estado. Logicamente, o interesse destes setores não é expressar essa confrontação em termos de classe, senão do “nacional” e o “popular”, ou seja, a noite é negra onde todos os gatos são pardos. Estas ambigüidades não somente servem para velar a presença de interesses de classe distintos e contraditórios, senão também e mais que tudo *para que a classe operária não jogasse nessas confrontações um papel independente que poderia tornar-se hegemônico.*

No caso especial de Cuba, esses rasgos haveriam de ressoar *com força multiplicada* por causa do caráter *inconcluso e malogrado* que tinha tido a sangrenta luta pela independência. Em apenas uma geração de distancia, os temas do populismo nascido (ou renascido) nos anos 20 *eram continuidade dessa viva tradição, em especial da vermelha por sua figura mais radical* (e anti-ianque), José Martí: “Os fortes elementos de estoicismo e romantismo no pensamento de Martí ficaram fixos na tradição populista cubana, que frequentemente via a firme dedicação, o sacrifício e o heroísmo como virtudes auto-suficientes na dura esfera da ação política, em particular da ação revolucionária” (Farber, cit., pp 36ss.).

O auge do populismo, seja de direita ou de esquerda, tem a ver geralmente com situações *de crises econômicas, sociais e políticas* e sobre tudo de *mal-estar e descontentamento generalizado em todas as classes da sociedade* (ainda que isto se expresse de formas diferentes segundo de quem se trate). Um de contentamento que não alcança ser canalizado nem pelas forças políticas burguesas “tradicionais” e “orgânicas” nem pelas que se reclamam da classe trabalhadora. Assim serão também em Cuba os *dois grandes picos do populismo*, marcado pelas *revoluções de 1933 e 1959.*

Por último, nos movimentos populistas, *a liderança assume também formas especiais* e de fundamental importância política.

Nos séculos XIX e XX, as relações entre os grandes movimentos políticos e sociais “modernos”, de esquerda ou de direita, partidos etc. e de suas direções têm sido extremamente complexas e contraditórias. Dentro disto, o mais subjetivo dos fatores em jogo, o “fator direção” é um elemento de primeira ordem em combinação com os mais “objetivos”.

Mas, neste contexto, a liderança populista – sobretudo na sua versão latino-americana, a do “caudilho”- tem *traços próprios e importância sem igual.* Com o risco de simplificar, poderíamos dizer que a experiência dos séculos XIX e XX indica que os partidos e movimentos (e suas direções) *que se apoiaram diretamente nas classes fundamentais da sociedade* – os capitalistas ou a classe trabalhadora – e sobretudo os que se basearam na democracia operária, tem sido *qualitativamente mais “orgânicos”* que o populismo. Por isso, o peso se suas direções, ainda que primordial, tem sido também *muito mais “mediado”,* através de instituições e “regras do jogo” determinadas.

Em contraste, entre o líder ou caudilho populista e os setores que o apóiam, se estabelecem *relações “diretas” e*

*essencialmente de cima para baixo, ou seja, de estruturas para a ação imediata sob suas ordens.* Em Cuba, será assim primeiro com o grande caudilho populista de esquerda, Antonio Guiteras. Uma geração depois, se repetirá com Fidel Castro.

Por isso, como assinalamos na *Introdução* e ampliaremos no próximo capítulo, a questão do “*Comandante em Chefe, ordene!*” não é figura retórica, senão a *relação essencial* dos movimentos populistas entre o caudilho (neste caso, o “comandante”) e suas bases; uma relação que logo, ao chegar ao poder, *molda em maior ou menor medida ao conjunto do novo regime e do Estado.* E, dentro disso, *determina as relações entre as massas populares e o governo e o regime presididos pelo caudilho.*

### A REPÚBLICA DA EMENDA PLATT

O Estado e o regime quase colonial que começaram a se formar em 1902 tiveram uma trajetória turbulenta desde o começo. Junto às escandalosas fraudes que tinham lugar em cada eleição presidencial (que derivavam em mini-guerras civis e davam pretexto a novas intervenções militares dos EUA), produziram-se outras comoções, mais de fundo e mais sangrentas.

No começo, o motor foi o injusto saldo final da luta pela independência, que burlava seus heróicos combatentes, os *mambises*, majoritariamente *negros ou mulatos.* A nova República não somente era um embrião *semicolonial*, senão também *racista das elites brancas.* A herança da escravidão, inclusive depois de ser abolida, tem sido sempre a *discriminação racial.* Em Cuba, testemunhos indicam que isso se agravou na República, que além do mais mantinha a disciplina de um imperialismo *profundamente racista.* As instituições fundamentais da República semicolonial – a presidência, as câmaras, a justiça, os partidos e a oficialidade do exército – ostentavam uma pureza racial como a dos estados do Sul dos EUA. Teria que esperar até a revolução de 1959 para que os negros pudessem ascender a todas as praias e entrar nos clubes privados.

“Os negros cubanos tinham garantido o grosso dos soldados na guerra da independência e não tinham recebido nenhuma recompensa. Quanto ao caráter racista da sociedade colonial se repetia na era republicana, *os mambises* eram prontamente esquecidos. Seus grandes generais [como Antonio Maceo] tinham morrido na guerra” (Gott, cit., pp. 120-124).

Depois de depositar esperanças em vão no Partido Liberal, em 1908 foi fundado o *Partido Independente de Color* para lograr uma representação política. A resposta do regime e da burguesia foi selvagem. Começou com o banimento do novo partido, o encarceramento dos seus dirigentes e finalizou em 1912 com um massacre em que foram assassinados mais de 3.000 negros e mulatos, entre eles o fundador do partido, Evaristo Estenoz (Castro Fernández, “O Partido Independente de Color cubano (1908-1912)”. Foi nessa ocasião que fez estréia em Cuba uma nova arma importada de EUA: a metralhadora, muito útil para arrasar aldeias inteiras de negros (Gott, sit., p.125).



## A DITADURA DE MACHADO, O “MUSSOLINI TROPICAL”

A continuação da República da Emenda Platt não foi melhor que sua inauguração. Em 1925, sob o auspício da Embaixada de EUA, iniciava uma das ditaduras mais terríveis e sangrentas da história latino-americana, a de Gerardo Machado.

Machado tinha surgido do Partido Liberal que, junto com o Partido Republicano, era parte da grotesca paródia que a burguesia cubana fazia desde 1902 do sistema bipartidário dos EUA... claro que com diferenciais que não se espalhavam em Washington, tais como fraudes eleitorais demasiadamente escandalosas, seguidos de mini-guerras civis, assassinatos, etc.

Essa “democracia” seria sucedida pela ditadura de Machado, batizado por Mella como um “*Mussolini tropical*”. O qualificativo ficou famoso ainda que não fosse totalmente exato. Machado admirava os êxitos do Duce em esmagar o movimento operário, as greves e o “perigo vermelho” e imitava alguns traços. Assim, em 1926 tratou de pôr em marcha um “cooperativismo” que remendava o corporativismo fascista. Porém seu regime era uma das típicas e sangrentas ditaduras cívico-militares que abundariam no século XX latino-americano, com Washington como patrocinador.

O Mussolini tropical viu esgotar-se seu período de êxitos muito mais rápido que seu modelo italiano. Simultaneamente a sua presunção, em 1925, Cuba entra com toda força nos problemas econômicos que já analisamos e dos quais nunca terminaria de sair totalmente. Caem os preços e a produção de açúcar entra num declive histórico. A depressão mundial iniciada em 1929-30 vai transformar isto em catástrofe; os preços caem e o valor total da produção de açúcar cubano vai 200 milhões de dólares a 40 milhões em 1932 (De Riverend, cit., pp.234ss. e Gott, cit., p 134).

A situação econômica e social foi levando ao desespero a classe trabalhadora e as classes médias, *colocando-as em movimento*. A crise *colocou também em ação a juventude estudantil*, que foi o caldo de cultura em que nasceram e se desenvolveram todas as direções de esquerda ou de direita que encheriam a política da ilha<sup>9</sup> até o surgimento de uma nova geração política, a de Fidel Castro... que também se originaria majoritariamente na Universidade.

Em Cuba, como em muitos países latino-americanos dessa época, a Universidade e especialmente o movimento estudantil, tinha uma *importância política de primeira ordem*. Por um lado, *refletia* muito as tensões e lutas sociais e políticas. Por outro, influenciava notavelmente nelas, mas não somente

em termos “ideológicos” ou “teóricos, senão diretamente, *na ação*.”

A intelectualidade e em especial os estudantes (ainda que provinham da burguesia e das classes médias, não estavam ainda plenamente integrados em suas relações de classe) sempre tinham tido a particularidade de *refletir de algum modo as crises e contradições do conjunto da sociedade e os interesses de alguns de seus setores*. Por isso, havia desde intelectuais e estudantes pró-imperialistas até pró-operários, passando por matizes intermediários.

Na efervescente estudantada cubana do final dos anos 20 e início dos 30, este fenômeno se expressava ao máximo, especialmente no desenvolvimento de *correntes políticas de oposição* a um regime que não deixava margem de oposição e contestava aos balaços qualquer reclamação. Na direita surgiria o ABC, agrupamento inspirado no fascismo italiano e uma de suas correntes intelectuais, o futurismo de Marinetti, que simultaneamente era opositor de Machado.

Na esquerda já falamos do nascimento do PCC, ainda que se dirigisse à classe operária, nascia de ativistas estudantis

como Mella. O surgimento da classe operária moderna, suas lutas e, sobretudo, a comoção de Revolução Russa tinham impactado um setor dos estudantes.

Mas, como já assinalamos, as principais correntes que surgem entre os estudantes podemos considerá-las como as *diversas expressões do populismo, mais reformistas ou mais radicalizadas e revolucionárias*. Em 1927, em oposição a Machado, se

forma o primeiro *Diretório Estudantil*. Imediatamente é desbancado pela repressão, mas isso faz girar a muitos de seus ativistas a formas mais clandestinas e violentas de oposição. Em setembro de 1930, o Diretório se restabelece como organização secreta e inicia uma forte campanha terrorista. Meses depois, outros setores formam a Ala Esquerda Estudantil.

Por último, do Diretório nasceria outra corrente, liderada por sua figura mais radical, *Antonio Guiteras Holmes*, que constitui a União Revolucionária (UR) em 1931-32 e logo a Jovem Cuba (1934) que em vários aspectos será *uma prefiguração política e até anedótica de Fidel Castro*.<sup>10</sup>

## 1933: ESTOURA UMA REVOLUÇÃO OPERÁRIA E POPULAR

Finalmente, tudo voou pelos ares em 1933. Mas não foram as organizações clandestinas e armadas dos estudantes que produziram a explosão. Desatou-se uma revolução *iniciada e encabeçada pela classe operária*. Como sempre sucedem nestas circunstâncias, os mais amplos setores sociais entraram em ação. Mas, nesse caso, *foi a classe operária não*

**Desatou-se uma revolução iniciada e encabeçada pela classe operária. Como sempre sucedem nestas circunstâncias, os mais amplos setores sociais entraram em ação. Mas, nesse caso, foi a classe operária não somente quem a iniciou, senão também a que determinou em última instância seu curso, no qual influíram decisivamente os problemas de direção política dos trabalhadores**

somente quem a iniciou, senão também a que determinou em última instância seu curso, no qual influíram decisivamente os problemas de direção política dos trabalhadores.

A revolução começou com uma greve de condutores de ônibus em Havana, em julho. “Isto levou a um confronto sangrento entre os condutores e a polícia. Mas outros trabalhadores se uniram a greve... Em agosto, o que tinha sido um protesto operário comum havia se transformado numa greve geral com aspectos insurrecionais” (Gott, cit., p.135).

Aterrorizados, a embaixada dos EUA e a burguesia cubana deixam Machado sem apoio e o aconselham a renunciar. O ditador foge a Nassau em 12 de agosto. Mas isso não apaziguou as coisas: “Sua caída levou a *primeira Revolução Cubana do século XX...*Sem a pressão da ditadura... desatou-se um ascenso do fervor revolucionário...A onda de agitação se estendeu através das zonas açucareiras até os mais distantes engenhos” (Gott, sit., pp. 135-136, sublinhado nosso).

Um informe de observadores norte-americanos descrevia assim a situação: “Se estima que há 36 engenhos com controle operário. Tem-se organizado *soviets* em Mabay, Jaronú, Senado, Santa Lucía e outras centrais açucareiras. Formaram-se guardas operárias, armadas com paus e revólveres. Um bracelete vermelho serve de uniforme. Os operários fraternizam com os soldados e a polícia... Durante a primeira etapa do movimento, as manifestações em Camaguey e Oriente frequentemente estavam encabeçadas por um operário, um camponês e um soldado” (citado por Gott, p.136). Esse informe acrescentava que os comitês operários tinham tomado os trens, alguns portos e pequenas cidades. Também haviam começado a organizar a distribuição de comida para a população e a repartição de terras.

Sobre essa candente situação que acontecia por baixo, a embaixada ianque tenta por cima impor um governo de direita semifascista, com o pessoal do ABC no gabinete. Isso fracassa em poucos dias, pois a *revolução fez ruptura na instituição fundamental, o exército*.

O 4 de setembro se produz na principal guarnição militar, o Campo Columbia em Havana, uma rebelião de sargentos, cabos e soldados, encabeçada por um mulato de origem humilde – *Fulgencio Batista Zaldívar* – que reduz a aristocrática oficialidade. O Diretório Estudantil se une à “rebelião dos sargentos” e juntos fazem uma ato, que Batista se firmará como “*sargento chefe de todas as Forças Armadas da República*” (J. Oramas, “Uma Revolução que se foi a bolina”). A partir daí, a antiga oficialidade foi expulsa do Exército e em parte liquidada fisicamente quando tentava rebelar-se. Sargentos e cabos, como Batista, ocuparão seus postos.

Dias depois, essa coalizão do Diretório com Batista e seus sargentos ergue um novo governo, que provavelmente tenha sido o primeiro da República que não era acordado com o embaixador dos EUA, que se apressou em negar o seu reconhecimento. Passaria para a história como o

“governo dos 100 dias”.

Era presidido por Ramón Grau San Martín, rico médico e professor ligado ao Diretório Estudantil e tíbio reformista. Não obstante, *quem deu a posse á gestão do novo governo foi Antonio Guiteras*, secretário de Governo (Ministro do Interior), que era a *ala mais radical* e que assume naquele momento a liderança da revolução. Porém, simultaneamente, o sargento Batista se consolidava no comando do novo exército... e se conectava com a Embaixada.

Guiteras emitiu uma série de decretos “progressistas”, que atacavam interesses imperialistas e patronais, como a jornada de 8 horas, o salário mínimo, divisão de terras, nacionalização de serviços públicos, etc. (ver Rosales García, “Revolução e anti-imperialismo em Antonio Guiteras” e Cruz Palenzuela, “Antonio Guiteras, precursor da Revolução Cubana”). Não obstante, Guiteras e sua União Revolucionária não tinham bases *orgânicas* sólidas em nenhuma classe social e menos na classe operária que fez a greve geral insurrecional que derrubou Machado. Batista simplesmente esperou, consolidou sua posição de comando das forças armadas e em meados de janeiro de 1934, se desfez do governo e seu ministro populista, que ao dizer de Gott, “foi o nexo histórico entre Martí e Fidel Castro. Sua ideologia e prática política prefiguram a de Castro 20 anos depois” (Gott, cit. P 139).

## O REFLUXO DA REVOLUÇÃO: UM BALANÇO DOS SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS

A partir daí, o filme da revolução começa a passar ao contrário. Durante mais de um ano prosseguiram as greves operárias e as mobilizações opositoras. Guiteras organiza um novo movimento – Jovem Cuba – e vai para a clandestinidade. O governo do primeiro dos presidentes títeres de Batista – o coronel Carlos Mendieta – vai derrotando-os, principalmente mediante uma dura repressão que inclui a ilegalidade de sindicatos e o fechamento da Universidade. Em março de 1935, o fracasso da convocatória para uma greve geral marca o refluxo definitivo da revolução. Dois meses depois, em 8 de maio, Guiteras é assassinado numa emboscada.

Batista vai consolidando a posição de poder por trás do trono e logo como ocupante do mesmo. Até 1940, ano em que assume *diretamente* a presidência, Batista, apoiado pelo exército, *controlará Cuba através de governos títeres*.

Nesta vitória contra-revolucionária pilotada por Batista, a repressão teve um papel central. O novo exército dos sargentos mulatos demonstrou não ser muito diferente do antigo dos aristocráticos oficiais brancos. Junto com isso atuaram outros fatores políticos e sociais não menos decisivos.

O próprio Batista “ainda tinha vento populista nas velas” (Gott, cit., p 141). Amplos setores da população ainda viam Batista e sua “rebelião dos sargentos” *como parte da revolução de 1933*. Sua condição de mulato nascido no

engenheiro – que reivindicava abertamente – era um facilitador para apresentar-se como “um representante do povo” e, sobretudo dos mais indigentes. Ao mesmo tempo em que reprimia os sindicatos operários e aos estudantes, Batista enviava o exército para construir escolas e alfabetizar em zonas pobres. Era *uma demagogia populista, mas de direita e a serviço do imperialismo*, que foi crescendo à medida que o melhoramento da situação econômica lhe permitiu fazer concessões também ao movimento operário.

Mas, o quadro não estaria completo sem a referência às outras forças políticas que intervieram na primeira Revolução Cubana, o *populismo nas suas tão variadas expressões e o PCC*. A ala radicalizada e mais conseqüente, a encabeçada por Guiteras, recebeu um golpe mortal com o assassinato do seu caudilho e as constantes perseguições de Batista. Mas a imensa maioria do populismo da revolução de 1933 degenerou sob distintas formas.

Em janeiro de 1936, com a revolução já derrotada, Batista dispõe uma abertura democrática e convoca eleição. Os figurões reformistas do Diretório, como Grau San Martín e Prío Socarrás, se acomodaram de imediato na situação, fundando o Partido Revolucionário Cubano Autêntico (copiando o nome da organização política de Martí). Na realidade, um partido burguês normal, com militância de classe média, que atuava como “oposição de sua Majestade” frente aos batistianos.

Outros fragmentos do populismo, inclusive setores provenientes da Jovem Cuba, degeneraram no movimento estudantil como organizações criminosas, que nas décadas de 40 e 50 assolavam a Universidade de Havana.

O balanço do PCC foi ainda pior. No momento de produzir-se a revolução de 1933, o stalinismo estava na política do “terceiro período”. Toda corrente de esquerda que não fosse estalinista era caracterizada como uma “variante” do fascismo. Assim, os socialistas alemães e europeus em geral eram qualificados de “social-fascistas”. Em Cuba não havia social-democratas. Então, os “social-fascistas” eram os opositores populistas de Machado, o Diretório, Guiteras etc.

Nesse contexto, ao começar em julho, as greves operárias que derrotariam Machado, o PCC comete sua *primeira e monumental traição*. A direção da CNOC *pactua com a ditadura o levantamento das greves*. Seus piores inimigos eram os “social-fascistas” do Diretório e a UR! “Esta foi a origem da maior divisão na esquerda cubana, que somente terminou com a fundação, por Fidel Castro, do novo PC, unido em 1965” (Farber, cit., p. 37). No entanto, os trabalhadores não fizeram caso das diretivas dos dirigentes sindicais do PCC e prosseguiram a greve geral até derrotar Machado.

Logo, o alvo número 1 do PCC foi o governo populista radical, em que Guiteras era a principal figura. O atacou como o inimigo principal, mas era óbvio que estava sob o olhar da embaixada ianque e de Batista para dar-lhe um golpe e derrubá-lo.

Já no final dos anos 20, a delirante política do “terceiro

período” tinha sido um dos motivos do surgimento em Cuba do primeiro grupo trotskista – a Oposição Comunista – encabeçado por um grande dirigente operário, e negro, Sandalio Junco, que logo dirigiria a Federação Operária da Havana<sup>11</sup>. Ao contrário do PCC, a corrente de Junco (que logo se chamaria Partido Bolchevique Leninista) atua frequentemente em unidade de ação com Guiteras, fato que se aprofunda depois do golpe de Batista em janeiro de 1934. A fracassada greve geral de 1935 foi principalmente impulsionada pelo grupo de Junco e a Jovem Cuba, de Guiteras. A CNOC, em mãos do PCC, a sabotou.

Em 1935, Moscou dá um giro de 180°: do ultra-esquerdismo passa à linha de “frente popular” com setores “progressistas” e/ou “democráticos” da burguesia. Em Cuba, o setor democrático e progressista resulta ser... o ex-sargento Fulgencio Batista.

Assim, em 1936, decide-se dar apoio político a Batista em troca de legalidade e apoio para se apoderarem dos aparelhos sindicais. “As pessoas que trabalham para derrubar Batista – declarava a revista da Internacional Comunista – não estão agindo no interesse do povo cubano”. Batista permitiu que o PCC formasse uma nova central operária, a CTC, dirigida por Lázaro Peña, um operário negro da indústria do tabaco. A CTC se transformou na beneficiária de uma estreita relação com o Ministério do Trabalho” (Gott, cit., pp. 143-144).

O idílio do stalinismo com Batista culminaria no início da década de 40. Batista ganha as eleições presidenciais naquele ano se apresentando como candidato da Coalizão Socialista Democrática, aliados com o Partido (ex-PCC). Em compensação, seus sócios estalinistas receberão dois ministérios.

O órgão oficial do PSP – *Hoje* de 13 de julho de 1940 – fundamenta assim seu apoio a Batista: “Cubano 100% zeloso, guardador da liberdade pátria, tribuno eloquente e popular... pró-homem da nossa política nacional, ídolo de um povo que pensa e vela por seu bem estar... homem que encarna os ideais sagrados de uma Cuba nova e que pela sua atuação de democrata, identificando-se com as necessidades do povo, leva em si a marca do seu valor”.

O stalinismo escrevia desta maneira o epitáfio da revolução operária e popular de 1933.

### 3) O TRIUNFO DA SEGUNDA REVOLUÇÃO CUBANA EM 1959

O pós Segunda Guerra presenciaria o desenvolvimento da *segunda revolução cubana do século XX*, esta sim triunfante. A segunda revolução apresenta, por um lado, uma *clara continuidade* com a de 1933 (e, em um sentido mais amplo, com as lutas do século XIX pela independência nacional, cortadas brutalmente pela intervenção dos EUA). A corrente hegemônica de 1959 e seu líder Fidel Castro, *continua a tradição populista radical* de pré-guerra, especialmente a de Guiteras.



Mas, por outro lado, a revolução de 1959 será o oposto à de 33, ou, pelo menos, profundamente diferente. Longe de ser uma revolução em que a *classe operária e trabalhadora*, atuando com suas próprias organizações, joga o papel *principal*, a revolução de 1959 será popular, no mais amplo sentido da palavra.

Os fatos e datas que gradativamente levaram à revolução de 1959 são bem conhecidos pela vanguarda latina americana, diferentemente do período anterior, quando ocorreu em Cuba uma das mais importantes revoluções operárias da América Latina no século XX, algo não muito conhecido pela grande maioria. Portanto, não faremos aqui uma recapitulação histórica como a do período anterior. Vamos somente lembrar alguns fatos e datas que precederam a revolução de 1959.

Fulgencio Batista, com seus servidores do Partido Socialista Popular em dois ministérios, governa até 1944. Nesse período, Cuba goza os benefícios da Segunda Guerra Mundial, que aumenta o preço do açúcar e permite anos de prosperidade inédita, fenômeno que também ocorre em outros países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Chile etc., com outras produções primárias. O pós-guerra, com um declínio progressivo do preço do açúcar, especialmente a partir de 1952, irá devolver Cuba à realidade de monocultura, que com suas oscilações extremas, *desloca econômica e socialmente a ilha*.<sup>12</sup>

Batista foi sucedido por seu opositor, *Ramón Grau San Martín*, presidente do “governo dos cem dias” de 1933, que agora encabeça o *Partido Revolucionário Cubano Autêntico*. Em 1948, também pelo PRCA, alcança a presidência outra relíquia do Diretório Estudantil de 1933, *Carlos Prío Socarrás*.

Os governos dos “autênticos”, especialmente o de Prío, ficarão famosos pelo *grau fenomenal de corrupção*... isso em um país onde quase nenhum governante havia deixado de roubar!<sup>13</sup> Ainda assim, como já corriam os tempos da Guerra Fria, purgam o movimento sindical de dirigentes do PCP. Os estalinistas encabeçavam, sob as asas de Batista, a burocratização dos sindicatos e se submetiam ao Estado, via Ministério do Trabalho. Logo, como ministros de Batista, não se cansavam de elogiar a aliança “antifascista” com a “Grande Democracia do Norte”. Portanto, no clima da Guerra Fria, resultou fácil varrê-los dos aparelhos sindicais (Gott, cit., p. 145) para serem substituídos por burocratas aprovados por Washington. Em um nível geral, o PSP perdeu também muito apoio político.<sup>14</sup>

O desastre da administração dos “autênticos” e sua escandalosa corrupção produzem, em 1947, uma ruptura no PRCA. *Eduardo Chibás*, outra figura radical da revolução de 1933, que havia atuado sob a direção de Guiteras no “Governo dos cem dias”, funda o *Partido Ortodoxo*, com o lema “Vergonha contra dinheiro” e “Prometemos não roubar”, que *revive um dos temas preferidos do populismo, a honestidade*, que logo seria retomado pelo Movimento 26 de julho. Fidel Castro, que havia iniciado sua atividade política no movimento estudantil na Universidade de

Havana, seria depois um dos dirigentes da juventude ortodoxa. Em 1951, Chibás morre em um insólito incidente: depois de pronunciar um inflamado discurso por rádio – “O último aldabonazo” – um tiro é disparado em frente ao microfone. Um gesto de imolação também inscrito na tradição populista cubana.

O processo político é bruscamente interrompido quando Fulgencio Batista, em 1952, um ano antes das eleições presidenciais *dá um golpe militar e retorna ao governo como ditador*. Em 1954, convoca eleições sendo candidato único. Sua ditadura abrirá as portas à revolução.

Em 26 de julho de 1953, Fidel Castro, que organizou um grupo de *jovens, quase todos provenientes da juventude ortodoxa*, fracassa ao tentar a tomada do quartel Moncada. Em 1956, depois de ser anistiado, prepara no México uma expedição que, partindo a bordo do iate *Granma, desembarca em 2 de dezembro, na província Oriente. Iniciam-se as operações do Exército Rebelde*. Assim se repete o esquema da maioria das rebeliões produzidas na ilha desde o século XIX, incluindo a frustrada de Guiteras, em 1935.

Em 1958, a oposição a Batista cresce em toda a ilha, mas *em 9 de abril fracassa uma tentativa de greve geral*, que motiva uma duríssima repressão nas cidades. Contudo, em julho, uma ofensiva de Batista contra os rebeldes *é derrotada ao ir se desmoronando o exército*. A ditadura já não pode se sustentar.

No 1º de maio de 1959 Batista foge da ilha. O Exército Rebelde e o Movimento 26 de Julho tomam o poder. Em maio se promulga a *Lei de Reforma Agrária*. Começam a agravar-se *as tensões com Washington e a radicalizar-se o processo revolucionário*, num curso vertiginoso. Em 4 de fevereiro de 1960, Cuba firma um tratado comercial com a União Soviética. Em março, para derrotar o governo de Castro, agentes dos EUA começam ações de sabotagem e atentados que já estavam em preparação desde 1959. Em abril, o governo ianque planifica o bloqueio econômico da ilha, que irá crescendo, com a retirada da quota de açúcar (setembro 1960) e outras medidas. Em junho e julho, as refinarias de petróleo de propriedade imperialista se negam a processar o óleo cru recebido da URSS. Fidel as expropria. Em agosto, Castro expropria em massa as propriedades norte-americanas. Em outubro de 1960, EUA iniciam um bloqueio econômico total (que dura até hoje) e o governo começa a expropriação em grande escala da burguesia Cubana, que em grande parte já havia se mudado para Miami nos meses anteriores.

Em janeiro de 1961, os EUA rompem relações diplomáticas e pouco depois organizam bombardeios aos aeroportos cubanos. Em 4 de fevereiro, na Segunda Declaração da Havana, Fidel Castro proclama o caráter socialista da revolução e em 17 de abril, na Bahia dos Porcos, se inicia uma invasão de “vermes” organizada pelos EUA, que é rapidamente derrotada.

Desde então, a “institucionalização” da revolução, o fracasso da linha guerrilheira patrocinada por Guevara para América Latina<sup>15</sup> e o isolamento internacional da ilha se

irmanam para que a direção cubana, Fidel Castro, leve a ilha a uma *estreita integração e dependência da burocracia de Moscou*, copiando tanto seu modelo econômico como político. Neste contexto, *em 1965 funda-se o novo PCC (Partido Comunista de Cuba)*, réplica dos partidos únicos burocráticos do bloco soviético. O regime político também se consolidará como um *partido único*, como *não somente administra verticalmente o aparelho de Estado, mas todas as organizações sociais*: operárias, estudantis, femininas, culturais, etc.

Em política exterior, o governo cubano *se alinhará incondicionalmente com o Kremlin*. Em 1968, *este curso chega ao topo* (Gott, cit., pp. 235ss.): o governo cubano aplaude a invasão do Kremlin à Checoslováquia para esmagar a Primavera de Praga. Em 1979, apóia a intervenção da URSS no Afeganistão, que marcará o princípio do fim do regime soviético. Em troca deste apoio incondicional, Moscou subvenciona a economia cubana e mantém forças militares dissuasórias de uma intervenção dos EUA. Ao mesmo tempo integrada ao sistema soviético, Cuba “socialista” continua sendo, como desde o fim do século XVIII, *um país com monocultura de açúcar*.

Vinte anos depois da Primavera de Praga, a burocracia de Moscou estava em sua mais grave crise econômica, política e militar, que o Ocidente aproveita – com Reagan – para exercer pressão. No Kremlin, estavam abertas *as correntes restauracionistas*, primeiro dissimuladamente com Gorbachov (URSS 1985-91) e logo abertamente com Yeltsin (Rússia 1990-99). Já em meados dos anos 80, as aspirações da maior parte da burocracia (que logo se “recicla” no novo regime burguês de Rússia) são: *terminar com a Guerra Fria e buscar uma associação com EUA e o ocidente* (Gott, cit., pp. 273ss). Nesse contexto, Cuba é um *estorvo* político e um *esbanjamento* econômico, e fica a abandonada à sua sorte. Abrir-se-á, assim, uma nova etapa que chega até nossos dias.

#### **QUEM, O QUÊ E COMO: O PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA NA SEGUNDA REVOLUÇÃO CUBANA**

Como já adiantamos, as forças motrizes sociais e políticas da revolução de 1959 apresentaram simultaneamente uma *continuidade* do processo de 1933 e, ao mesmo tempo, uma *profunda diferença*. Esta *nova combinação dos sujeitos sociais e políticos, atores da revolução*, será o principal determinante do seu caráter – eminentemente *popular e populista* – assim como o *tipo de Estado* que irá se conformando, seu regime, suas relações políticas e econômicas e igualmente das linhas que aplicará em nível internacional.

Enquanto isso, a revolução de 1959 é, em todos os sentidos, *social e politicamente*, o *revival* triunfante do populismo radical de uma geração anterior; a classe operária como tal *passa a segundo plano* (o oposto de 1933). Nisso influíram não somente os *resultados imediatos* da derrota da revolução de 33, mas *o que aconteceu depois dela* e o papel sinistro cumprido pelo PCC (logo, PSP).

A classe operária cubana, depois de ser derrotada nessa primeira revolução, foi aprisionada em um poderoso aparelho de sindicatos *burocráticos e estatizados*, a CTC. Este processo, como advertia Trotsky no México, era geral nessa época, embora em Cuba houvesse características peculiares – porque disso se encarregaram, principalmente os stalinistas, e não correntes nacionalistas burguesas, como no México e logo na Argentina. Ao mesmo tempo, desde cima, foram dadas concessões aos trabalhadores sindicalizados que chegaram a ser 50% da força de trabalho na ilha. Não se trata do fato de que não ocorressem lutas: o proletariado cubano sempre se distinguiu por sua combatividade, que

foi *repressada* pelos aparelhos e também *orientada* por canais sindicalistas e corporativos, cujo horizonte não ia além das “pressões” para ampliar essas concessões<sup>16</sup>.

Em 1947, a Guerra Fria vai interromper o idílio entre os sindicalistas do PSP e o Estado. O governo de Grau San Martín desaloja, com a polícia, Lázaro Peña e demais sindicalistas do PSP do “Palácio dos Trabalhadores”, do edifício da CTC, e o entrega a um sinistro burocrata ‘amarelo’, Eusebio

Mujal, um *gângster* que logo trabalharia a serviço de Batista<sup>17</sup>.

A classe operária entrou, então, com essas *grandes desvantagens* políticas e orgânicas ao processo revolucionário de meados dos anos 50. Como aconteceu em amplos setores da sociedade cubana, desde a burguesia até as camadas mais populares, os trabalhadores não ficaram à margem. Não obstante, não voltaram a ser desta vez a indiscutível vanguarda. E, sobretudo, sua participação foi, principalmente, de forma *individual*, como parte do *povo* e não *orgânica* como *classe*. Não houve “*soviets*” nem sindicatos revolucionários, como em 1933, que fizera cair a ditadura mediante greves gerais revolucionárias<sup>18</sup>.

Em 9 de abril de 1958, a derrota de uma tentativa de greve geral revolucionária leva a uma sangrenta radiografia desta mudança. A greve havia sido convocada pelos setores urbanos (El Llano) do 26 de Julho e outros movimentos (parece que com muitas reservas de Fidel Castro e dos comandantes de La Sierra). Ao convocá-la, *todos tinham em mente a greve geral insurrecional que havia acabado com Machado*

(Gott, cit., p. 162). A custosa derrota desta iniciativa colocaria em evidência que a situação era completamente diferente, e suas conseqüências aprofundaram a idéia de que desta vez não era a classe operária organizada, a vanguarda da luta.

O fracasso teve conseqüência político/social de grande importância. A derrubada de Batista por uma greve geral revolucionária, talvez houvesse empurrado novamente a classe trabalhadora à cena central, como em 1933. Sua derrota, ao contrário, “levou a uma consolidação do controle interno de Castro sobre o movimento, e juntamente, um papel muito maior, político e militar, das guerrilhas das Sierras à custa do movimento urbano” (Farber, cit., p. 118).

Para esta grave derrota contribuiu não só a repressão (Machado tampouco economizou sangue em julho e agosto de 1933). Foi importante o papel de fura-greve do aparelho burocrático da CTC liderado por Mujal, que mereceu as congratulações de Batista (ver “Brief History of the Cuban Labor Movement & Social Policy” Gente de la Semana, vol.1, Havana, January 5, 1958, No.1, American Edition). Somam-se a isso outros fatores político/sociais de primeira ordem. O PSP, que conservava influência no movimento sindical, não participou, mesmo tendo relações com Castro e a direção urbana do Movimento 26 de Julho tampouco teve uma política para comprometê-lo na mobilização. Mas o fator decisivo foi que o Movimento 26 de Julho carecia totalmente de trabalho orgânico no movimento operário e de ligações com a classe trabalhadora (Gott, cit., pp. 162ss. e Farber, cit., p. 118).

Contra o que se acredita habitualmente, a grande maioria dos lutadores do Movimento 26 de Julho e demais movimentos armados, não estavam em “La Sierra” e sim em “El Llano”; ou seja, nas cidades. E foi também nas cidades onde se produziu cerca de 90% das baixas. Por isso, o rotundo fracasso de 9 de abril de 1958 colocou em relevo o caráter político/social do Movimento 26 de Julho, que nas cidades organizava milhares de lutadores clandestinos, ao mesmo tempo em que era organicamente alheio ao movimento operário e à classe trabalhadora.

### UM IMENSO MOVIMENTO POPULISTA

No capítulo anterior, fizemos uma descrição do tão variado e complexo fenômeno do populismo cubano, que apresenta muitas analogias com os movimentos similares latino-americanos. Porém, o fundamental não são as semelhanças, mas sua enorme diferença: por que, excepcionalmente, uma corrente, Fidel Castro e seu Movimento 26 de Julho, expropriou o capitalismo, enquanto o resto dos movimentos populistas, nacionalistas ou frente-populistas da América latina jamais atravessou essa linha?

A típica resposta que deu, em seu momento, a maior parte do movimento trotskista e segue expressando ainda hoje, nestes termos: “Em 1 de janeiro de 1959... o Exército Rebelde liderado por Fidel Castro fazia sua entrada triunfal em Havana. Porém, a direção do processo recaiu no

Movimento 26 de Julho, uma frente política policlassista com um programa democrático limitado. Face à pressão do imperialismo norte-americano, Fidel Castro declara Cuba um ‘país socialista’ e acaba por expropriar os principais meios de produção – as empresas imperialistas e as da burguesia local. Esta transformação de Cuba em uma economia de transição ao socialismo desmentia a falsa teoria dos stalinistas sobre a ‘revolução por etapas’ nos países semicoloniais, segundo a qual a classe operária deveria se subordinar à suposta ‘burguesia nacional’ (...). Não obstante, o Estado operário que surgiu desta revolução não estava baseado em conselhos de operários e camponeses, senão que o exército guerrilheiro que tinha tomado o poder do Estado, estabeleceu um regime que reproduzia sua estrutura verticalista, ou seja, um Estado operário burocraticamente deformado” (em Claves Nº 1, abril 2008, sublinhados nossos).

Citamos isso não porque tenha algo de original, pelo contrário, porque tem o mérito de resumir o que foi uma interpretação compartilhada amplamente pela maioria do movimento trotskista. Partindo dela, se expressaram diferenças muito importantes, mas no geral partiam dessa base comum. A corrente de Nahuel Moreno desenvolveu, com o tempo, distintas posições, mas essencialmente independentes. Pelo contrário, a principal corrente do trotskismo europeu, a de Ernest Mandel, defendia um *seguidismo* quase incondicional.<sup>19</sup>

Vamos examinar então esta explicação tão representativa, primeiro do *sujeito político* que encabeçou a revolução (“o Movimento 26 de Julho, um frente político policlassista com um programa democrático limitado”); e logo, da dialética dos acontecimentos (“perante a pressão do imperialismo norte-americano, Fidel Castro declara Cuba um ‘país socialista’ e acabam expropriando os principais médios de produção”).

O Movimento 26 de Julho foi antes de qualquer coisa um movimento populista e não uma frente policlassista, uma expressão que, significa algo, nos indica uma “frente popular”<sup>20</sup>. Mas mesmo se assim fosse, continua sem uma resposta convincente o enigma de como essa “frente policlassista”- ou seja, uma frente com um setor da burguesia dentro – em poucos meses acabou...expropriando a burguesia. Ou seja, um verdadeiro milagre político/social.

A “pressão do imperialismo” tem sido a resposta universal usada pela maioria, não só do trotskismo, mas da esquerda e o “progressismo” em geral. Isso aparentemente explica muito, mas ao mesmo tempo não explica nada. É uma verdade indiscutível que, quase desde o princípio até que se produza finalmente a expropriação da burguesia no final de 1960, se desenvolve uma escalada vertiginosa de golpes e contragolpes entre Fidel Castro e Washington.

Porém, há mais de um século na América Latina, o imperialismo ianque vem aplicando “pressões” sobre todos os governos em geral e, em especial, sobre os governos nacionalistas, populistas, frente-populistas etc., que pretendem desobedecê-lo em alguma medida. E muitas vezes essas pressões foram violentas: fomento de golpes de



Estado, intervenções militares, etc.

O problema é que *nenhum – absolutamente nenhum* – desses governos respondeu como Fidel Castro. Então, a resposta não pode se reduzir à *generalidade* das “pressões” imperialistas (seguramente, *muito importantes*), e sim ao que houve de *específico*, de *peculiar* no caso cubano<sup>21</sup>. E isso, principalmente, nos leva não ao fator “objetivo” das “pressões do imperialismo” em geral, mas ao mais *subjetivo*, o do movimento populista 26 de Julho e seu líder, Fidel Castro.

### O MOVIMENTO 26 DE JULHO, AS CLASSES, A CRISE SOCIAL E A DERRUBADA DO VELHO ESTADO

Alguns marxistas, empenhados contra todas as evidências em ver uma “revolução operária” no processo de 1959, destacam a participação de setores assalariados na resistência contra Batista nas cidades, assim como a incorporação na guerrilha de semiproletários na província de Oriente.

Isso tem sua importância, mas não leva às conclusões que se pretendem. Desde o mesmo 26 de julho de 1953 até a tomada do poder em 1959, os lutadores – como já sublinhamos – se integravam como *indivíduos às estruturas político/militares dos movimentos* (o Movimento 26 de Julho, o Exército Rebelde etc.), com independência de sua origem e classe social.

Tanto o Movimento 26 de Julho e o Exército Rebelde como outros movimentos que lutaram contra Batista, ao estilo do novo Diretório Estudantil, eram movimentos *populistas*, que se caracterizavam por dirigir-se ao “povo” em geral, e incorporavam *individualmente* as pessoas *provenientes de todos os setores sociais*.

“Os populistas vinham de todas as classes sociais, menos dos mais ricos e dos mais pobres... (Apesar de que entre os lutadores do Moncada e os do desembarque do *Granma*) havia trabalhadores de origem ou ocupação, muito poucos haviam tido atividade ou participação em lutas operárias políticas ou sindicais” (Ferber, cit., pp. 50 e 51).

Logo, em Sierra Maestra e Oriente o recrutamento de camponeses que em sua quase totalidade não tinham experiências anteriores em lutas rurais “acrescentou um novo elemento à típica base populista urbana dos veteranos de Moncada e *Granma*... E foi muito importante para permitir



O Movimento 26 de julho era um movimento populista e políclassista

a Fidel Castro moldá-los como *fiéis seguidores de sua liderança como caudilho*. Em todo caso, um círculo íntimo de homens ‘sem classe’, *desligados de toda vida orgânica de qualquer uma das classes sociais de Cuba*, conformaram o coração e o centro político de Castro” (Ferber, cit., p.50, sublinhados nossos).

A apelação típica do populismo ao “povo” em geral, à “nação”, às pessoas não como membros de uma classe social senão da “pátria” possuía em Cuba uma ressonância e dimensões especiais, superlativas, que tinham a ver não com razões mágicas senão históricas e materiais que explicamos extensamente: o original curso histórico de Cuba, a brutal frustração da sua independência pela intervenção do imperialismo yanque, sua Segunda frustração em 1933, sua formação econômica social com um jugo quase colonial em relação com EUA e em geral todas as tensões que esse desenvolvimento desigual e combinado tinha gerado.

Em outros países latino-americanos, esses temas do populismo e seus caudilhos, como o de *apresentar-se por cima das classes e encarnar a “pátria”, o “povo” e a “nação”* têm sido matéria de política de ficção (ainda que a existência e êxito dessas ficções indicam problemas autênticos por trás delas).

Mas em Cuba, muito mais que em outros países, isso *sintonizava com reais e poderosos elementos e contradições*, desde a tardia e malograda independência até diversas formas de relativo “desclassamento” ou “debilitamento” de todas as classes sociais, com relações “anormais”, conflituosas, de crise com as velhas instituições, as organizações políticas, as forças armadas, etc., que ficavam abarcadas no *repúdio universal a dita “politicagem”*. Ao mesmo tempo, não havia maior clareza a respeito das *alternativas* a tudo isso.

Esses elementos *facilitariam a elevação de um caudilho e um movimento* que apareciam *por cima de toda essa imundície*, representando os interesses superiores da pátria. O lema com o qual ascenderia este grande caudilho – “Pátria ou morte”-iria essa vez *ser grave*, ainda que simultaneamente seu programa explícito fosse inicialmente impreciso e moderado.

“Cuba estava entre os países economicamente mais avançados de América Latina, com significativas classes sociais burguesa, média e operária. Mas essas classes tinham ficado *politicamente debilitadas* depois da revolução de 1933, da que os capitalistas cubanos emergiram com uma significativa diminuição da sua hegemonia. Um grupo de sargentos amotinados redirecionou a oficialidade proveniente dos altos círculos da sociedade cubana... A classe operária estava altamente organizada em sindicatos, porém tinham se tornado muito burocráticos e corruptos... motivo pelo qual essa classe não jogou um papel significativo na luta contra Batista... [Assim mesmo,] nos anos 50, os débeis partidos políticos anteriores a Batista tinham se desfeito, refletindo a debilidade política de todas as classes... Era uma situação na qual podia prosperar um bonapartismo... um líder político que adquirisse um considerável grau de poder e liberdade de ação em relação tanto às classes dirigentes como às trabalhadoras (...). Por

outro lado, existia uma liderança política revolucionária que, longe de ser pequeno-burguesa radical (como dizia o PSP), era “sem classe” no sentido de *não ter fortes laços orgânicos ou institucionais* nem com a pequena burguesia nem com as outras principais classes sociais” (Farber, cit., pp.115ss., sublinhados nossos).

Por outra parte, o Movimento 26 de Julho e o Exército Rebelde eram notavelmente *juvenis*, começando pelo líder máximo. Muito tem se falado a respeito, mas refletido pouco sobre as implicações político sociais. Compartilham, tanto pela idade como pela *desestruturação social* dos seus militantes e combatentes, *várias características estudantis*. Como assinalamos antes, os estudantes, ainda que provenham de famílias da burguesia e classes médias somente uma minoria dos setores trabalhadores, não estão todavia *plenamente integrados nas relações da sua classe de origem*. Assim, sob o impacto de problemas *gerais* da sociedade – graves crises, ditaduras, injustiças flagrantes, etc., podem muitas vezes *orientar-se em outros sentidos e defender outros interesses* que os de sua classe originária.

Esse processo de (relativo) “desclassamento” não deixava individualmente no vazio aos lutadores do Movimento 26 de Julho e o Exército Rebelde. Não eram em modo algum “desclassados”, ou “marginais” no sentido corrente desses termos. Poderíamos dizer que sua “classe” *sui generis*, ou mais precisamente, sua estrutura social ou setor social imediato a que pertencia era essa mesma instituição *proto-estatal*, o movimento-exército (que prontamente se converteria em base do Estado sem mais nada). Suas relações com as outras classes da sociedade se estabeleciam *através dessa mediação*, o que o conferia de conjunto uma notável *autonomia*.

Assim, Castro e seu movimento-exército, no caminho da tomada do poder, podem ir logrando apoios *em todas as classes sociais*, sem serem, ao mesmo tempo *representantes diretos e orgânicos de nenhuma delas em particular*.

No ângulo oposto, o regime de Batista termina ganhando o repúdio também *de todo o espectro social*. Um amplo setor da elite tradicional sempre havia detestado ao ex-sargento (até por motivos racistas) e orientou-se para apoiar Fidel, em quem viam (equivocadamente) como a um deles. O mesmo fez a Igreja e a maçonaria. Idênticos giros se deram desde o resto da sociedade: a Universidade, desde o primeiro momento, tinha sido um foco duramente opositor; os trabalhadores, ainda que de mãos atadas para atuar como classe por seus aparelhos sindicais, tampouco queriam o ditador, foram inclinando-se cada vez mais para Castro. Inclusive o setor *liberal* do imperialismo ianque começou a simpatizar maciçamente com os barbudos, como se refletia, por exemplo, no influente *New York Times*. No final, Batista, *diretamente*, somente representava a uma lumpem burguesia de oficiais corruptos das Forças Armadas e sócios cubanos das máfias estadunidenses.

Esse “esvaziamento social” foi mortal não somente para a ditadura, senão *também para o Estado burguês*, pois

levou a crise para as forças armadas, que terminaram em *colapso*. Isto deixou ao Movimento 26 de Julho e mais que nada ao Exército Rebelde como *o único poder estatal, no sentido pleno da palavra*.

### **A RUPTURA COM O IMPERIALISMO, A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E A EXPROPIAÇÃO DO CAPITALISMO**

Começava assim a se constituir um *novo* Estado. Esse movimento e o exército, em primeiro lugar seu “Comandante em Chefe”, tinham adquirido previamente – como assinalamos – “um considerável grau de poder e liberdade de ação em relação tanto as classes dirigentes como as subalternas”, “uma liderança político-revolucionária que, longe de ser pequeno burguês radical... era ‘sem classe’, no sentido que não tinha fortes laços orgânicos ou institucionais nem com a pequena burguesia, nem com as outras principais classes sociais”.

Isso estabelecia a grande diferença com o resto dos populismos de ontem e de hoje, desde Juan Domingo Perón ou Jorge Eliécer Gaitán até Chávez, para não falar das “frentes policlassistas”, ou seja, as clássicas “frentes populares”, no estilo da UP chilena, com correntes e partidos ligados a setores da burguesia, ao aparelho do Estado (incluídas as forças armadas), a pequena burguesia e, sobretudo, as burocracias sindicais e políticas “de esquerda”.

É sobre esta *diferença* fundamental do *sujeito* político da revolução que pesará os fatores “objetivos”, entre eles (não o único) “a pressão do imperialismo norte-americano”. É por esse fator *subjetivo* que as pressões do imperialismo darão, *neste caso*, um resultado *completamente diferente* do resto dos casos em que se aplicaram.

Por outro lado, este sujeito político não se limitaria simplesmente a responder a estas “pressões” e ataques. A moderna investigação de historiadores marxistas – como Sam Ferber e Richard Gott – que já tiveram acesso a muitos documentos descartados tanto pelo Departamento de Estado como da ex-URSS provam que *de forma alguma a direção cubana foi uma folha na tormenta*, na qual os ventos que a sopravam levaram à ruptura com os EUA primeiro, e logo à expropriação.

As primeiras iniciativas que configuraram *casus belli* – como a lei de reforma agrária, moderada, mas inaceitável para os EUA e a oligarquia cubana – foram tomadas pela direção de Fidel Castro *sem consulta, negociações nem aprovações de Washington*. Isto implicava na ruptura *consciente* de uma norma colonial não escrita, mas obedecida desde 1902 por todos os governos da ilha (à exceção dos “100 dias” de Guiteras). Ou seja, desde o início, Fidel começou *atacando* o grande problema herdado desde 1898-1902: a *independência nacional* de Cuba.

Obviamente não significa que estivesse nos planos de Fidel Castro chegar à expropriação do capitalismo, e muito menos que o direcionamento da revolução fosse um objeto que se moveria porque outros o empurravam<sup>22</sup>. Em todo caso, já em 1958, Castro escrevia reservadamente a Celia

Sánches que quando a guerra contra Batista terminasse, “começaria *outra guerra maior e muito mais longa contra os EUA*” (Ferber, cit., p. 65). E sua previsão estava correta: a revolução colocava novamente em evidência o grande problema histórico da *independência nacional*, que como vimos tem sido o fio ininterrupto que uniu as heróicas lutas do século XIX com as revoluções de 1933 e 1959.

Mas essas e outras considerações não se expressavam em um “programa” político (no estilo marxista), mas *no segredo do círculo íntimo do “Líder Máximo”*, como tem sido a norma de todos os bonapartismos e caudilhismos.

Como uma regra entre os movimentos populistas, o Movimento 26 de Julho não tinha um programa global claramente formulado, e o que estava escrito não era, efetivamente, muito avançado. Mas é uma falta de compreensão sobre estes tipos de movimentos querer medirem-os com os parâmetros dos partidos marxistas e operários, em que a questão do programa público, é formulada com clareza, ocupa um lugar central. Nos movimentos populistas, poderíamos dizer que o programa se expressa principalmente na chefia militar e suas ações, em que as considerações *táticas* têm um peso transcendental em relação às mais estratégicas. Mas, isso não implica de nenhuma forma, que não possuam uma *ideologia*, muito diferente do populismo radical cubano, com suas *profundas raízes históricas*, que já examinamos.

“Em contraste com as análises que retratam os líderes cubanos relacionados meramente perante a política de EEUU e suas ações, afirmo que estes líderes foram *atores* fortemente influenciados *por suas próprias predisposições políticas e inclinações ideológicas*. As mentes dos líderes cubanos não estavam primariamente moldadas pela política de EEUU para eles nos anos 1959-60, senão em relação com a política anterior de EEUU em Cuba e em todas as partes... e o fato mais importante era, logicamente, a *política de EEUU a respeito de Cuba desde o fim do século XIX* (...) Castro era um caudilho, porém com ideias” (Farber, cit., pp.112ss., sublinhados nossos).

O curso da revolução cubana em direção da independência nacional e expropriação da burguesia *não* foi, então, expressão de nenhuma “lei da gravidade” da política, senão o resultado de um combate entre *sujeitos* políticos e sociais. Logicamente, como em todo processo histórico, na Revolução Cubana houve uma *dialética de ação (e luta) dos sujeitos políticos e sociais* – revolucionários e contra-revolucionários – *entrelaçada com os fatores relativamente mais objetivos*.

Entre esses fatores estava, por exemplo, *a existência da União Soviética*, que nesses anos aparecia inclusive como ganhando a carreira do desenvolvimento econômico dos EEUU. Esse fator já *antes* do triunfo da revolução entrava no horizonte de manobras do Movimento 26 de Julho (ainda que ao mesmo tempo, oficialmente, se apresentava perante os EEUU e mais ainda a imprensa norte-americana, como não “comunista” e inclusive como “anticomunista”)<sup>23</sup>.

Esta dialética de luta entre sujeitos revolucionários e contra-revolucionários, combinada com fatores mais “objetivos”, foi levando as coisas, como sempre, a resultados que *iam além e/ou eram diferentes* dos previstos pelos diferentes sujeitos<sup>24</sup>. Mas isso não tira, senão sublinha, que os elementos determinantes dessas combinações estavam nos sujeitos político sociais.

## EXÉRCITO GUERRILHEIRO, ESTADO OPERÁRIO E TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO

O Movimento 26 de Julho e, sobretudo, o Exército Rebelde passaram a constituir o núcleo do novo Estado. O quê significou isso concretamente? Que se converteram em um *aparelho burocrático* que agora exercia *funções estatais*, tanto mais facilmente pela sua relativa *autonomia* em relação a todas as classes da sociedade, acima das que já tinham se “elevado” *muito antes* de tomar o poder.

Todo exército constitui obrigatoriamente um aparelho disciplinado de cima para abaixo. Mas nesse caso, *era um verticalismo por via dupla*, pois não era o exército do movimento operário revolucionário, com organismos democráticos de classe (conselhos operários, sindicatos revolucionários, partidos, etc.), senão *as forças armadas de um movimento populista*, que por si mesmo funciona sob as normas do *acatamento sem reservas das ordens do caudilho*, agora transformado em “Comandante em Chefe” e “Líder Máximo”.

Segundo o texto que estamos comentando, *a expropriação dos capitalistas teria dado, por si mesmo, o caráter “operário” ao novo Estado*. Mas, lamentavelmente, “o Estado operário que surgia desta revolução não estava baseado em conselhos de operários e camponeses, senão que o exército guerrilheiro que tinha se apropriado do poder do Estado, estabeleceu um regime que reproduzia sua estrutura verticalista, ou seja, um Estado operário burocraticamente deformado”.

Em texto aparte fazemos extensamente a *história* e a *crítica* desta concepção, segundo a qual basta que um Estado exproprie ao capitalismo para que *automaticamente* se transforme em “operário”, ainda que a classe trabalhadora como tal *não tenha peso algum no novo Estado*, a não ser o de *apoiar sem nem piar* as decisões de cima. Pensamos que é abusiva e equivocada a aplicação da caracterização de Trotsky a respeito da URSS nos anos 30, a fenômenos políticos e revoluções *profundamente diferentes* que a de outubro de 1917 e seu curso posterior.

Não obstante ter se *apoiado* na classe trabalhadora (como também em outras classes e setores da sociedade e no “povo” em geral), nem o Movimento 26 de Julho nem o Exército Rebelde, que agora constituíam o Estado cubano, tornavam-se “operários” por expropriar a burguesia. Suas relações com a classe operária seguiram sendo uma *continuidade* do período anterior, ainda que agora como a *burocracia* de um Estado cuja burguesia tinha fugido em massa para Miami.

O *que* se fazia (neste caso a expropriação) não transformava magicamente a natureza social de *quem* o



fazia, nem tampouco de *como* o fazia. Insistimos: a relação do novo poder com a classe operária e o conjunto da sociedade *continuava*, com mudanças, a anterior a 1959 de Fidel e seu Movimento 26 de Julho e o Exército Rebelde. Antes, buscando “apoios desde todas as classes sociais, sem ser ao mesmo tempo *representantes diretos e orgânicos de nenhuma delas em particular*”<sup>25</sup>. Agora, após a ruptura com a burguesia, o fazia *apoiando-se no “povo”, incluindo o proletariado*. Mas isto *não convertia* o novo Estado e seu governo em uma expressão *direta e orgânica*, de classe.

O novo Estado não será, portanto, a *encarnação política* da classe operária cubana, mas uma *burocracia*, na qual a ausência de uma burguesia em nível exclusivamente nacional (ainda que não em escala mundial) converte num “*híbrido*” não é (ainda) uma burguesia, porém “*é algo mais que uma simples burocracia*. E a única capa social *privilegiada e dominante*, no pleno sentido do termo na sociedade” (L. Trotsky, “*A revolução traída*, p. 602, sublinhado nosso).

A direção deste Estado burocrático, especialmente nos primeiros anos, recebeu o *apoio fervoroso e sincero* da maior parte do povo cubano (incluindo a classe operária). Isto, sobretudo, *se concentrou no caudilho* desta grande revolução, Fidel Castro.

Mas que os trabalhadores e as massas *apóiem* não equivale que a classe operária *decida*, ou seja, que *exerça o poder* (sua ditadura de classe), nem governe por meio de *seus próprios órgãos de poder*. Uma coisa é *apoiar* outra muito diferente é *decidir*, isto é, *exercer o poder*.

Podemos medir bem este abismo comparando as duas grandes palavras de ordem da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Cubana de 1959, respectivamente. Na primeira foi: “*Todo o poder aos conselhos operários (soviets)*”, que nesse momento eram *organismos de massas* extraordinariamente *democráticos*. Na Segunda foi: “*Comandante em Chefe, ordene!*”.

Anos depois, isto contribuiria para facilitar uma *simbiose* entre o regime nascido da grande revolução de 1959 e o da burocracia do Kremlin (que surge de uma das piores contra-revoluções da história, a do stalinismo).

Isto em grande parte foi possível porque ambos compartilhavam esse “verticalismo”, que constitui ao mesmo tempo não somente a *negação da democracia operária*, senão de que o poder, o Estado, seja *realmente* da classe trabalhadora e também, como veremos a continuação, da possibilidade de *avançar na transição ao socialismo* (dentro do que é possível para um pequeno país isolado).

No entanto, como sucede na biologia, esta “*simbiose*” associou a *dois “sujeitos de diferentes espécies*: 1) o regime verticalista (mas no fundo caótico e sem normas claras) do grande caudilho revolucionário, o Comandante Chefe que está acima de tudo e de todos; 2) o regime burocrático cinza, impessoal, conservador e petrificado do bloco soviético na era Brejnev.

Na séria crise de princípios dos anos 90, os dois aspectos desta “simbiose” se manifestaram com clareza, e foi o

primeiro deles, encarnado em Fidel Castro, o que *voltou ao centro da cena*. Apesar de tudo, continuava sendo o *portador da legitimidade da revolução de 1959*. E este foi um fator não menos importante para emergir nessa gravíssima crise.

#### **UMA GRANDE REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA / ANTI-IMPERIALISTA E POPULAR QUE EXPROPRIOU O CAPITALISMO E CONQUISTOU A POSTERGADA INDEPENDÊNCIA NACIONAL**

O saldo da grande revolução de 1959 tem sido *contraditório*. Suas duas *imensas conquistas* foram a *independência nacional* e a *expropriação do capitalismo* (dois pontos que, como vimos, no caso de Cuba, estavam qualitativamente mais entrelaçados que em outros países latino-americanos).

É a partir dessa base (também aproveitando a rivalidade geopolítica entre o imperialismo ianque e o bloco soviético) que Cuba alcançou outras conquistas, como um desenvolvimento notável e muito mais igualitário na saúde e educação, e a erradicação da indigência e a extrema pobreza que castiga em maior ou menor medida a outros povos latino-americanos.

Ao mesmo tempo, não significou o estabelecimento de um *Estado ou poder operário*, tampouco de uma *economia de transição ao socialismo*, duas coisas *inseparáveis* uma da outra. Não é automático que a partir da expropriação a economia rume ao socialismo. Tudo depende de *quem* conduza o automóvel e de *como* o faça. Por isso a Revolução Cubana foi *anticapitalista*, mas não chegou realmente a ser *socialista*.

Sobre estes pontos voltaremos extensamente no capítulo seguinte e em um texto separado. Mas, adiantamos que se tem alguma lição a tirar do lastimoso final de dezenas de “países socialistas” que apareceram (e desapareceram) na segunda metade do século XX é que neles *não foi a classe operária e trabalhadora o sujeito político social que os conduziu, nem quem realmente exerceu o poder*. A revolução socialista ou é encabeçada pela classe operária com seus organismos de massas e seus partidos ou não é revolução socialista.

Em Cuba, por um conjunto de fatores excepcionais, este lamentável final da restauração capitalista ficou *adiado*. Hoje, as pressões arrefecem nesse sentido. Simultaneamente, a classe operária cubana *conseguiu um tempo extra* para atuar *antes* que se consumem o que seria uma grave derrota para ela e os povos do continente.

A partir da *defesa das grandes conquistas da revolução de 1959* – a emancipação nacional e a expropriação do capitalismo – se os trabalhadores se mobilizassem com independência e consciência de classe, poderiam impor outro desenlace.

#### **4) PARA EVITAR O RETORNO AO CAPITALISMO E DEFENDER A INDEPENDÊNCIA NACIONAL É NECESSÁRIO UMA TERCEIRA REVOLUÇÃO QUE DÊ REALMENTE O PODER À CLASSE**

*As revoluções estão fadadas à derrota, ou os homens podem fazer com que as revoluções sejam derrotadas? Podem ou não impedir os homens, pode ou não impedir a sociedade que as revoluções sejam*

derrotadas? Eu me faço a muito essas perguntas e veja o que digo: os ianques não podem destruir este processo revolucionário, porque temos todo um povo... que, não obstante nossos erros...jamais permitiria que este país voltasse a ser colônia deles...Mas esse país pode autodestruir-se por si mesmo. Esta revolução pode destruir-se. Nós, sim, nós mesmos podemos destruí-la e seria culpa nossa. Se não somos capazes de corrigir nossos erros. “Se não conseguirmos pôr fim a muitos vícios; muitos roubos, muitos desvios e muitas fontes de subministro de dinheiro dos novos ricos” (Fidel Castro entrevistado por Ignacio Ramonet em *Biografia a duas vozes*, Barcelona, Debate, 2006).

Cuba conseguiu resistir no meio da derrubada dos ex-”países socialistas”. Valiosamente, a ilha permaneceu como uma exceção. O resto, de diferentes formas – uns mudando o antigo regime político (a ex-URSS e o Leste europeu), outros mantendo (China) – foram *reabsorvidos completamente pelo capitalismo*.

Em todos esses países, *formou-se uma nova burguesia “nacional”*, ou seja, uma classe exploradora autóctone, proprietária dos meios de produção e de cambio, junto com as empresas estrangeiras que têm investimentos aí. Com ritmos diferentes nos câmbios *estruturais*, as *superestruturas jurídicas* também expressaram essa transformação contra-revolucionária, voltando a consagrar o “direito” à propriedade privada dos meios de produção.

Porque em Cuba foi diferente nos inícios dos anos 90? Sob o olhar superficial de jornalistas, politicologistas e outros charlatães que ficam zunindo ao redor da ilha, teria sido esse o desenlace lógico, tendo em conta além do mais, as *terríveis penúrias* que esses anos iniciais do “período especial” significaram para o povo cubano.

Pensamos que aqui se combinaram fatores que, sinteticamente, fazem a *profunda legitimidade* da Revolução de 1959 e suas conquistas: em primeiro lugar, a *independência nacional*.

A restauração do capitalismo nesses momentos teria significado o *regresso de Cuba ao status de protetorado quase colonial*, a volta aos tempos da Emeda Platt. É como se na China a condição para a restauração capitalista tivesse sido a volta ao poder de Chiang Kai-Shek, o Kuomintang e sua corrupta gangue de generais, junto com a devolução de toda a propriedade aos latifundiários, antigos capitalistas e empresas estrangeiras. E algo parecido na Europa do Leste e a ex-URSS.

Isto nos leva, uma vez mais, a relação peculiar do imperialismo ianque com a ilha – a qual considerou desde sempre quase como *parte de seu próprio território* - e mais que nada, do caráter da infame burguesia cubana.

Já vimos como, desde *antes* mesmo da independência da Espanha, boa parte da burguesia e as elites cubanas viam os EEUU como sua verdadeira pátria *a qual desejavam anexar a ilha* (como sucedeu com Porto Rico), tal como denunciava Martí em várias passagens da sua carta póstuma. Se depois de 1898 isso não se realizou, não foi tanto porque as elites de Cuba se opuseram decididamente,

senão principalmente porque a maioria em Washington preferiu outro status de dominação.

Com a revolução de 1959, a burguesia trasladou-se maciçamente para os EEUU e logo se converteu em *parte integrante da burguesia norte-americana*. Não obstante, esses burgueses, seus filhos e netos – que *hoje são todos norte-americanos* – aspiram voltar a ilha e recuperar suas propriedades e domínio político. A maioria da burguesia estadunidense e seus dirigentes em Washington, tanto democratas como republicanos, apoiaram e ainda apóiam tal despropósito (existe uma minoria mais sensata que acha isso um disparate). Assim, nos 90, não somente endureceram o bloqueio, senão que estabeleceram um minucioso registro do território na ilha e de seus “proprietários” nos EEUU, que voltariam a recuperar seus bens apenas após a queda da “tirania comunista” (Gott, cit., pp.302ss.).

Mas o “tudo ou nada” *demonstrou ser uma aposta equivocada*, tanto do imperialismo ianque como da burguesia *gusana* e seus descendentes. Isto fortaleceu a legitimidade do velho caudilho, que em momentos tão críticos e difíceis, voltou a ter um papel central, *por cima* das instituições calcadas da burocracia soviética.

A peculiar *simbiose* entre seu rol bonapartista de caudilho –”Líder Máximo” e “Comandante em chefe”- e as instituições do regime copiadas ao Kremlin voltaram novamente ao primeiro plano e se mantiveram até sua retirada. Castro estabeleceu um jogo de “árbitro” entre a burocracia e as massas, colocando-se logicamente, por cima de todos.

Depois de superados os anos mais negros do “período especial”, este rol peculiar chegou a se manifestar institucionalmente na formação de um “Grupo de Apoio” do Comandante em Chefe (que em Cuba recebeu o apelido de “os talibães”). O Grupo de Apoio não era legalmente parte de nenhuma instituição estatal nem do partido único. Não obstante, sob as ordens diretas de Castro, intervinha onde quisesse, iniciando campanhas e atividades que *não se discutiam nem decidiam em nenhuma instância do Estado*, mas que *interferia em todas elas* (Farber, “Uma visita a Cuba de Raúl Castro”). Celia Hart, num texto publicado pouco antes do seu trágico acidente, o caracteriza como outro partido, um “partido novo” (C. Hart, “Cuba, em marcha revolucionária... e sem Fidel”).

Assim começou em 1999 a chamada “batalha de ideias” que logo foi derivando numa intervenção em numerosos campos e que tratava de organizar setores da juventude, como “trabalhadores sociais” *ad hoc* (Paz Ortega, “The Battle of Ideas and the Capitalist Transformation of the Cuban State”).

Essas iniciativas foram dirigidas em grande parte para tentar conter os elementos *de atomização e desmoralização social*, produto da *crescente desigualdade* que acompanhou a recuperação da economia nos últimos anos. Como veremos mais adiante, isso se expressa na *generalização da corrupção em*

*todos os níveis*, que se manifesta especialmente no roubo na propriedade do Estado.

Fidel e seu “Grupo de Apoio” desataram uma espécie de “guerra de guerrilhas” nesse terreno, cujas batalhas mais retumbantes foram as ações nos postos de gasolina, que tinham institucionalizado o furto do precioso combustível. Mas a última “campanha guerrilheira” do “Comandante em Chefe” terminou numa derrota. Na realidade, era uma “missão impossível”. Logo, a retirada por enfermidade de Fidel significou também o fim das atividades do Grupo de Apoio.

Isso nos remete aos problemas econômicos e políticos chaves que *estão abrindo novamente as portas para a restauração capitalista* (ainda por vias diferentes as de Miami). O primeiro deles é *a produção e a produtividade do trabalho*, sem cujo desenvolvimento somente se “socializa” a escassez... e assim acaba se voltando ao velho sistema. O segundo é que esse desenvolvimento das forças produtivas não é possível *sob o comando de uma burocracia que resolve tudo desde cima*.

#### **A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO, A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E OS PERIGOS ATUAIS**

A grande maioria do trotskismo do século passado acreditou que com a expropriação dos capitalistas, Cuba tinha se transformado “*em uma economia de transição ao socialismo*”.

O grande problema é que não foi assim, nem em Cuba nem no resto dos países que se automeavam “socialistas”. Como explicamos mais detalhadamente em outro trabalho, não houve tal “transição ao socialismo”, senão distintos e frustrados ensaios de economias nacionais planejadas burocraticamente, cujos fracassos – alguns catastróficos, como o “grande salto adiante” de Mao Tse-Tung, o conservadorismo da era Brejnev ou a “Perestróica” de Gorbatchov - levaram finalmente a restaurar o capitalismo em quase todos esses países.

Em Cuba esse processo *ainda não se consumou*. Não entanto, como apontamos na introdução, hoje *a questão novamente é reaberta*. Mais tardiamente, Cuba *está num processo de mudanças que ameaçam levar a uma ou outra forma de restauração*, com poderosas forças e transformações que operam nesse sentido. Para ver isso detalhadamente, convém primeiro retroceder aos problemas econômicos mais básicos que implicou expropriar ao capitalismo num país isolado e relativamente atrasado e, por adição, no nariz do mais poderoso imperialismo do planeta.

Desde o início, Cuba teve que enfrentar um duro bloqueio econômico dos EEUU, que nos anos 90 se agravou ainda mais com as leis Torricelli (1991) e Helms-Burton (1996). Os danos que este bloqueio tem causado na economia são enormes (Altercom, “O bloqueio contra Cuba é o mais brutal, cruel e prolongado da história”). Não entanto, atribuir exclusiva ou principalmente ao bloqueio os problemas econômicos *é errado*. Até mediados

dos anos 80, a estreita relação com a URSS e a Europa do Leste permitiu obviar em grande parte este fator (J.-J. Alphanbery, *Cuba. A outra revolução*, pp. 261ss.). Apesar disto, a economia cubana não foi florescente nesses anos, que estiveram balizados por desastres como a “safra dos 10 milhões de toneladas” e por falidos ziguezagues burocráticos similares aos do resto dos países supostamente socialistas. Logo, trás o afundamento da URSS e a catástrofe do “período especial”, o bloqueio não conseguiu fechar as relações econômicas e comerciais com outros países, que finalmente foram aumentando, ainda que Washington atuasse para obstaculizá-las.

As dificuldades econômicas de Cuba estão cruzadas por *dois parâmetros* que também foram *fatais* para o resto dos Estados burocráticos. Um, é que a economia mundial, como *totalidade*, segue sendo *capitalista*. Cuba e também anteriormente os países ditos “socialistas” são meras economias *nacionais* que integram essa *totalidade mundial*. Perante isso, todas as burocracias sustentaram a concepção do “socialismo num só país”, e por tanto, sua bússola não foi a revolução mundial. Não entanto, as pressões da economia mundial foram atuando em cima desses falsos “socialismos nacionais”. Dois, que as burocracias desses Estados fracassaram rotundamente na conquista de *produtividade do trabalho* que, ainda que não estivessem ao nível do capitalismo mais desenvolvido, fosse pelo menos em *assenso*. Finalmente, a saída que encontraram para esse fracasso foi a restauração.

Já o problema da *produtividade do trabalho* esteve no centro do primeiro (e único) debate público de como organizar a economia depois da expropriação. Referimos-nos a famosa discussão entre o Che Guevara, então ministro de Indústria e vários economistas cubanos e estrangeiros, publicada em *O grande debate da economia em Cuba. 1963-1964*. Ainda que começasse com considerações abstratas sobre a “lei de valor” e os limites de sua vigência na economia cubana, o mais concreto e grande problema era *como produzir mais e melhor e como interessar aos trabalhadores na produção*<sup>26</sup>.

Nesse debate se confrontaram duas posições que esquematicamente, podemos resumir assim: os economistas que copiavam o modelo produtivo da URSS e dos países do Leste europeu defendiam o sistema de “autofinanciamento das empresas ou autogestão financeira”, que tinham como elemento importante ou fundamental o “*estímulo material*” [aos trabalhadores] de modo que... servisse para provocar a tendência independente ao aproveitamento máximo das capacidades produtivas, *o que se traduz em benefícios maiores para o operário individual* ou o coletivo da fábrica” (cit., p 60, sublinhados nossos).

Pelo contrario, Guevara, além de defender como objetivo uma centralização financeira e produtiva total, põe ênfase em *desenvolver a consciência socialista dos trabalhadores*, através do que ele chamava “*incentivos morais*”. O “estímulo material direto” implicaria “o atraso do desenvolvimento da moral socialista” (cit., pp. 78ss.). O aumento de



produtividade – segundo ele – tem a ver com “o cuidado coletivo dos custos [da produção]”. Para isso é necessário “centralizar o interesse da massa em rebaixá-los (...) se precisa uma aprofundamento da consciência” (cit., p.65).

Não obstante, isso para Guevara, que não via que a classe operária se constituía em um *sujeito autodeterminado democraticamente*, que deveria tomar *realmente* em suas mãos os meios de produção e *decidir* sobre eles <sup>27</sup>. E então, ao senti-los *autenticamente seus*, poderia assumi-los como *dona real e ter a efetiva* tarefa de produzir (e fazê-los mais e melhor).

Guevara sustenta, com plena razão, que “o comunismo é uma meta da humanidade que se alcança conscientemente” (Che Guevara, cit., p.75). A partir deste princípio geral que toma de Marx, não extrai a conclusão de Marx (e do marxismo clássico) de que o desenvolvimento da consciência – o passo de classe “*em si*” (somente objeto ou “matéria para a exploração”<sup>28</sup>) a classe “*para si*” – está *inseparavelmente* unido ao desenvolvimento que alcance como *sujeito* da luta de classes.

Na esfera da produção, isso significa que, expropriado já o capitalismo, a classe operária passe a ser a classe *dominante em realidade* e não na ficção jurídica da “propriedade social” de que se fala (ou falava) nas Constituições dos Estados burocráticos.

Isso nos leva diretamente a *política* de se é a classe operária *quem discute e decide democraticamente sobre todos os problemas* (e também sobre a produção) no novo Estado, ou *se não decide nada* e seu papel é *apoiar* (com distintos matizes de fervor, indiferença ou mal-estar) o que se decide sempre *desde cima*. Esse foi o problema de todos os Estados burocráticos e segue sendo o de Cuba até hoje, para alcançar uma produtividade do trabalho comparável a do capitalismo.

Citaremos, por extenso, um texto de Farber com considerações muito ilustrativas:

O velho ditado atribuído aos trabalhadores soviéticos e da Europa Oriental, segundo o qual ‘eles aparentam pagar-nos e nós aparentamos trabalhar’, se aplica em cheio a Cuba. É evidente na óbvia falta de cuidado, atenção e manutenção de todo tipo de propriedade pertencente ao setor público, desde os aviões até os hotéis, restaurantes, jardins e edifícios, não importa que tão recentemente ou quão belamente tem sido renovados.

Se bem é certo que as dificuldades econômicas e o bloqueio estadunidense explicam a falta de material de construção necessário para realizar a obra de manutenção, isso não explica a ausência das simples atividades de labor intensivas que não requerem nenhum tipo de capital significativo, tais como limpar, varrer e o simples asseio diário.

O problema fundamental consiste na *falta de iniciativa, motivação e disciplina no trabalho e na administração*. Através dos séculos, o capitalismo desenvolveu sistemas hierárquicos burocráticos em que os trabalhadores não têm ideia para que nem como se dá o processo geral de produção. Os

trabalhadores são obrigados a desempenhar com certo nível de habilidade, forçados pela política do porrete – ou produz, ou será despedido – e a cenoura – a promessa, e às vezes a realidade, de aumento salarial e uma promoção.

*Os sistemas do tipo soviético não puderam desenvolver um sistema paralelo de motivação que se aproximasse da efetividade dos métodos capitalistas*. Os trabalhadores, nesse tipo de sistema igualmente, ou ainda mais, burocratizado e hierárquico, tampouco chegam a compreender *para quê, nem como* funciona o processo geral de produção.

Um dos ataques que o governo, como patrão único, tinha a sua disposição foi eliminado com a política da segurança geral do emprego (exceto para aqueles que se tem problemas políticos com as autoridades). A falta sistêmica de produtos, típica do que o economista húngaro Janos Kornai chamou de ‘economias de escassez’, se encarregou de eliminar uma boa parte das cenouras.

Isso cria o contexto que nos permite entender por que os incentivos ‘morais’, com ênfase em sermões ascéticos, propostos por Che Guevara, são uma solução fundamentalmente equivocada ao dilema que acabo de descrever.

O marxismo clássico, além de presumir que o socialismo se desenvolveria em sociedades com um nível relativamente alto de abundância material e culturalmente avançadas, enfatizava não os incentivos ‘morais’ mas o que se poderia chamar *incentivos “políticos”*, como o *controle democrático da economia, do Estado e da sociedade*, os quais os próprios trabalhadores controlam o trabalho.

“Conforme esta perspectiva, *somente mediante a participação e controle de sua vida produtiva que as pessoas desenvolvem interesse e senso de responsabilidade* pelo que fazem para ganhar a vida dia a dia. Só assim podem se importar e dar algo pelo que fazem. É neste sentido que a *democracia operária* se considerava tanto *um bem em si* – que as pessoas estivessem no controle de suas próprias vidas – como uma *força econômica verdadeiramente produtiva*.”

Na ausência de um foco alternativo, Cuba acabará sendo arrastada à ideologia e a prática do capitalismo. Ao ver que a pequena empresa – seja uma granja ou um pequeno negócio na cidade – está mais bem administrada e é mais eficiente que a grande empresa estatal, os cubanos já estão chegando à conclusão de que o capitalismo funciona melhor que o Estado quanto à disponibilidade de produtos de consumo” (Farber, “Uma visita...” sublinhado nosso).

#### **A “DISPUTA PELO INDISPENSÁVEL” E O PERIGO DA VOLTA À “VELHA MERDA” CAPITALISTA**

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels já tinham advertido que, depois da derrubada da ordem social existente, “um grande incremento da força produtiva, um alto grau de desenvolvimento... constitui uma premissa prática absolutamente necessária, pois sem ela só se generalizaria a escassez e, portanto, com essa imundícia, começaria de

novo, a disputa pelo indispensável e se reporia necessariamente o conjunto da velha merda” (Marx e Engels, *Die deutsche Ideologie*, pp.34-35).

Uma estudiosa especialista em Cuba, partidária não somente da Revolução Cubana senão também especificamente de Fidel e seu regime, faz esta pintura, que também vale a pena citar extensamente, da situação atual e das dimensões trágicas e perigosas que alcança esta “disputa pelo indispensável”.

“Se mede mal desde Europa a gravidade da crise social que afeta a ilha. Adotada em 1993, a dolarização em vigor até 2004 [em que se substituiu o dólar pelo CUC, peso cubano conversível ao dólar que existe junto ao antigo peso] tem modificado a hierarquia salarial anterior, bastante igualitária.

A dualidade monetária [CUCs e pesos] e a taxa de cambio entre o dólar e o peso tem afetado profundamente aos trabalhadores cubanos do setor público, cujas rendas são em pesos. A falta de investimentos, os transportes estão degradados, o estado das vivendas (em número muito insuficiente) é desastroso, a alimentação é muito cara nos supermercados ou nos mercados camponeses livres e a caderneta (o carnê de racionamento) não permite se alimentar por mais que durante 10 ou 12 dias. Os cortes de eletricidade por várias horas representavam faz pouco tempo uma moléstia insuportável, antes da instalação recente em toda a ilha, sob o impulso de Fidel, de grupos de geradores. De modo geral a infra-estrutura (canalizações de água, entre outras) estão em muito mal estado.

Havana, ao perder seus aliados mais próximos, se acha isolada no plano internacional, confrontada as políticas neoliberais em pleno auge no continente latino-americano nos anos 90. Para fazer frente à crise, Fidel teve que aceitar com reticências reformas econômicas mercantis (legalização do dólar, autorização dos mercados livres camponeses anteriormente proibidos, atividades privadas, cooperativas na agricultura, investimentos estrangeiros, desenvolvimento do turismo, etc.). Estas reformas, ainda que limitadas, iam introduzir desigualdades muito importantes entre os cubanos, opondo quem não tinha acesso ao bilhete verde e aqueles que tinham acesso graças aos envios (remessas) da família no estrangeiro ou as consequências do turismo. Essas desigualdades foram muito mal suportadas, a promoção social que tinham desfrutado as camadas mais pobres desde a revolução, foi posta em questão, inclusive se os cubanos seguiam gozando de saúde e educação gratuita. Dai em diante, o dólar era o rei, independentemente das competências profissionais. ‘A pirâmide social tinha se invertido’ e com ela os ‘valores’ e a ética da Revolução.

(...) A crise econômica, as reformas e a brecha aberta no setor público provocaram um recrudescimento da corrupção. O mercado negro prospera alimentado pelos roubos no setor estatal. O auge das atividades privadas num sistema no qual a extrema centralização estatal não consegue responder as necessidades da vida cotidiana tem favorecido o desenvolvimento da economia informal:

encanadores, mecânicos, pintores, exercem sua atividade ao mesmo tempo em que salvaguardam sua afiliação numa empresa estatal para preservar direitos sociais. É também na sua empresa onde se procura os materiais necessários para o exercício da atividade privada. O último exemplo é o dos roubos massivos de gasolina nos postos de serviço, com a cumplicidade dos empregados dos mesmos. Descobriram em 2005 por um exército de jovens trabalhadores sociais mobilizados por Fidel Castro, que as perdas engendradas por esses roubos seriam da ordem de dezenas de milhões de dólares. Não é difícil imaginar os benefícios retirados pelos revendedores, os quais podiam ser por outra parte, revolucionários convencidos.

A dupla moral’ em Cuba se entende e justifica pela impossibilidade de viver ‘normalmente’, pois como falam muitos cubanos, para sobreviver nestas condições ‘tem que roubar ou abandonar o país’, ou bem afundar. Resumindo, as tensões econômicas, sociais, políticas, demográficas impõem uma mudança de orientação. Mas em qual direção?

(...) A situação que herda Raúl Castro é paradoxal. A bonança econômica que conhece o país graças aos preços elevados do níquel, a progressão das rendas com o turismo (em torno de 2.3000.000 visitantes este ano), aos intercâmbios benéficos com Venezuela e China, não atenuaram as dificuldades dos cubanos que trabalham no Estado (uns 75% da população ativa) ou dos que dependem aposentadoria escassa. São eles os que têm suportado o peso da crise, os mais afetados pelas reformas econômicas e as disparidades do poder de compra que produzem as mesmas. Se beneficiam pouco da melhora macroeconômica. Em contrapartida, emergem novas categorias sociais, ‘novos ricos’ segundo a terminologia oficial: pequenos artesãos e empresas privadas cujo auge coincide com a liberalização dos anos 90, proprietários de pequenos restaurantes (paladares) que não podem servir mais que 12 talheres por vez, pequenos camponeses que vendem nos mercados suas produções agrícolas a preços muito elevados. Setores que aproveitaram as penúrias para oferecer bens e serviços que o Estado não garantiu nunca, enquanto que o *status* da pequena produção mercantil sempre foi demonizado.

Neste contexto, a enésima ofensiva lançada por Fidel Castro em 2005 contra a corrupção esteve condenada ao fracasso. Paralelamente, Fidel Castro levou a cabo uma campanha ideológica para mobilizar a população: “a Batalha das Ideias”. Mas esta ‘batalha’ é uma abstração para os cubanos submergidos nas dificuldades cotidianas e que, em graus diferentes, recorrem ao mercado negro para sobreviver. Tanto mais quando a propriedade do Estado não é percebida pelo povo, contrariamente ao discurso oficial, como *sua* propriedade, senão como *uma propriedade que é estranha*. Os cubanos não influem em nada nas decisões econômicas” (Janette Habel, “O castrismo depois de Castro. Um ensaio geral”, sublinhado nosso).

Essas formas de *atomização* da *sociedade* e da *classe trabalhadora* – todos roubam ou fazem negócios mais ou menos ilegais por conta própria, desde o burocrata que dirige uma empresa até o último empregado – são filme *já visto*<sup>29</sup>. Foi o *prólogo social necessário* – tanto na URSS de Brejnev como na China de Deng Xiao-Ping – da volta ao capitalismo. Antes de restabelecer juridicamente a propriedade privada dos meios de produção, já se restabelece a “*luta de todos contra todos*” própria do capitalismo e em forma “quimicamente pura”<sup>30</sup>.

As conseqüências negativas disto se agravam pela combinação com a *desigualdade crescente*. “O principal efeito das reformas dos anos 90 foi uma clara diferenciação social. ‘Sem nenhuma dúvida – explica Fernando Martínez Heredia<sup>31</sup> – esta é muito menor em comparação com a de outros países de América Latina e do mundo. Mas para Cuba é *extraordinariamente significativa*... Não obstante, não podemos dizer já que há diferentes classes sociais’.

Esta diferenciação social constitui *um desafio ao principal elemento de legitimidade do sistema*” (Jan Konrad, “The Cuban Revolution at the Crossroads”, sublinhado nosso).

Desde que Martínez Heredia indicara o caráter *extraordinariamente significativo* que tem no caso de Cuba a desigualdade, esta tem *aumentado notavelmente*, ao ritmo do grande crescimento da economia nos últimos anos<sup>32</sup>. Esse crescimento não chega a todos por igual, pelo qual seu efeito sobre a “legitimidade do sistema” é muito negativo. Concretamente, para as pessoas, *as frases rituais sobre o socialismo soam cada vez mais ocas à medida que a desigualdade cresce*. Além do que, as privações que apareciam como justificadas perante o gravíssimo perigo a princípios dos anos 90, hoje se dão em meio a pior crise econômica, política e militar do imperialismo ianque desde a Segunda Guerra Mundial.

## O CAMINHO ATÉ A RESTAURAÇÃO E AS SUAS DUAS VARIANTES

No início deste artigo apontamos as duas variantes concretas de restauração capitalista. A primeira, um colapso do regime ao estilo do que sucedeu na ex-URSS e o Leste Europeu. Essa é a alternativa auspiciada desde Miami. Hoje, não aparece como a mais provável. Não obstante, não se pode subestimar a pressão – nada fácil de medir – dos elementos de atomização e desmoralização que já assinalamos e que poderiam empurrar para essa “saída”.

Neste sentido, é especialmente preocupante uma brecha que todos coincidem em indicar: a “brecha de gerações” (e cultural) entre os que chegaram a viver conscientemente a revolução de 1959, os que nasceram ou cresceram na relativa estabilidade, igualdade e bem-estar da etapa pré-Muro de Berlim e os que somente conheceram a etapa atual (as penúrias do “período especial”), o crescimento da desigualdade e a caça do dólar e logo do CUC. Entre estes últimos, lamentavelmente os mais jovens, poderia estar perigosamente mais esmaecida a legitimidade da revolução de 1959 e a importância da

conquista da independência nacional perante os EUA... e nem falaremos da expropriação do capitalismo.

Tudo isso, logicamente *é difícil de dimensionar* em um regime que bloqueia nos setores operários e populares qualquer debate político que não esteja nos trilhos dos aparelhos. Em Cuba, como nos outros casos de Estados burocráticos, também funciona o “duplo pensamento” de Orwell... ainda que agora em menor medida que no período de congelamento brejneviano de 1968-1990.

Seja como for, a principal variante restauracionista que já está em marcha corre pela outra via: o “modelo chinês”. Voltando a Farber:

“Tem muitos indícios da inclinação total de Raúl Castro em direção ao modelo chinês. Já em abril de 2005, Raúl falava: ‘Há pessoas que estão preocupadas com o modelo chinês, eu não. China prova que outro mundo ainda é possível’(...)

Muito mais importante que tais ou quais declarações é *o rol que joga o Exército cubano*, o baluarte de Raúl, como grande ator nas *joint-ventures* [empresas conjuntas], incluindo a indústria do turismo. Um número expressivo de oficiais do Exército são *homens de negócios em uniforme*, profundamente envolvidos em transações com o capitalismo internacional através das Forças Armadas cubanas. Os militares também estão envolvidos no processo chamado de ‘Aperfeiçoamento Empresarial’, de eficiência organizativa, que é o tipo de experimentação econômica coerente com o modelo chinês (...)

A questão é que classes de forças sociais existentes em Cuba estão se mexendo nessa direção (...) O setor de pequenas empresas foi diminuindo bastante desde as concessões dos anos 90. Nunca foi importante... Em contrapartida, vejo que o ímpeto provem de gente das Forças Armadas e de civis fora delas que já estão envolvidos no capitalismo das *joint-ventures*” (Farber, Sam. Cuban Reality Beyond Fidel. sublinhados nossos).

Hoje, o setor de empresas do Estado e *joint-ventures* administrado pelos “homens de negócio uniformados” constitui efetivamente o *epicentro* da economia cubana<sup>33</sup>. E é o que recebe mais diretamente, junto com os administradores civis das *joint-ventures*, as *pressões diretas* do grande capital internacional (Farber, “The Cuban Army and the ‘Chinese Road’”).

Em meados de 2009 ia se realizar o VI Congresso do partido único, o PCC. Este evento estava sendo postergado por mais de um decênio. Os debates começaram em 1997! Logo foram suspensos e o congresso foi adiado indefinidamente. A necessidade de *legitimar* Raúl e, sobretudo, *decidir o rumo que iriam tomar*, obrigava a manter esta instância.

Essa discussão decisiva *segue fechada nas alturas da burocracia*. Os anteriores congressos do PCC seguiram as normas verticalistas copiadas de Moscou, sem reais debates nem confrontação de ideias. Agora, desde cima, continuam sem falar claramente<sup>34</sup>. Não obstante, não é possível se confundir a respeito de para onde sopra o vento desde a



cúpula. Basta ler os artigos de *elogios disparatados a China* que aparecem na imprensa oficial. O pior é que apresentam ao sistema chinês como *socialista*: “Graças a seu regime *socialista* apareceu uma nova locomotiva na economia mundial, a China dirigida pelo Partido dos Trabalhadores... A China do *socialismo* é capaz de resistir os embates da recessão”, se afirma em *Granma* (Raúl Valdés Vivó. Crise da tirania mundial do capitalismo).

Faz muitos anos, muito antes que *Granma*, a burguesia mundial aplaude admirada a China, pois tem se convertido na locomotiva capitalista da economia mundial. *Granma*, junto com algum boletim da extrema direita ianque, devem ser as únicas publicações no mundo que seguem falando que a China é “comunista” ou “socialista”.

Alguém então tem que estar equivocado. Não achamos que seja a burguesia mundial, que tem um sensor infalível ao respeito: o bolso. As super ganâncias obtidas na China pelas corporações – que há convertido esse país na Meca das multinacionais – se devem a uma *exploração sangrenta* e uma escravidão *no trabalho* como o mundo não via desde os primeiros tempos do capitalismo. Por trás dos elogios ao “socialismo chinês”, esse é o modelo que se apresenta aos trabalhadores e ao povo cubano<sup>35</sup>!

#### DEBATES NA ESQUERDA: OPORTUNISMO E SECTARISMO

A situação de Cuba está motivando lógicos debates em toda a esquerda latino-americana, mundial e também entre os trotskistas. A restauração capitalista e a recolonização de Cuba seriam uma grave derrota. Seus efeitos, especialmente na América Latina, aprofundaram o impacto negativo e as confusões que ainda perduram por trás do fim dos “países socialistas” da Europa e Ásia no século passado.

Nesses debates e posicionamentos aparecem o que, em nossa opinião, são dois erros simétricos: posições capituladoras por um lado e sectárias por outro. Os companheiros que protagonizam essas visões que achamos erradas são os mesmos que viemos criticando a respeito ao chavismo, por posições similares.

Assim, quem se agrupa ao redor de *Revista de América* (MÊS-PSOL de Brasil, MST de Argentina, MPP de Panamá e outros) se localizam como “ala esquerda” (e às vezes nem isso), *no mesmo campo do regime cubano*, às vezes com algumas críticas menores.

Por outro lado, correntes como o PSTU-LIT repetem os perigosos erros sectários que têm em relação ao processo venezuelano. Seu voto pelo NÃO no referendun constitucional venezuelano e sua visão de aspetos “progressivos” dos estudantes esqualidos fazem jogo com uma perigosa posição *antidefensiva* a respeito de Cuba, onde

já dão por *restaurado o capitalismo* e inclusive praticamente *recolonizado* o país.

Vejamos, em primeiro lugar, os pontos de vista da corrente Revista de América, que se identificam com os de Celia Hart, recentemente falecida.

O ponto essencial é que confundem a *defesa das conquistas da revolução* – coisa que não está em discussão – com a *defesa* (às vezes crítica, mas no geral incondicional) *da direção cubana*, ou seja, da burocracia “revolucionária”.

Um bom exemplo é dado por Olmedo Beluche, quem mais se tem ocupado do tema Cuba nesta corrente, cujas opiniões coincidem expressamente com as de Celia Hart. Depois de examinar uma série de problemas econômicos e políticos que se apresentam em Cuba, Beluche conclui: “O dilema político está, para os que aspiramos a novas revoluções sociais, em achar a fórmula algébrica entre dois extremos indesejáveis: um regime autoritário, como o de Stalin e uma inocente democracia que seja rapidamente devorada pelo lobo capitalista. (...)”

Aqui, como no plano econômico e político também, *temos que distinguir entre o objetivo programático desejável e as condições que impõe a realidade concreta*. Das palavras antes citadas de Trotsky se desprende que, dadas as condições das forças produtivas dos países nos que, até agora, se deu a revolução socialista, certo grau de burocratismo é inevitável. (...)

Cuba, com todas as suas limitações e contradições, é para o movimento socialista mundial e para os antiimperialistas da América Latina nossa conquista e nossa

primeira trincheira de combate. Temos que sustentá-la como baluarte. Temos que apoiá-la criticamente (outra coisa não seria marxista), pois sua derrota seria a derrota de todos.

Ao final, todas as contradições internas dos

Estados operários de transição ao socialismo somente poderão se resolver se o processo de luta pelo socialismo avança em todo mundo, especialmente nos países capitalistas desenvolvidos. Por isso, às vezes é preferível ser *indulgente* com os erros, as limitações e as deformações que podemos encontrar em Cuba...

Mas também *a direção cubana deve compreender, e creio que assim o faz*, ao menos boa parte dela, que seu futuro depende de novas vitórias revolucionárias em todo o mundo. O contrário implicaria, em longo prazo, a morte e a *contra-revolução*” (Beluche, Olmedo. Reflexões sobre o socialismo de século XXI. sublinhado nosso).

Se quiséssemos escrever um decálogo de “realismo” (ou seja, oportunismo) político – de adaptação ao “mal menor” e “o possível”- o companheiro Beluche nos proporciona uma sólida base para isto.

Como “certo grau de burocratismo é inevitável”, então

**Ao final, todas as contradições internas dos Estados operários de transição ao socialismo somente poderão se resolver se o processo de luta pelo socialismo avança em todo mundo, especialmente nos países capitalistas desenvolvidos**

boca calada perante o problema da burocracia. O de Stalin foi muito mal... porém a democracia é uma “inocência”, pois nos devora o lobo capitalista. A esta chapeuzinho “Vermelha” (ou melhor, rosa), que além do mais se diz trotskista, nem cogita que há uma diferença *total* entre a podre democracia *burguesa* (que não tem uma grama de inocente) e democracia *operária e socialista*, que é o que não existe e tem que reclamar em Cuba!

Em quanto aos problemas *atuais e bem concretos* de Cuba – como a desigualdade crescente e os propósitos *explícitos* de setores da burocracia de adotar o modelo restauracionista chinês – o companheiro os remete... a revolução mundial. Somente ela os pode solucionar, se não o faz, lamentavelmente “implicaria, em longo prazo, a morte e a contra-revolução”.

Esta acrobacia de argumento lhe permite pular por cima das responsabilidades concretas da “direção cubana”, quer dizer, da burocracia (dentro da qual se alenta essa tendência desde o núcleo principal): “Mas também *a direção cubana tem que compreender, e acho que o faz, ao menos boa parte de ela, que seu futuro depende de novas vitórias revolucionárias em todo o mundo*”.

A posição do PSTU-LIT é o *reverso igualmente equivocado de tudo isso*. Brevemente, o PSTU-LIT considera não só plenamente restaurado o capitalismo senão também praticamente colonizado ou semicolonizado o país. Além do que parece incapaz de distinguir entre uma *burocracia privilegiada* e uma *classe social orgânica* como a burguesia.

Segundo o PSTU-LIT, o processo de restauração em Cuba “se diferencia bastante do que se deu na Rússia e na maioria dos países do Leste Europeu. Na essência, *a restauração em Cuba tem seguido o modelo chinês*. As semelhanças entre o processo chinês e cubano podem ser observadas, fundamentalmente, em quatro planos. (...) Em primeiro lugar, as reformas pró-capitalistas foram se fazendo de forma lenta e gradual. Em segundo, o capital externo tem jogado um papel central no processo de restauração. Em terceiro lugar, as empresas estatais em ambos os países jogam e continuam jogando um papel muito importante, de respaldo às empresas particulares. Em quarto lugar, a diferença da Rússia e da maioria dos países do Leste é que a restauração não está sendo feita sobre a base de entregar aos operários e a população as ações das empresas” (Hernández, Martín. Cuba em debate. sublinhado nosso).

Assim mesmo, Cuba “está em vias de se transformar numa semicolônia, ou diretamente em uma colônia, do imperialismo” (idem). Em outro texto desta corrente se afirma que “Cuba está perdendo seu caráter de país independente e marcha aceleradamente a se transformar em uma semicolônia dos imperialismos europeus e canadense”. Como este primeiro texto de Hernández foi escrito em 2000 e, segundo ele, a restauração teria se produzido *já em meados dos anos 90*, é de supor *que nessa marcha tão acelerada*, já hoje Cuba está praticamente sob a dependência semicolonial da União Européia e Canadá.

Acreditamos que os companheiros estão muito equivocados. Cometem um erro perigoso e lamentavelmente frequente: *confundir primeiro mês de gravidez com o nono*, ou pior ainda, com *uma criança já nascida*. Esse erro, tanto na medicina como na política, costuma ter consequências muito graves.

Efetivamente, como já dizemos, a burocracia cubana, pressionada pelo desastre do “período especial”, tomou medidas, tanto para fora na economia mundial, como para dentro da ilha, que *em suas mãos* – quer dizer, *administradas pela burocracia-*, abrem a porta ao processo de restauração capitalista. Já apontamos também, que o setor da alta burocracia que administra as *joint-ventures* e, em geral os setores mais rentáveis da economia, vê com admiração os “êxitos” da burocracia chinesa, *convertida em burguesia bilionária*. Porque este é o ponto crucial que – não por casualidade – escapa aos “teóricos” do PSTU-LIT. O problema não é fazer a soma e resta de medidas econômicas isoladas (que efetivamente *em mãos da burocracia* são perigosíssimas), senão responder a uma simples pergunta: *onde está a “nova burguesia cubana?”* Vive na clandestinidade? Reside no Canadá ou em Europa?

Por isso, colocar *já um sinal de igual* entre Cuba e China é um *despropósito*. A nova burguesia chinesa tem endereços conhecidos, opera na bolsa de Shanghai (uma das mais importantes do mundo), preside empresas milionárias *absolutamente privadas* das quais não são meros administradores burocráticos, senão *proprietários* em todo o sentido capitalista do termo. A nova grande burguesia se originou em grande parte da mesma burocracia maoísta (e segue fusionada com ela), mas *já não são simples burocratas*<sup>36</sup>. Em Cuba, nem sequer na escala modesta da ilha, se pode falar ainda de um fenômeno social semelhante. Ou seria o primeiro caso de um país semicolonial cuja burguesia não é nativa, senão europeia ou canadense?

Isto não significa *insistirmos* que o curso de um setor fundamental da burocracia cubana não aponte nessa direção... mas ainda não chegou. Isso é decisivo para formular uma política revolucionária a respeito de Cuba! Esclarecer isso é muito importante, pois o erro do PSTU-LIT leva inevitavelmente a conclusão de que há pouco ou nada que defender em Cuba e que da revolução de 1959 não ficou praticamente nada.

Assim mesmo, isso pode dar lugar a confusões políticas ainda piores. Se no dia de amanhã os grupos dissidentes de centro-direita, alentados e financiados desde Miami e a “Oficina de Interesses” dos EEUU em Havana, chegarem a tomar força num setor de massas, já estamos vendo os companheiros do PSTU-LIT falar da “luta democrática” “contra a “ditadura do Estado burguês cubano”.

**POR UMA NOVA REVOLUÇÃO CUBANA, QUE DEFENDA AS CONQUISTAS DE 1959 E ESTABELEÇA REALMENTE O PODER DA CLASSE TRABALHADORA**

Não vemos muitas possibilidades de *status quo*. Nem

as contradições e tensões da sociedade cubana, nem a presente situação mundial e latino-americana (com crises e câmbios notáveis a nível econômico e geopolítico) facilitam o imobilismo.

O futuro de Cuba se resolverá em função de *que forças sociais imponham finalmente seus interesses*. Nesse sentido, como já assinalamos no início deste texto, tem somente três *forças sociais* que potencialmente poderiam impor rumos próprios: 1) a *burguesia gusana*, que tem a radical desvantagem de estar fora da ilha, mas que recebe o respaldo do imperialismo ianque e que possivelmente poderia contar com setores “populares” difíceis de medir, alimentados pelos elementos de desmoralização e decomposição social que temos descrito e pelas relações familiares e culturais com a comunidade cubana dos EEUU; 2) a *alta burocracia administradora do Estado*, encabeçada pelos especialistas militares que estão a frente das *joint-ventures* e outros setores dinâmicos da economia, que marchariam, em primeira instância, para o capitalismo de Estado; 3) a *classe operária, única força social cuja hegemonia abriria realmente uma transição ao socialismo*<sup>37</sup>.

Até agora, nesse triângulo de interesses sociais tão contraditórios, é a segunda alternativa a que parece mais provável, enquanto que da terceira, a da classe operária, apenas se percebem de vez em quando algumas faíscas independentes. Não obstante seria um grave erro dar já por decidida a partida, como fazem de fato, as correntes que dão por restaurado o capitalismo e, inclusive, estimam também perdida (ou semiperdida) a independência nacional de Cuba.

Nada já está *totalmente* decidido e definido. A mesma reconvocação ao eterno VI Congresso (que nunca se realiza) indica a necessidade da burocracia de obter *um consenso e legitimar* um rumo. Esta reconvocação foi precedida, em setembro de 2007, pelo chamado a um “debate nacional” para que a população manifestasse suas opiniões, especialmente sobre a economia. Os fins dessa política são obviamente processar através de canais burocráticos uma discussão (e um descontentamento) que já está amplamente instalado. Assim o espelhou o incidente do presidente da Assembléia Nacional, Ricardo Alarcón, em fevereiro passado, com os estudantes da Universidade de Ciências da Informática, quem não conseguiu responder seriamente a perguntas fundamentais, como “porque o comércio interior de todo o país migrou ao peso conversível, quando nossos operários, nossos trabalhadores e nossos camponeses recebem salário em moeda nacional, que tem 25 vezes menos poder aquisitivo?”

Mas, contraditoriamente, medidas como o “debate nacional” e a nova convocatória ao VI Congresso podem pôr também em *estado de assembleia* setores importantes de trabalhadores, estudantes e intelectuais; ou seja, um transbordar em uma situação na qual o *controle* da burocracia é *muito mais débil* que no período 1968-90, e *sua legitimidade* também mais *questionada*.

Por alguns textos e debates que vão transcendendo pela

Internet, a margem da cúpula burocrática, mas situados *no campo do socialismo e o anti-imperialismo*, aparece uma lógica preocupação *programática* nestas discussões.

Logicamente, nesse sentido não podemos formular um programa detalhado, menos ainda completo. No entanto, é também imprescindível esboçar algumas *linhas importantes*, porém parciais:

√ Pela *defesa das conquistas revolucionárias de 1959*, em primeiro lugar a *independência nacional* e a *expropriação do capitalismo* e também os avanços que ainda se mentem em matéria de saúde, educação, emprego, aposentadoria, etc.

√ Pelo *fim ao regime de partido único* e de estatização dos sindicatos e demais organizações operárias, populares, juvenis, femininas, etc. Plena liberdade de organização política, sindical e associativa dos trabalhadores, estudantes e setores populares que defendam as conquistas de 1959, especialmente a independência nacional e a expropriação do capitalismo e repúdio ao bloqueio imperialista. Pela *constituição de um partido ou instrumento político operário e socialista, independente da burocracia*.

√ Pela *democracia operária e socialista*. Nem “democracia” burguesa fraudulenta estilo Miami, nem “voto unido” pela lista única da burocracia. Que as organizações de massas operárias, camponesas, estudantis e populares, com funcionamento absolutamente democrático, designent o governo de Cuba e debatam e decidam os planos econômicos e políticos.

√ Nem *plano econômico burocrático, nem anarquia capitalista*. *Democracia socialista para determinar o plano econômico e verificação pelo mercado de sua realização*. Pela administração e/ou controle operário democrático de todas as empresas, com absoluta publicidade de suas operações, como forma principal de avançar na produtividade e terminar com o saque da propriedade nacionalizada. Por uma moeda única.

√ *Brecar e reverter o crescimento da desigualdade*.

√ O isolamento nacional da economia cubana e o baixo desenvolvimento das forças produtivas fazem impossível abolir “por decreto” a lei do valor e as relações mercantis, como se tentou em algum momento. Isso concretamente implica perigosas *concessões* em dois sentidos: para fora, ao capital estrangeiro: para dentro a setores do campesinato e a pequena burguesia urbana. Porém o controle e manejo de tudo isso não pode ser a tarefa da burocracia que não rende contas a ninguém. A total transparência da democracia operária e socialista tem que ser o contrapeso perante estas sérias pressões, sobretudo as mais perigosas, as que provêm do capitalismo mundial.

#### NOTAS:

<sup>1</sup> Andrés Oppenheimer, Castro’s Final Hour: the secret story behind the coming downfall of Communist Cuba, Touchstone (Simon & Schuster), New York, 1993.

<sup>2</sup> Não analisaremos aqui o estranho caso da monarquia “socialista” da família Kim na Coreia do Norte. Não bastassem as faíscas que



se produzem de quando em quando nas suas relações com os EUA, não tem a menor relevância revolucionária, nem política nem histórica. Seu estabelecimento não foi consequência de uma revolução senão um subproduto da Segunda Guerra Mundial, semelhante ao ocorrido no Leste da Europa. Concretamente, foi consequência da tardia intervenção em 1945 das tropas da União Soviética na guerra contra o Japão e de sua ocupação no norte da península coreana, enquanto os EUA faziam o mesmo no sul. A guerra da Coreia de 1950-53 - episódio importante no seu momento, da “Guerra Fria”-, o posterior congelamento da divisão da nação coreana e a situação da “paz armada” que se prolonga até hoje (com um dispositivo bélico estadunidense que segue apontando na verdade para China e Rússia), obstaculizaram o curso “normal” de reabsorção pelo capitalismo que seguiram China e Vietnã.

<sup>3</sup> A Emenda Platt, que analisaremos mais adiante, foi uma imposição dos EUA na Constituição de Cuba que a convertia de fato num protetorado colonial.

<sup>4</sup> O debate tomou-se público numa oportunidade em que estavam presentes Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Nacional, e estudantes cubanos, ver edição de 24/2/08 de [www.socialismo-o-barbarie.org](http://www.socialismo-o-barbarie.org).

<sup>5</sup> Como sucedeu nos anos finais dos ex “países socialistas”, o crescimento da corrupção em todos os níveis, que tocamos mais adiante, é um fiel indicador de como os laços de solidariedade social e de classe são substituídos pela luta individual de todos contra todos. É nesta “atmosfera” social que prosperou a restauração, tanto na URSS e o Leste como na China.

<sup>6</sup> Tem que sublinhar que uma das principais objeções contra a anexação direta de Cuba, não foi por dar-lhe uma quota maior de independência, senão por sua grande porcentagem de população negra e mulata. O “modelo egípcio” de colônia solucionava esse problema tão grave para o racismo imperialista ianque (Gott, cit., pp. 108ss.).

<sup>7</sup> Mella, sua figura mais destacada, seria logo sancionado pelo PC cubano. Mella começa a simpatizar com a Oposição de Esquerda, que teria conhecido pelo intermédio de Andrés Nin (cf. C. Hart, “Julio Antonio!... Até depois de morto”). Em 1929, Mella foi assassinado no México, onde estava exilado, aparentemente por um assassino da ditadura de Machado. O texto de Celia Hart insinua que suas diferenças com o nascente stalinismo foram as causas desse desenlace. Outras fontes acusam rotundamente como responsável Vitorio Vidali, um agente de Stalin que anos depois se faria famoso como torturador e assassino de Nin na Espanha e de outros dirigentes de esquerda não estalinistas. De todo modo, após a morte de Mella, o PCC apropriou-se de sua popular figura tratando de ocultar seus “pecados” trotskistas.

<sup>8</sup> Logo depois das políticas oportunistas que levaram à catástrofe a revolução na China de 1925-27, Stalin deu uma virada ultra-esquerdista. Em 1928, proclamou que tinha se iniciado um “terceiro período” que seria a etapa final do capitalismo. Essa falsa caracterização foi o pretexto para que a Internacional Comunista adotasse uma orientação ultra-esquerdista, aventureira e oposta às táticas de frente única operária. O principal resultado disto foi o triunfo sem luta de Hitler na Alemanha e a ascensão do fascismo em toda Europa. Aterrorizados por estes desastres, o stalinismo deu um giro definitivo para o oportunismo e a colaboração de

classes, inaugurando em 1934-35 a linha de “frente popular” com setores progressistas e/ou “democráticos” da burguesia

<sup>9</sup> Com a importante exceção de Fulgencio Batista, que veremos logo.

<sup>10</sup> Efetivamente, Castro reedita não somente o discurso populista radical e anti-imperialista de Guiteras (1906-1935), senão inclui alguns de seus episódios. Antes da caída de Machado, Guiteras tenta tomar o quartel Moncada e é preso, como Fidel. Em 1935, ante o triunfo da contra-revolução, Guiteras planeja ir ao México para organizar uma força que desembarque na ilha e inicie uma guerra revolucionária. Ou seja, o mesmo que faria Castro 20 anos depois. Mas Guiteras é assassinado em Cuba, antes de partir. Na realidade, as impressionantes semelhanças se explicam porque *ambos seguiam o modelo das guerras de independência do século XIX*, desde as ações práticas até aspectos mais ideológicos.

<sup>11</sup> Junco havia militado no México com Mella, quando esse também se aproximava da Oposição de Esquerda. Em 1942, Junco foi assassinado em um comício por um grupo armado do PC (então chamado Partido Socialista Popular), que nesse momento tinha dois ministros no governo de Batista.

<sup>12</sup> É importante sublinhar isso, porque na esquerda latino-americana há desconhecimento acerca do fato de que Cuba *não* era, nos anos 40 e 50, um país extremamente atrasado em relação ao resto da América Latina, como por exemplo, Haiti e Honduras. Um bom exemplo o dá Martín Hernández, do PSTU-LIT (que para cúmulo aparece como o ‘especialista’ dessa organização em temas cubanos), quando afirma que “Cuba era um dos países mais pobres, mais miseráveis da América Latina” (M. Hernández, “Debate entre a LIT-CI e a delegação cubana no Fórum de Porto Alegre”). Porém, contra o que crê Hernández, Cuba era *um dos países mais desenvolvidos da América Latina*, com um PIB *per capita* somente inferior ao da Argentina e Uruguai, e com um nível de vida melhor que o da Espanha naquele momento. Na realidade, se Cuba houvesse sido “um dos países mais pobres, mais miseráveis da América Latina” (como imagina o ‘*expert*’ da LIT-PSTU), provavelmente não se haveria produzido revoluções como as de 1933 e 1959. É que Cuba era um caso *extremo* – como em seu momento, Rússia – de *desenvolvimento desigual e combinado*. Por isso, dialeticamente, a sociedade cubana estava submetida a *tensões formidáveis*, econômicas, sociais e políticas, agravadas pela dependência quase colonial com os EUA e a volatilidade do mercado mundial do açúcar, que agregava um fator estrutural de *instabilidade*. Em sua formação econômico/social, aspectos avançados quase à altura dos EUA se entrelaçavam com o mais terrível atraso; setores com nível de vida de Miami ao lado da extrema miséria. Este *extremo desenvolvimento desigual e combinado* vem de longe. Na década de 1930, Cuba tinha estradas de ferro quando na Espanha ainda não havia nem um metro de trilhos. Não obstante, Cuba (com Porto Rico) era a *única colônia* que ainda pertencia a um império espanhol na América! É curioso notar que muitos “politicologistas” e historiadores de direita sustentam uma tese *simetricamente oposta* à de Hernández, porém, *baseada nas mesmas concepções*. Eles afirmam que Cuba não era “um dos países mais pobres, mais miseráveis”, então a revolução – injustificável – só se explica por uma “conspiração comunista” urdida de cima, pelos irmãos Castro e Che Guevara, agentes de Moscou. Ambas as visões têm em comum (e equivocadas) a concepção implícita de que *a miséria é a mãe exclusiva das revoluções*.

Na realidade, os processos político-sociais são muito mais dialéticos.

<sup>13</sup> A exceção foram as da ala radical do “governo dos cem dias”, Guíteras, Chibás e outros. Especialmente Guíteras era famoso por sua austeridade jacobina: sendo ministro tinha um só traje.

<sup>14</sup> Por um lado, o PSP era rechaçado desde a direita. Pelo outro, também à esquerda, porque era visto como parte da infame “politicaria”, termo com o qual os cubanos englobavam os enxáguos corruptos nos governos, partidos e sindicatos, nos quais os estalinistas tinham participado notoriamente. Uma das grandes vantagens de Fidel seria a de apresentar-se como um homem novo, um lutador abnegado, de honestidade intocável, alheio à podridão da “politicagem”.

<sup>15</sup> Inicialmente, o chamado de Guevara de fazer “um, dois, três Vietnãs” e as atividades que encabeçou pessoalmente, primeiro na África e logo na derrotada guerrilha da Bolívia, onde encontrou a morte em 1967, apontavam em um sentido *internacionalista* que se chocava com a política de “coexistência pacífica” impulsionada pelo Kremlin. Aqui não podemos fazer um balanço amplo dessas tentativas, ambas fracassadas. Somente assinalamos que, no que diz respeito à América latina, as boas intenções de Guevara de levar adiante uma luta revolucionária continental que resgatasse Cuba do isolamento e infringisse uma derrota maiúscula ao imperialismo, se concretizaram em uma estratégia totalmente equivocada: a do foco guerrilheiro. É muito significativo que Guevara, a de fim de estender a revolução pelo resto do continente, *jamais tivesse em conta a classe trabalhadora*, apesar de que em países como Bolívia, Chile, Argentina ou Peru, protagonizavam lutas colossais, com revoluções como a de 1952.

Isto preparou o marco das graves e decisivas derrotas dos anos 70. As massas trabalhadoras e, sobretudo, a numerosa vanguarda operária e estudantil foram majoritariamente enquadradas em *duas estratégias igualmente desastrosas*: a da “via pacífica ao socialismo”, promovida desde Moscou e impulsionada por partidos comunistas e socialistas, e a do guerrilherismo guevarista em suas diversas variantes. Elas foram as grandes organizadoras da sangrenta derrota sul-americana, que começaram a marcar o ponto de inflexão da ascensão revolucionária iniciada na década de 60. As correntes que, acertadamente, sustentaram a estratégia de fazer centro na mobilização revolucionária das massas operárias e populares foram minoritárias, como a corrente trotskista orientada por Nahuel Moreno, que criticará as concepções de Guevara e vaticinará que estão “semeando o caminho de derrotas” (N. Moreno, “Dois métodos frente à revolução Latino-americana. Comentários críticos aos trabalhos de Ernesto Che Guevara, ‘A guerra de guerrilhas’ e Guerra de guerrilhas: um método”, *estratégia*- segunda época – Buenos Aires 1964).

<sup>16</sup> Se Mella caracterizava engenhosamente Machado como um “Mussolini tropical”, poderíamos dizer que o período que vai desde 1936 até meados dos anos 40, é uma espécie de “*New deal tropical*”, uma cópia ruim de cooptação e concessões, desenvolvida pelo presidente Roosevelt, para desarmar o combativo movimento operário americano daqueles anos.

<sup>17</sup> O reparo que eleva Lázaro Peña, retrata a política de colaboração de classes com que o PSP orientava os sindicatos: “Nem poses demagogas, nem demandas exageradas, nem ação desordenada, nem atuação anárquica ou irresponsável cometeu em toda sua existência a CTC, que foi, ao contrário, fator de *unidade*, de *ordem* e do *melhor desenvolvimento nas relações entre o Capital e o Trabalho*”

(citado em C. Bianchi Ross, “Assalto à CTC”, sublinhados nossos). Peña se queixava da integridade do Estado burguês pelos valiosos serviços que lhe havia prestado!

<sup>18</sup> A diligência (mujalista) dos sindicatos suprimiu à força todas as forças dissidentes que ameaçaram seu pacto (com Batista). A classe operária organizada sofreu assim uma dupla ditadura: a de Eusebio Mujal e a de Fulgencio Batista. Sem organizações autônomas, a classe trabalhadora foi *atomizada*. O principal resultado foi que os trabalhadores, que cada vez mais se voltavam contra Batista, o fizeram como *cidadãos individuais* mais que como *membros de organizações coletivas da classe operária*” (Farber, cit., p. 128, sublinhados nossos).

<sup>19</sup> A corrente mandelista teve uma *política seguidista às burocracias* e em geral a todas as direções que encabeçaram revoluções ou fenômenos “*impactantes*” (como em seu momento a “Perestróica”, ou na América Latina o PT brasileiro). Mandel sustentava teoricamente seu seguidismo com duas teses: **a)** “Da Comuna de Paris até a vitória da Revolução Cubana, passando pelas vitórias das revoluções de Iugoslávia, China e Vietnã, temos visto as revoluções socialistas derrubar vitoriosamente o poder do capital sob a direção de grupos ou partidos que têm em comum três características: *sua natureza objetivamente proletária*, sua opção *a favor da revolução* – e pelo mesmo sua ruptura com estratégias e táticas contra-revolucionárias em momentos decisivos; suas *insuficiências programáticas* clamorosas, que conduzem em todo caso a deformações burocráticas graves, salvo no caso da Comuna, derrotada rapidamente... Este fenômeno está *na metade do caminho entre o stalinismo e o marxismo revolucionário* e é resultado da debilidade ainda pronunciada do fator subjetivo em escala mundial” (Ernest Mandel, “*la défaite impérialiste au Vietnam*”, sublinhados nossos); **b)** As burocracias *eram um setor da classe operária*, só que *privilegiado*. A demonstração “sociológica” desta teoria é que os burocratas são *trabalhadores assalariados* ... ainda que melhor remunerados que os restantes: “A burocracia não possui os meios de produção, participa da distribuição da renda nacional exclusivamente em função da remuneração da sua força de trabalho. Isso inclui muitos privilégios, mas são sob a forma de remuneração, que não difere qualitativamente da remuneração sob um salário” (Ernest Mandel, *Revolutionary Marxism Today*, p. 142).

Em primeiro lugar, era falso que a burocracia obtivesse seus privilégios e principalmente sob a forma de um salário. Além do mais este sofisma de Mandel implicaria que o presidente do diretório de uma corporação que recebe também um “salário”, pode ser igualado socialmente ao operário assalariado que sua mais-valia nas suas fábricas. Defendendo-se em uma questão *formal* – a *forma salário*, Mandel ilude o *conteúdo social e de classe absolutamente distinto* dos envelopes com o “salário” que recebem os operários, o burocrata “socialista” e o executivo de uma grande empresa.

Assim mesmo, o que recebe o burocrata (por *dentro* ou por *fora* do envelope) inclui não somente “a remuneração de sua força de trabalho”, *senão também sua quota-parte na apropriação do valor excedente* que produzem os trabalhadores de verdade. Ou seja, sua parte numa exploração que *não é “orgânica”* (como a do capitalismo), mas que abriu a porta para a restauração; é dizer, o regresso a uma exploração *orgânica* mais segura e estável, a capitalista. Por isso, contra o que acreditava e esperava Mandel, resultou que os burocratas da Iugoslávia, China e Vietnã não estavam na “*metade do caminho entre o stalinismo e o marxismo revolucionário*”, *senão entre o Estado burocrático e a volta ao capitalismo*: marchavam para converter-

se em burgueses. Por outro lado, como veremos mais adiante, a burocracia cubana, mais tardiamente, caminha no mesmo *sentido* ... ainda que por enquanto não chegou, como pretende o “cubanólogo” da LIT-PSTU. Isto veremos mais adiante.

<sup>20</sup> Exemplo típico de “frente policlassista” ou “frente popular” foi a UP (Unidade Popular) chilena, que governou com Salvador Allende de 1970 a 1973. O Movimento 26 de Julho não foi uma organização operária, mas ao mesmo tempo teve pouco a ver com esses tipos de coalizões.

<sup>21</sup> O marxismo revolucionário do século XXI herdou o peso morto das explicações “objetivistas” das revoluções do pós-guerra, que botaram de cabeça para baixo a teoria da revolução permanente, *fazendo o centro não nos sujeitos sociais e políticos, senão nos chamados “fatores objetivos”*: os ataques do imperialismo, as crises econômicas, as tarefas colocadas pela revolução etc. Esse debate é rigorosamente atual, pois hoje lamentavelmente temos mais de um esperando que Chaves obrigados pelas circunstâncias e as “pressões do imperialismo” faça como Fidel. Para analisar esse problema teórico de conjunto, recomendamos ver *SoB 17/18*. “Notas sobre a teoria da Revolução Permanente”, de Roberto Sáenz, especialmente “Crítica à concepções das revoluções ‘socialistas objetivas’”.

<sup>22</sup> No trotskismo do pós-guerra, as revisões “objetivistas” e/ou “substituístas” da teoria da Revolução Permanente se faziam para explicar como este tipo de sujeito político-social expropriava a burguesia. Houveram expressões muito variadas, como as de Mendel ou Moreno, mas dentro desses parâmetros. Mandel, sem dizer que estava colocando todo o revés, apresentava como “teoria da revolução permanente” uma mistura original de substituísmo e objetivismo. Achava que “a ditadura do proletariado foi estabelecida na Iugoslávia, China, Vietnã e Cuba por *direções revolucionárias pragmáticas*, que têm uma prática revolucionária, mas não a teoria e o programa adequados, nem para sua própria revolução nem para a revolução mundial” (E. Mandel, “In Defence of the Permanent Revolution”, p. 54). Claro que destas “direções revolucionárias pragmáticas” ou “centro-esquerda” nunca ficava claro seu caráter social. Já vimos anteriormente, segundo Mandel, como estas “direções pragmáticas” estavam *na metade do caminho entre o stalinismo e o marxismo revolucionário*. Estabelecia assim o fundamento teórico para a política de “seguidismo” a todas elas. Moreno, sem fazer tantos malabarismos, assume francamente que esta revisando a teoria da revolução permanente. Mas a diferença de Mandel trata de sustentar uma posição *independente* das direções burocráticas. A solução teórica que achou para esta questão foi *fazer passar os sujeitos a um plano secundário*. A revolução se moveria não pela luta entre sujeitos históricos, sociais e políticos, como sustentava Trotsky, senão impulsionadas por uma “*combinação objetiva de tarefas*”: por exemplo, no caso de Cuba, na luta pela independência nacional frustrada pela intervenção ianque de 1898 exigia expropriar a burguesia, que era extremamente submissa a Washington. Essas “combinações objetivas de tarefas” estabeleceriam uma espécie de *lei da gravidade* dos processos revolucionários. Moreno exemplifica isso com um carro: “Para que o carro se mova tem duas maneiras: uma é que alguém acione a marcha; outra é colocá-lo em uma descida para que ande só. Neste último caso, o movimento é objetivo, ninguém o para, é um processo objetivo” (N. Moreno, “Crítica as Teses da Revolução Permanente de Trotsky” p.18). Não obstante a história da Revolução Cubana desmente esta espécie de “lei da gravidade” das revoluções. O carro da revolução cubana *teve um condutor*, Fidel

Castro e o movimento do exército nacional populista. Os giros e rumos desse carro, seja na descida ou em subida, foram executados por esse *sujeito político social* que estava no volante.

<sup>23</sup> Está documentado que *já em 1958*, se tentaram contatos com o bloco soviético, via empresas dessa origem na Costa Rica, com o objetivo imediato: conseguir armas que eram negadas pelos EEUU. Logo após o triunfo da revolução, os contatos com Moscou *gestaram-se preventivamente quase de imediato*, muito *antes* do início dos atritos com os EEUU pela Lei da Reforma Agrária e outras medidas. Ao mesmo tempo em que tudo isso se processava em segredo, Castro, publicamente e inclusive numa viagem aos EEUU, iludia com ambigüidade e assumia compromissos que começavam a exigir-lhe de Washington esclarecimentos de dúvidas e temores que despertava no imperialismo sua política. Tomando estes e outros fatos, uma legião de charlatães, ao estilo de Montaner, tem elucubrado a respeito da “conspiração comunista” dos Castro e o Che Guevara, que explicaria tudo o que sucedia. Na realidade, o Kremlin estava *completamente* desinteressado do que acontecia em Cuba, considerada no marco dos acordos de Yalta-Potsdam, parte da esfera de influência dos EEUU. Tanto perante os EEUU como a União Soviética, *foi Fidel Castro quem levou a iniciativa* e não ao contrário, inicialmente dentro de uma política pragmática para aproveitar o enfrentamento entre os blocos da Guerra Fria. Ver Got, cit., pp.178-183 e Farber, cit., pp.143ss.

<sup>24</sup> Um exemplo dessa dialética entre o subjetivo e o objetivo foi a expropriação final da burguesia. Ao começar os problemas do governo com os EEUU e perante medidas que ainda não eram moderadas (lei de rebaixa de aluguéis, reforma agrária, etc.), a burguesia *comete o erro de ir embora em massa para Miami*. Muito antes que fossem expropriados, os burgueses saem de “férias”, seguros de que *EEUU poriam a “casa em ordem”* em semanas ou meses. O “cipayismo” ou “malinchismo” superlativo da burguesia cubana, na que seguia vivo o *anexionismo*, foi uma mala pesada. A decisão de ausentar-se é contestada com a intervenção das suas empresas e granjas e logo com a expropriação (J. Murray, *A Segunda revolução em Cuba*, pp. 48ss.). Seus filhos e netos ainda seguem esperando voltar... e recuperar as propriedades.

<sup>25</sup> Esta localização (relativamente) “por cima” das classes pode ilustrar-se também com os episódios (muito menos conhecidos) de *choques com setores de trabalhadores* durante o mesmo processo revolucionário. Assim, em 21 de maio de 1959 Castro enfrentou duramente a camponeses e trabalhadores rurais que tinham iniciado uma divisão de terras. Seria ele *desde cima*, quem disporia isso através da Lei de Reforma Agrária, não os camponeses nem os operários rurais! (Murray, cit., p.62). A mesma coisa sucedeu com greves operárias condenadas inclusive *antes de serem expropriadas as empresas privadas*. Em relação aos sindicatos, tempos depois de serem varridos pelos mesmos trabalhadores os burocratas mujalistas que tinham servido na ditadura, Castro iniciou desde cima uma limpeza de dirigentes – grande parte deles provenientes do 26 de Julho, que não eram incondicionais e os substituiu principalmente com burocratas do PSP, de obediência garantida (ver Farber, cit., pp 122-123, 125-126 e 163 e Murray, cit., pp.94ss.).

<sup>26</sup> “Tudo se reduz a um denominador comum em qualquer uma das formas que se analise: *o aumento da produtividade no trabalho*, base fundamental da construção do socialismo” resumia Guevara (cit., p.64).

<sup>27</sup> Tanto Guevara como seus contraditores mais afetos ao sistema de Moscou coincidiam em algo fundamental: que *não* era a classe



trabalhadora a que decidia, organizada numa democracia operária e socialista. Ambas as partes sustentavam a mesma concepção verticalista, onde, neste caso, na cúspide estava o “Comandante Em Chefe” ou “Líder Máximo”, o qual “ordenava”. Em outros textos Che sintetizava assim este mecanismo político (que resultou ser de consequências fatais para os interesses dos trabalhadores na produção e elevação da produtividade.): “A massa realiza com entusiasmo e disciplina sem par as tarefas que o governo fixa, sejam de índole econômica, cultural, de defesa, esportiva, etc. A iniciativa parte de Fidel do alto mando da revolução e é explicada ao povo, que a toma como sua...” Não entanto, o Estado se equivoca às vezes. Quando um desses equívocos acontece, nota-se uma diminuição do entusiasmo coletivo por efeitos de uma diminuição quantitativa de cada um dos elementos que a formam, e o trabalho se paralisa até ficar reduzido a magnitudes insignificantes; é o instante de retificar... “È evidente que o mecanismo não basta para assegurar uma sucessão de medidas sensatas e que falta uma conexão mais estruturada com as massas. Temos que melhorá-las durante o curso dos próximos anos, mas no caso das iniciativas surgidas de extratos superiores do governo, utilizamos por enquanto o quase intuitivo de auscultar as reações gerais perante os problemas colocados... Mestre nisso é Fidel...” (Che Guevara, “o socialismo e o homem em Cuba”, sublinhado nosso).

Na busca do “mecanismo” ainda desconhecido” de uma “conexão mais estruturada com as massas” ao Che *nem lhe ocorre considerar a opção da democracia operária*. Isso estava *por fora* do seu horizonte de ideias. Tem um método *intuitivo de auscultar as reações gerais* (no qual Fidel era “mestre”), mas não se concebe o método *político e orgânico* de dar as massas trabalhadoras a palavra para que *livre e abertamente discutam e decidam democraticamente* a respeito “das tarefas”...o que implicaria que, corretas ou equivocadas, as decisões seriam assumidas por elas *realmente* como suas”.

Dito de outro modo: se, como afirma o Che, é necessário *intuir* a opinião dos trabalhadores, é porque eles estão *mudos* dentro do regime político verticalista com o caudilho comandante no vértice da pirâmide. Então a solução não é *moral* senão *política*: um regime de *democracia operária*, em que existam organismos (como os conselhos operários do início da Revolução de Outubro), onde os trabalhadores *falem e decidam*.

A concepção de Guevara não era a do marxismo clássico, que se expressou na *democracia socialista* da Comuna de 1871 ou dos soviets de 1917, ou seja, a *autodeterminação da classe operária*. Ou nas palavras de Lênin, “o Estado democrático dos operários armados”. Também estava muito longe do marxismo clássico sua contraposição entre estímulos “materiais” e “morais”, que na verdade é muito mais próxima ao voluntarismo maoísta.

Por estes e outros motivos, achamos incorretas as tentativas daqueles que tentam emparelhar diretamente ao Che o marxismo clássico (M. Löwy, *O pensamento de Che Guevara*, pp. 7ss.) e especificamente com Trotsky (M Löwy, “Nem decalque nem cópia: Che Guevara na busca de um novo socialismo”, pp. 4-5 e Hart, *Apontamentos revolucionários*, p. 231). No seu livro, Celia Hart chega a afirmar que “quanto ao Che, ele seguiu o pensamento de Trotsky (ou o melhor do pensamento de Trotsky)”. Löwy, em outro texto, chega ao extremo de sustentar que Guevara “esteve consideravelmente próximo a ideia de planificação socialista democrática” (M Löwy, “After a long wait...’Critical Notes’ from Che”).

Na realidade, pelo respeito que merece um lutador revolucionário

de heroísmo e honestidade irrepreensível como Guevara, deveríamos abstermo-nos de atribuir-lhe ideias que não teve. Além do que, isso não contribui a imprescindível tarefa de *clarificar o balance das revoluções do século XX* com vistas às lutas revolucionárias deste novo século. Em relação a isso, um tema sobre o qual também tem confusão é a ruptura final de Che com a burocracia do Kremlin em fevereiro de 1965, com seu famoso “Discurso de Argel” (Farber, “The Resurrection of Che Guevara”). Guevara intuí em seus últimos anos que os burocratas de Moscou *marcham para a restauração capitalista* (Martínez, “O Che vaticinou a derrubada do chamado ‘socialismo real’); uma percepção mais aguda que a de alguns “trotskistas” como Mandel. Mas o enfoque de Che a respeito disso, *não era* o de Trotsky, senão mais próximo ao de Mao (que equivocadamente, já considerava capitalista a URSS). Guevara *não entendeu o stalinismo*; pensava que o aburguesamento da burocracia era a última consequência da... NRP de Lênin (M. Löwy, “After...” cit.).

<sup>28</sup> “Mas o proletariado se move para a consciência revolucionária não passando por graus na escola, senão passando através da luta de classes, que aborrece as interrupções” (L. Trotsky, *The Struggle Against Fascism in Germany*, pp. 193ss.). Nesse caso, tinha se produzido uma decisiva “interrupção”: a revolução não tinha chegado até o “grau” de que a classe operária tivesse realmente o poder, de que fosse – não no papel e nos discursos, senão de *fato* – a classe realmente *dominante*.

<sup>29</sup> “A violação da lei tem se convertido em parte da vida diária para poder sobreviver” (Farber, “Uma visita...”).

<sup>30</sup> A atomização da classe trabalhadora e dos setores populares se agrava por outro fato fundamental que já assinalamos: nos Estados burocráticos, a burocracia não somente administra verticalmente o aparelho do Estado, senão também *todas as organizações sociais*: operárias, estudantis, femininas, culturais, etc. Então o proletariado carece de organismos *independentes e democráticos* que lhe permitam *contrapor* isso. Ou seja, que lhe permitam atuar *como classe* e não *individualmente* (por exemplo, perante a escassez, a corrupção generalizada, etc.). Isso seria muito mais eficaz que as tardias e fracassadas tentativas de Fidel de conter, com essas iniciativas “guerrilheiras” desde cima, os “muitos roubos, muitos desvios e muitas fontes de abastecimento de dinheiro dos novos ricos”, dos quais se lamenta na citada “Biografia a duas vozes”.

<sup>31</sup> Martínez Heredia é um dos intelectuais cubanos mais respeitados. Diretor e fundador da revista *Pensamento Crítico* em 1967 até sua clausura em 1971, nos anos de stalinismo brejneviano do regime, se identifica totalmente com a Revolução de 1959 e especialmente com o pensamento de Che Guevara. A caída vergonhosa do “socialismo real” na ex-URSS, que tinha servido de modelo ao regime cubano até meados dos 80, reivindicou sua figura.

<sup>32</sup> Segundo um informe de agosto de 2008 da CEPAL, “em 2007 o PIB cubano cresceu um 7,3% e dado o nulo crescimento demográfico, o PIB por habitante se expandiu na mesma proporção. A inflação foi de 2,8%, metade da observada no ano anterior (5,7%). A conta corrente da balança de pagos mostrou um superávit equivalente ao 0,8% do PIB. (...)” De acordo com as projeções do governo, se prevê que em 2008 a taxa de crescimento do PIB ficara em torno de 8%” (CEPRID, “Informe da CEPAL sobre a economia cubana”). Não obstante, os ingressos reais de grande parte da população não aumentaram um 7,3% em 2007 mais um 8% em 2008. A torta se reparte *em forma cada vez mais desigual*.

<sup>33</sup> “O exército é com e PCC, o outro pilar institucional do país. Raúl Castro é ministro das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) (...) Sua coesão e disciplina fazem dela uma das instituições mais sólidas do regime. O exército, com 50 mil homens, representa uma potência econômica maior que a investida no turismo, agricultura, indústria, telecomunicações e controla dois terços da economia. Certos observadores não duvidam em afirmar que as FAR são ‘os pioneiros do capitalismo cubano’. Foi no exército onde se experimentou (sob o impulso de Raúl Castro, apoiado logo por Carlos Lage), no final dos anos 80 e 90, um processo chamado de ‘aperfeiçoamento das empresas do Estado’, com o objetivo de aumentar a produtividade no trabalho. Esta modernização produtiva, que implicava reduzir efetivos excessivos, foi aplicada nas empresas estatais controladas pela FAR. Graças a disciplina inerente a instituição, seu resultados (...) Na cabeça das grandes empresas figuram antigos comandantes do Exército Rebelde, assim como jovens oficiais que têm adquirido uma formação econômica nas escolas de gestão européias (...) o trabalho do exército é ganhar dinheiro, como afirma Frank Mora, professor no National War College de Washington” (Habel, cit.).

<sup>34</sup> Não obstante, por fora dos marcos “oficiais” tem começado a circular muitos textos, como o de “Cuba necessita um socialismo participativo e democrático. Propostas programáticas”, firmada por “Pedro Campos e vários companheiros” (www.docialismo-o-barbarie.org, edição de 31/8/08).

<sup>35</sup> “Os recentes Jogos Olímpicos têm sido uma grande vitrine para o novo capitalismo chinês em ascenso. A China atual é resultado de um longo processo de restauração capitalista iniciado faz três décadas. As reformas começaram em 1978 ampliaram e aprofundaram seu alcance progressivamente, debilitando os mecanismos da economia planificada e receberam um empurrão decisivo a partir de 1992. (...) Trinta anos de reformas configuraram um capitalismo selvagem sem paliativos. (...) A China está atravessada por grandes desequilíbrios sociais e regionais. As reformas provocaram concentração de renda, polarização social e um aumento das desigualdades. O coeficiente de Gini (que mede a desigualdade) passou de 0,30 em 1980 para 0,48 (...) Cifrada em umas 150 milhões de pessoas, a nova classe trabalhadora ocupa os degraus mais baixos do mercado de trabalho (...) As condições de trabalho e de vida constituem a cara mais amarga do novo capitalismo chinês. Salários baixos, jornadas intermináveis, insalubridade e violação das leis trabalhistas por parte de muitas empresas e dos terceirizados fazem parte da realidade cotidiana” (J. Antentas e E. Vivas, “O novo capitalismo chinês”).

<sup>36</sup> “Um estudo do Conselho de Estado, a Academia de Ciências Sociais e o PCCh provou recentemente que dos 3.229 chineses com uma fortuna maior aos 10 milhões de dólares, 2932 são ou eram funcionários de alta patente do Partido Comunista” (L. Esnal, “As duas caras da nova China”).

<sup>37</sup> Temos que advertir que as duas primeiras forças e programas não são *absolutamente* contraditórios. *Hoje é assim*, pelo desatino de Washington (e Miami) de seguir apostando no “tudo ou nada”. Porém a grave crise do imperialismo ianque em todos os terrenos poderia abrir as portas para câmbios que se expressem na próxima presidência de Barack Obama. Não obstante, por enquanto, *não há sinais claros nesse sentido*. Se assim fosse, abrir-se-ia um espaço para soluções de compromisso que abranjam a todos os interesses e variantes restauracionistas.

## BIBLIOGRAFIA E TEXTOS CITADOS

- Alphandery, Jean-Jacques. Cuba - L'Autre révolution. Douze ans d'économie socialiste. Éditions Sociales: Paris, 1972
- Altercom. El bloqueo contra Cuba es el más brutal, cruel y prolongado de la historia. 22-1-05
- Álvarez González, Elena. La apertura externa cubana, Investigación económica N° 1. Cuba: enero-marzo 1995.
- Alzugaray, Carlos. Una aproximación desde la isla. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 19-7-08.
- Antentas, Josep María y Vivas, Esther. El nuevo capitalismo chino. AlterEconomía, 8-9-08.
- Beluche, Olmedo. Reflexiones sobre el socialismo del siglo XXI. Kaos en la Red, 1-3-08.
- Bianchi Ross, Ciro. Asalto a la CTC. Juventud Rebelde, 11-6-06
- Brief History of the Cuban Labor Movement & Social Policy, Gente de la Semana, Vol. 1. No. 1. American Edition. Havana: January 5, 1958
- Bullón Méndez, Mariano. Transformaciones de la economía cubana: claves para la irreversibilidad de la revolución. Cuba Socialista, revista teórica y política del CC del PCC. Abril-junio 2007
- Cañizares Cárdenas, José Luis. José Martí y el marxismo. IV Conferencia Internacional “La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI”, 2008
- Castro Fernández, Silvio. El Partido Independiente de Color cubano (1908-1912), Granma, 6-8-08.
- Castro, Fidel y Ramonet. Ignacio, Biografía a dos voces. Debate, 2006
- Castro, Raúl. Socialismo significa justicia social e igualdad; igualdad no es igualitarismo. Discurso, en CubaDebate, 12-7-08
- Cazal, Joel. Intervenciones militares de EEUU en América Latina. Koeyú Latinoamericano, 11-5-06
- CEPRID. Informe de la CEPAL sobre la economía cubana, 10-9-08
- Che Guevara y otros. El gran debate sobre la economía en Cuba, 1963-1964. Ocean Press. Melbourne-New York: 2006
- Che Guevara. El socialismo y el hombre en Cuba (1965). Archivo Che Guevara: www.marxists.org/espanol/guevara/index.htm.
- Claves N° 1. 1959: ¿Qué fue la revolución cubana?, 3-4-08.
- Cruz Palenzuela, María Delys. Antonio Guiteras, precursor de la Revolución Cubana. Adelante.cu, mayo 2006.
- De Riverend, Julio. Historia económica de Cuba, Pueblo y Educación. La Habana: 1971
- Esnal, Luis. Las dos caras de la nueva China. Enfoques, 26-8-08
- Farber, Sam. 45 après la révolution cubaine: le Cuba de Castro mis en perspective. A l'encontre, 6-9-04
- Farber, Sam. Cuba Today: An Interview with Samuel Farber. New Politics, vol. 9, no. 3 (new series), summer 2003
- Farber, Sam. Cuba: The One-Party State Continues. New Politics, vol. 5, no. 3 (new series), summer 1995
- Farber, Sam. Cuban Reality Beyond Fidel”, IV Online magazine, IV386 - February 2007
- Farber, Sam. Fidel Castro's political testament. ISR N° 54, July-August 2007

- Farber, Sam. Life after Fidel. *Foreign Policy in Focus*, 7-5-08
- Farber, Sam. The Cuban Army and the «Chinese Road». *International Socialism*, 27-9-06
- Farber, Sam. *The Origins of the Cuban Revolution Reconsidered*. University of North Carolina Press, USA, 2006
- Farber, Sam. The Resurrection of Che Guevara. *New Politics*, vol. 7, no. 1 (new series), summer 1998
- Farber, Sam. Una visita a la Cuba de Raúl Castro. [www.socialismo-o-barbarie.org](http://www.socialismo-o-barbarie.org), 24-6-07
- Ferriol Muruaga, Ángela. Situación social en el ajuste económico. *Investigación económica* N° 1. Cuba: enero-marzo 2005
- Gott, Richard. *Cuba - A new history*. Yale University Press, USA: 2005
- Habel, Janette. “El castrismo después de Castro. Un ensayo general”, *A Pencontre*, 8-5-07.
- Hart, Celia. Julio Antonio!.. Hasta después de muerto”, *Rebelión*, 16-1-06
- Hart, Celia. *Apuntes revolucionarios*, Fundación Federico Engels, Madrid, 2006.
- Hernández, Martín. Debate entre la LIT-CI y la delegación cubana en el Foro de Porto Alegre”, 15- 10-01, [www.marxismo.info/spip.php?article91](http://www.marxismo.info/spip.php?article91).
- Hernández, Martín. Cuba en debate, *Marxismo Vivo* 1, septiembre 2000
- Konrad, Jan. The Cuban Revolution at the Crossroads, *IV Online magazine*, IV386 – February 2007.
- Landau, Saúl. La lucha continúa, *Foreign Policy in Focus*, 7-5-08.
- Löwy, Michael. After a long wait... «Critical Notes» from Che, *IV Online magazine*, IV386 - February 2007
- Löwy, Michael. El pensamiento del Che Guevara, *Siglo XXI*, México, 2004
- Löwy, Michael. Ni calco ni copia: Che Guevara en búsqueda de un nuevo socialismo, ponencia para la I Conferencia Internacional “Marx Siglo XXI, La Habana
- Machado Rodríguez, Darío L. La unidad nacional. Un punto de vista. *Cuba Socialista*, revista teórica y política del CC del PCC, enero/marzo 2007
- Mandel, Ernest. In *Defence of the Permanent Revolution*, *International Viewpoint*, 32, 1983
- Mandel, Ernest. *La défaite impérialiste au Vietnam*, *Inprecor*, 20-7-75
- Mandel, Ernest. *Revolutionary Marxism Today*, New Left Books, Londres, 1979
- Marcelo, Luis y otros. Reflexiones sobre la empresa estatal cubana”, *Cuba Siglo XXI*, N° LXX, octubre 2006
- Martínez, Osvaldo. El Che vaticinó el derrumbe del llamado ‘socialismo real’”, *CubaDebate*, enero 2007
- Marx, K. y Engels, F. *Die deutsche Ideologie*, en *Marx-Engels Werke*, Band 3, S. 5-530 Dietz Verlag, Berlin/DDR 1969. [www.mlwerke.de/me/me03/me03\\_009.htm](http://www.mlwerke.de/me/me03/me03_009.htm)
- Marx, Karl. Prólogo a la Contribución a la crítica de la economía política. *Obras escogidas*, Tomo IV, Cartago, Buenos Aires, 1973.
- Moreno, Nahuel, “Dos métodos frente a la revolución latinoamericana. Comentarios críticos a los trabajos de Ernesto Che Guevara ‘La guerra de guerrillas’ y Guerra de guerrillas: un método”, *Estrategia segunda época*), Buenos Aires, 1964
- Moreno, Nahuel, *Crítica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky*. Buenos Aires, 1992
- Murray, Joseph P., *La segunda revolución en Cuba*, Iguazú, Buenos Aires, 1965
- Oppenheimer, Andrés, *Castro’s Final Hour: the secret story behind the coming downfall of Communist Cuba*, Touchstone (Simon & Schuster). New York, 1993
- Oramas, Joaquín. Una Revolución que se fue a bolina. *Granma*, 12-8-05
- Pavel Vidal, Alejandro, “Esquema actual de la política monetaria en Cuba”, *Cuba Siglo XXI*, N° LXXXII, noviembre 2007.
- Pavel Vidal, Alejandro, “La inflación y el salario real”, *Centro de Estudios de la Economía Cubana*, febrero 2007.
- Paz Ortega, Manuel. The ‘Battle of Ideas’ and the Capitalist Transformation of the Cuban State”, *IV Online magazine*, IV386 - February 2007
- Pérez Cruz, Felipe de J. A propósito del artículo ‘Julio Antonio!... hasta después de muerto’. *Emancipación-Socialismo del Siglo XXI*, 28-3-06
- Ramy, Manuel Alberto. ¿Reformas? ¿Cambios estructurales?”, *Progreso Weekly*, 24-7-08
- Rosales García, Juana. *Revolución y antiimperialismo en Antonio Guiteras*. *Cuba Socialista*, mayo 2005
- Santana, Joaquín G. Guiteras, Santo y Señá, *Suplemento Radio Habana*, julio 2007
- Trotsky, León. *La naturaleza de clase del Estado soviético*, 1-10-1933, *Escritos*, Tomo V, Vol. 1, Bogotá, Pluma, 1979.
- Trotsky, León. *La révolution trahie*, París, Éditions du Minuit, 1963
- Trotsky, León. *The Struggle Against Fascism in Germany*, *Pathfinder*, Nueva York, 1972
- Valdés Vivó, Raúl. Crisis de la tiranía mundial del capitalismo. *Granma*, 21-8-08
- Vitale, Luis. *Haití: Primera nación independiente de América Latina*. *Textos de la Cátedra Libre Socialismo o Barbarie*, Buenos Aires, 2008



# Recuperar o conceito de centralismo democrático dos bolcheviques

**P**artimos do fato óbvio de que a atuação de uma organização seja, contra a burguesia ou mesmo no interior do movimento de massas, se realiza com muito mais força quando há unidade política e ação comum do conjunto da organização. Uma ação unitária e coesa torna qualquer intervenção muito mais forte e decisiva. Fato óbvio. Mas até chegar a essa unidade política e à intervenção comum no movimento existe uma história. Existe uma trajetória até que a política discutida internamente na organização se transforme nessa intervenção em comum a ser levada ao movimento. Então o óbvio deixa de ser óbvio para ser o resultado de um método de discussão, de debate, afirmações, negações, negação da negação, de uma luta intensa que se desenvolveu no interior de um movimento ou de um organismo qualquer da classe.

Temos que responder a algumas perguntas cruciais nesse debate: vamos tratar o tema do centralismo democrático como uma expressão matemática em que o menor número de votos se submete ao maior número de votos? A situação de uma minoria totalmente descontente em um partido/organização no qual nenhum setor consegue se impor moralmente perante o conjunto se resolve simplesmente por meio da expulsão dessa minoria ou da inovadora fórmula morenista de “experiência em separado”? Ou mesmo indo construir outra organização, ainda que a diferença seja bem pontual?

Para (re)discutirmos o centralismo democrático devemos nos perguntar se queremos continuar com o mesmo discurso mecânico que a esquerda desenvolveu ao longo do século XX, mais especificamente a partir do X Congresso do Partido Bolchevique, ou se vamos pensar o tema a partir do conceito e das categorias da dialética que estudamos; se vamos nos adaptar ao modelo que a maioria da esquerda adotou ou vamos ter a luta de classes como determinação para a nossa compreensão do centralismo e da sua própria medida?

Nos textos de outras organizações aqui estudados, chama a atenção o fato de que todas elas reivindicam o centralismo e ao mesmo tempo se esforçam para diferenciar o centralismo democrático do burocrático; e evidentemente cada uma delas reivindica o seu modelo de centralismo como sendo o único democrático. Os trotskistas de maneira geral fazem referência ao “centralismo democrático do Partido Bolchevique de Trotsky e Lênin”, mas sem explicar de que Partido (ou período da história do partido) Bolchevique estão falando, uma vez que é possível identificar regimentos internos bem distintos na história do Partido Bolchevique. Neste estudo, vamos trabalhar com uma divisão sumária da história do

partido em dois períodos, um antes do X Congresso e outro após. Esse Congresso foi um marco no regime interno do partido, pois votou várias restrições à democracia, como a proibição de tendências e frações.

O que há de comum entre todas as posições que reivindicam o centralismo, ainda que não haja nenhum texto desses setores sobre o tema, é que na prática a referência é o regime de funcionamento votado no X Congresso. As organizações stalinistas ou oriundas do stalinismo deliberadamente assumem as resoluções do X Congresso e as medidas internas posteriores como o modelo para o funcionamento de seus partidos. Nesse modelo o Comitê Central está acima do partido e a ele todos os organismos e militantes partidários devem obediência.

A própria acusação que todos os setores fazem uns contra os outros de que o centralismo que aplicam é burocrático é a maior prova de que os regimes de funcionamento que se pretendem (até no nome) democráticos na maioria dos casos são extremamente anti-democráticos e burocráticos. A tentativa de se aproximar de um método e a sua transformação em modelo obriga aos que o reivindicam a abstrair a realidade concreta em que foi construído e o próprio desenvolvimento do método de organização. A reivindicação do centralismo nos moldes em que é aplicado precisa se legitimar e essa legitimação – de forma mecânica – é buscada no funcionamento do Partido Bolchevique e na experiência russa, transformando o partido russo no modelo a ser seguido e “russificando” o regime interno.

É importante nos afastar das duas interpretações, as quais, mesmo apresentando diferenças, estão muito mais próximos de um funcionamento burocrático do que democrático, no seu funcionamento concreto, de modo que as suas semelhanças são muitas, como veremos mais à frente. O nome democrático passou a ser o enfeite de um regime partidário que se esforça para repetir a história, mas que a história tem encarado como farsa, como acontece com toda tentativa de transportar um modelo por longas nove décadas. A nossa grande tarefa é pensar esse tema na situação concreta da luta de classes que enfrentamos.

A primeira conclusão importante é que não vamos adotar nenhum modelo ou nenhuma fórmula fixa que se aplique em toda e qualquer situação política, em toda e qualquer intervenção da organização, método próprio dos mecanicistas. A interpretação da luta de classes é que orientará nossa compreensão e como a organização intervirá, a tática adequada para cada situação política. O nosso funcionamento interno será construído a partir da leitura que fazemos da luta de classes e dos desafios

concretos a serem respondidos. Não encaramos o regime interno como um aspecto organizativo, mas sim como uma política.

A atuação em comum e unitária de uma organização não é construída com o número de votos que cada posição conquistou nas disputas políticas e teóricas no interior da organização. Isso é apenas uma parte do problema. A unidade é fundamentalmente uma compreensão também comum da realidade. Havendo acordo na estratégia e na tática, a discussão do centralismo não aparece como um problema. Essa é uma situação ideal e como todo idealismo essa hipótese é autoritária, porque despreza as contradições, impondo uma uniformidade que desafia o mundo concreto e a dinâmica da luta de classes.

Do ponto de vista da estratégia, o programa e a teoria são os elementos que formam o pilar da organização. O programa de uma organização é o mais importante, pois ele é uma compreensão mais abrangente da situação da luta de classes vista numa perspectiva estrutural e que busca abarcar a totalidade. O programa é o orientador máximo de uma organização revolucionária, um caminhão que transporta dezenas e talvez centenas de posições políticas em comum sobre variados temas que a luta de classes coloca para os revolucionários. É a própria luta de classes se encarrega de hierarquizar esse conjunto de posições políticas. O Manifesto Comunista atravessou mais de um século e permanece como obra atual, porque analisou a sociedade burguesa em sua totalidade, em seu funcionamento mais estrutural.

Além da estratégia, uma organização também tem a tática, que é a política para intervir na realidade concreta e imediata, ou seja, na conjuntura. A tática tem uma duração condicionada ao desenvolvimento da situação política. “O Congresso do partido adota resoluções táticas para determinar com exatidão a atuação política do partido no seu conjunto face a problemas novos ou a uma nova situação política” (Lênin, em “Duas táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática”, citado por Raul Villa em “Notas sobre a questão da tática”).

Essa relação dialética entre a estratégia e a tática, que se expressam no programa da organização, constituem a base fundamental da unidade da organização. É em base à compreensão comum da luta de classes e dos desafios decorrentes que estamos na mesma organização. Essa é a segunda conclusão importante: o programa é o eixo sobre o qual gira a nossa organização, é o elemento ordenador e construtor da nossa unidade.

Ocorre que a relação do programa com os desafios concretos da luta de classes não é um processo mecânico em que as peças vão sendo encaixadas para fazer a máquina funcionar. É um processo muito mais complexo no qual pode ocorrer um número indeterminado de variantes. Mesmo partindo de pressupostos semelhantes, não há garantia de chegaremos ao mesmo ponto. A dialética explica essas relações.

Chamamos a atenção para esse fato porque, no nosso cotidiano e nas questões concretas que a luta de classes coloca para cada um de nós, mesmo quando há acordo com a estratégia e com o programa, surgem diferenças na tática. É nesse momento que o tema do centralismo surge com bastante força, seja para aplicá-lo ou para negá-lo. Ou seja, a minoria acata a decisão da maioria ou, como ocorre em muitas situações, rompe com o centralismo e com a organização. Compreender esse processo e, mais do que isso, elaborar sobre ele, é o grande desafio desse

---

**É no momento das divergências que se abrem feridas na organização e precisamos construir entre nós um método que impeça que pequenas feridas se transformem em gangrena. A paciência e a tolerância com as posições minoritárias é fundamental, até porque em uma organização democrática constantemente há maiorias e minorias sem que isso signifique a existência de agrupamentos internos, e as duas condições podem se inverter em curto espaço de tempo**

---

documento. Boa parte das rupturas da esquerda ocorreram em torno das questões táticas, e mesmo entre nós o tema ressurgiu a partir de questões táticas. O tema das eleições serve como um excelente exemplo, porque a partir de um programa com o qual todos concordamos, pelo menos em linhas gerais, as diferenças aparecem quando chegamos às questões táticas, e não raro temos duas ou mais posições.

Como a minoria pode se convencer de que a sua posição não era a correta se ela não for submetida à crítica do movimento de massas? E se a maioria estiver errada e esse erro for desastroso para a organização e para o movimento? E se maioria e a minoria estiverem erradas? Outra conclusão fundamental: a votação de uma posição não pode encerrar o debate, as reflexões. Lidar com diferenças dentro de uma organização não é o mais fácil, pelo contrário, é o mais difícil. O mais cômodo é votar e submeter ao centralismo as posições minoritárias, lidando com o problema como se fosse uma operação matemática em que basta contar votos.

A confiança mútua em uma organização é uma construção histórica em que se combinam vários elementos: os acertos políticos, a camaradagem, a inserção da organização na luta de classes, etc. Preservar esse ambiente de confiança e de fraternidade deve estar entre as principais preocupações dos militantes e da direção dessa organização. É no momento das divergências que se abrem feridas na organização e precisamos construir entre nós

um método que impeça que pequenas feridas se transformem em gangrena. A paciência e a tolerância com as posições minoritárias é fundamental, até porque em uma organização democrática constantemente há maiorias e minorias sem que isso signifique a existência de agrupamentos internos, e as duas condições podem se inverter em curto espaço de tempo.

A luta por construirmos um regime interno que fuja dos modelos nos obriga a estarmos sempre discutindo e debatendo sobre esse regime, sempre à luz da realidade concreta. Isso significa dizer que a cada momento podemos ter uma medida ou forma de centralismo. A quarta e mais importante conclusão dessa discussão é de que o tema do centralismo democrático precisa estar permanentemente aberto entre nós: como o compreendemos, que interpretação damos, como estudá-lo sempre e mais a fundo, junto com o estudo da situação política, econômica e social, e com a elaboração das táticas para intervir nessa realidade. Isso é importante porque pela característica de nossa organização e pelo marxismo que praticamos sempre teremos debates, reflexões e críticas, e quando a luta de classes não estiver com suas tendências bem definidas, de maneira que consigamos nos unificar na política, certamente teremos divergências.

#### **A CENTRALIZAÇÃO: UNIDADE EM TORNO DE UMA COMPREENSÃO EM COMUM DA REALIDADE**

Uma organização politicamente centralizada, agindo de maneira coesa, se torna muito mais impactante em sua atuação na luta de classes, objetivo que toda organização do proletariado deve buscar insistentemente. A burguesia treme quando há uma grande adesão do proletariado numa greve, porque sabe que a força se multiplica. Na verdade, a unidade e unificação do proletariado é uma condição para a sua vitória.

Chamamos a atenção também para a importância de compreendermos a questão da unidade a partir da dialética, como um processo vivo e como parte de uma situação mais geral em que atuam outras leis da dialética. A contra-revolução na Rússia também estava centralizada politicamente, mas não venceu; o exército americano no Vietnã também era rigidamente centralizado, etc. Ou seja, a unidade é importante, mas não é a causa central da vitória, porque essa unidade precisa estar amparada pelas possibilidades reais na luta de classes.

A unidade em uma organização revolucionária ou nas organizações do movimento social ocorre de duas maneiras: a) a partir de uma compreensão comum da realidade e do acordo em relação às tarefas, unificando todos sob uma bandeira, que pode ser de aumento salarial, tirar um governo, defender uma tese num Congresso, etc; enfim uma situação em que a política é o que unifica a todos; b) a submissão da minoria à vontade da maioria.

No primeiro caso as coisas tornam-se bem simples. Para que ocorra a segunda possibilidade há outros

elementos que devem ser analisados, entre as quais o mais importante e determinante é a existência de confiança na maioria, de maneira que a minoria abra mão de suas posições. A construção dessa confiança é um processo histórico de formação do partido e de sua direção, que para tal necessariamente tem que ser provada por grandes lutas do proletariado. Vê-se que nessa hipótese há outras questões que interferem, como as subjetividades.

Quantas rupturas completamente injustificáveis já ocorreram na esquerda? Essas rupturas ajudaram ou atrasaram a construção de um instrumento político para a classe trabalhadora? O Espaço Socialista precisa colocar no seu horizonte a necessidade de se fortalecer mais e mais, de se formar teoricamente, de ter militantes que tenham na revolução seu projeto de vida, formar militantes para intervir no movimento social, para assumir responsabilidades no interior da organização e no movimento; enfim ser um instrumento político e teórico para a classe trabalhadora. Provavelmente todos temos acordo nesse projeto para o Espaço Socialista, mas também temos que ter consciência de que nesse percurso aparecerão divergências. Temos que nos preparar para enfrentá-las.

Unidade e disciplina caminham juntos. Havendo unidade na organização ela certamente torna-se muito mais disciplinada. A realização do Encontro do ABC em março de 2009 é uma prova cabal dessa questão: a política foi bem discutida, todos tinham acordo e o resultado foi que o conjunto da organização se jogou para a convocação e inclusive estava em peso no Encontro.

As concepções sobre centralismo democrático baseiam-se e se justificam como continuidade do regime interno do Partido Bolchevique, modelo de partido rigidamente centralizado que atuava como um exército. Tais concepções alegam que a proibição de que as discussões continuem, a proibição de tendências, o poder ilimitado da direção do partido, etc.; nada mais são do que componentes do método que foi provado na principal luta do proletariado mundial. Uma parte importante dessas afirmações corresponde à verdade, mas como lidamos com a totalidade, precisamos buscar a “outra” parte dessa história.

A prevalecer essa concepção – como prevaleceu durante todo o século XX – ela dá margem para que se continue a praticar absurdos e inverdades em nome de uma história extremamente rica e complexa e que pela sua própria natureza foi constituída por uma infinidade de movimentos e contradições. Não podemos permitir que essas ricas experiências continuem negligenciadas porque revelam, ao nosso ver, uma essência do Partido Bolchevique que foi escondida pelo stalinismo e que o trotskismo não conseguiu resgatar.

A formação do Partido Bolchevique é uma história de rupturas e reconciliações, de acordos e divergências, de lutas políticas e teóricas que ora se mantinham nos limites do POSDR e ora fora dele, ora nos limites da fração



bolchevique, ora fora dela porque se optou pela ruptura. Unidos ou separados, o marco comum da ação são as posições políticas que versam sobre a estratégia e as posições teóricas. Não conhecemos rupturas que tenham se dado por questões táticas. Só para ficar em um exemplo, a ruptura com a II Internacional aconteceu em função de uma traição histórica e de grandes conseqüências para a humanidade, a votação dos social-democratas alemães em favor dos créditos de guerra.

Os momentos de centralização do partido (seja o POSDR ou o bolchevique) sempre foram resultado da linha política adotada. A unidade do partido não era formal, consolidada apenas porque houve uma votação, mas substancial, porque havia um programa, uma estratégia bem definida e discutida e que expressava os anseios do proletariado russo. Havia unidade na tática, mas sobretudo

na estratégia. A orientação política era o que centralizava o partido: "...não se medita suficientemente sobre o que isso significa e sobre as condições em que isso se torna possível. (...) Somente a história do bolchevismo em todo o período de sua existência é capaz de explicar satisfatoriamente as razões pelas quais ele pôde forjar e manter, nas mais difíceis condições, a disciplina férrea, necessária à vitória do proletariado (...) A primeira pergunta que surge é a seguinte: como se mantém a disciplina do partido revolucionário do

proletariado? Como é ela comprovada? Como é fortalecida? Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Segundo, por sua capacidade de ligar-se, aproximar-se e, até certo ponto, se quiserem, de fundir-se com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de tudo com as massas proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Finalmente, pela justeza da linha política seguida por essa vanguarda, pela justeza de sua estratégia, e de sua tática políticas, com a condição de que as mais amplas massas se convençam disso por experiência própria. Sem essas condições é impossível haver disciplina num partido revolucionário realmente capaz de ser o partido da classe avançada, fadada a derrubar a burguesia e a transformar toda a sociedade. – grifamos – (Lênin. "Esquerdismo, doença infantil do comunismo").

O exemplo da história do Partido Bolchevique é interessante porque ele demonstra as duas formas pelas

quais a unidade era construída entre os revolucionários: uma política bem discutida e a confiança entre os camaradas e para com o partido e a revolução.

### **O PARTIDO BOLCHEVIQUE: UMA HISTÓRIA DE CONFRONTOS**

Nessa parte do documento buscamos comprovar, a partir dos textos históricos, que o Partido Bolchevique tinha um funcionamento extremamente democrático, com discussões internas e externas sobre variados temas. Era uma vida rica em debate, em críticas, mas também – como já foi dito – de uma disciplina e coerência fora do comum, capaz de multiplicar a sua força. O processo democrático de discussão transformava cada resolução em uma arma e em uma força descomunal.

Pouco ou quase nada se escreve sobre o funcionamento do Partido Bolchevique antes do seu X Congresso,

realizado em março de 1921, um marco no que se convencionou a chamar de centralismo democrático. Todas as variadas teses sobre centralismo democrático, sejam as dos trotskistas ou dos stalinistas, têm nas resoluções desse Congresso a referência. Se de um lado os trotskistas reivindicam a democracia que essa resolução sintetizava, de outro o regime interno do Partido Bolchevique votado nesse Congresso serviu de base para os expurgos stalinistas. O que explica que uma mesma resolução possa servir para duas formas

---

**O que procuramos ressaltar é que o regime interno votado nesse X Congresso é uma ruptura com um modelo democrático e centralizado de partido revolucionário. É uma ruptura com uma concepção democrática de debates internos. E também é uma ruptura com a fraternidade e a solidariedade entre militantes, e com a paciência para com aqueles que "perdem a cabeça" (uma referência de Lênin sobre o comunista alemão Levi que foi expulso do partido comunista alemão unificado). É uma ruptura com uma tradição construída durante anos no Partido Bolchevique**

---

antagônicas, como o trotskismo e o stalinismo?

O que procuramos ressaltar é que o regime interno votado nesse X Congresso é uma ruptura com um modelo democrático e centralizado de partido revolucionário. É uma ruptura com uma concepção democrática de debates internos. E também é uma ruptura com a fraternidade e a solidariedade entre militantes, e com a paciência para com aqueles que "perdem a cabeça" (uma referência de Lênin sobre o comunista alemão Levi que foi expulso do partido comunista alemão unificado). É uma ruptura com uma tradição construída durante anos no Partido Bolchevique.

É certo que nesse Congresso, realizado no calor dos acontecimentos de Kronstadt, é votado um novo regime de funcionamento interno que, entre outras coisas, coloca fim à possibilidade de existência de frações e tendências no Partido Bolchevique. Mas também é certo que a resolução tinha um caráter temporário. A proibição das frações e tendências era uma necessidade para enfrentar os desafios daquele momento em que o partido e toda a

vanguarda revolucionária dedicavam suas vidas para a construção e a consolidação da revolução.

Os debates sobre esse tema não foram tranquilos e muito menos a resolução foi adotada unanimemente. Um pequeno setor votou contra a proibição das frações e tendências. Também existia outro setor, como o dirigente Karl Radek, que tinha reservas quanto à resolução: "...al votar a favor de esta resolución, opino que podría volverse contra nosotros no obstante, la apoyo..." (Pierre Broue, p. 214). Radek foi quase profético, pois a perseguição stalinista aos dirigentes da Revolução tinha fundamento na nova educação que dava ao partido o direito de perseguir.

Pierre Broue faz referência ao papel que Lênin cumpriu na adoção dessa resolução. Ele colocou-se inteiramente a favor de sua adoção, mas adota uma postura que, também segundo Broue, buscava tornar-se tranquilizadora para o conjunto do partido, pois a apresentava como uma medida circunstancial, opinando que "...la acción faccional más vigorosa está justificada (...) si los desacuerdos son verdaderamente muy profundos y si la corrección de de la política errônea del partido o de la clase obrera no puede conseguirse de otra forma." Mais à frente continua: "...no podemos privar al partido y a los miembros del comité central del derecho de dirigirse a los militantes si una cuestión fundamnetal suscita los desacuerdos (...) no tenemos autoridad para suprimirlo" (Broue, p 214).

As medidas de restrição da democracia eram transitórias, tendo sido tomadas para responder a uma determinada situação política em que, na opinião da maioria do partido, era preciso restringir a democracia interna como uma garantia para que se pudesse enfrentar os graves problemas que ameaçavam a revolução.

Em relação a essa transformação que o Partido Bolchevique sofreu fazemos referência ao capítulo V do livro "A Revolução Traída" (a degenerescência do partido bolchevista) de Trotsky, em que se descreve o processo de decomposição do partido e se coloca a mudança do regime interno como um dos elementos essenciais que permitiram a ascensão de Stalin. O fim da democracia partidária, nos moldes em que era exercida, foi crucial para a chegada ao poder do grupo de Stalin no partido. Divergir já não era um direito dos militantes, mas um crime "contra o partido e a direção do proletariado". A autoridade de Trotsky está tanto no fato de que foi um dos principais expoentes do partido durante a revolução como pelo fato de que também não era um bolchevique orgânico até agosto de 1917, o que evidentemente o isenta.

Ser militante do partido era a garantia para que se pudesse participar ativamente de sua vida interna, constituindo na prática o processo dialético de negação e construção de novas idéias para o partido. "O partido velava para que as suas fronteiras se mantivessem estritamente delimitadas, mas entendia que todos os que penetrassem no interior destas fronteiras deviam usufruir realmente o direito de determinar a orientação da sua

política. A livre crítica e a luta de idéias formavam o conteúdo intangível da democracia do partido..." (Trotsky, "A revolução traída". p.68/39).

Dois anos antes do X Congresso a definição de centralismo democrático no interior do partido era que "las decisiones de los organismos dirigentes deben ser aplicadas com rapidez y exactitud al mismo tiempo, la discusión en el partido de todas las cuestiones controvertidas dentro de la vida de este, es enteramente libre hasta que una decisión sea tomada" (Pierre Broue, p. 212). Essa definição depois transforma-se em Resolução do X Congresso através do relatório sobre democracia operária (e não centralismo democrático), elaborado por Bukárin e que contou com os votos dos delegados da Oposição Operária. Como se vê, os bolcheviques não nutriam nenhuma simpatia pelo pensamento formal, e a situação da luta de classes era o motor para as suas decisões. A direção decide, amparada pela sua eleição em Congressos anuais, aplica-se a linha política, mas o debate continua, o debate é permanente. A normalidade desse processo pode ser comprovada pelo fato de que estamos falando de 1919, período em que a Revolução enfrentava perigos internos e externos e mesmo assim o partido mantinha um regime interno extremamente democrático.

Ainda no texto de "A revolução traída", em relação à existência de agrupamentos no interior do partido, Trotsky também é bastante categórico: a doutrina stalinista, que proclama a incompatibilidade do bolchevismo com a existência de facções, encontra-se em desacordo com os fatos. É um mito da decadência. A história do bolchevismo é, na realidade, a da luta de facções. E como poderia uma organização autenticamente revolucionária, que apresenta como fim revolver o mundo e reúne sob os seus estandartes, incorformistas, revoltados e combatentes cheios de temeridade, viver e crescer sem conflitos ideológicos, sem agrupamentos, sem formações temporárias? –grifamos – ( p.69).

Com a aplicação a fundo das resoluções do X Congresso pela direção ligada a Stalin, o centralismo passa a ser o instrumento da difusão do mito – de caráter ideológico – de que a direção do partido é mais importante que o próprio partido, de que as decisões dessa direção devem ser adotadas não pela sua justeza política, mas tão somente porque são da direção do partido.

Temos procurado nos textos clássicos a comprovação de que tanto o partido como a sociedade que esse almejava tinham como base a democracia operária e de que o seu funcionamento também caminhava nessa direção. Ou seja, no funcionamento do partido a democracia tinha um lugar privilegiado. A reivindicação da "Oposição de Esquerda" ao stalinismo de que se voltasse ao antigo regime do partido, como sinônimo de democracia, é ao mesmo tempo uma luta contra mudanças que alteraram profundamente o regime interno. É também uma forma de legitimar as discussões levantadas pela Oposição de

Esquerda, ou seja, uma comprovação de que o que faziam não era estranho à história do partido, mas parte fundamental de seu funcionamento, ao qual o stalinismo queria por fim.

Uma das resoluções do X Congresso era dirigida aos membros da “Oposição Operária”, que foi acusada de cometer – pelas posições que defendia – desvio anarquista e pequeno-burguês (“...por isso, as concepções da Oposição Operária e dos elementos análogos não são apenas teoricamente falsas, como constituem praticamente a expressão das vacilações pequeno-burguesas e anarquistas.” – “Primeiro projeto de resolução do X Congresso do PC da Rússia sobre o desvio sindicalista e anarquista em nosso partido”, p 312/313., in “Sobre os sindicatos” – Lênin), uma resolução dura e que visava enquadrar a Oposição Operária.

São mudanças drásticas e estranhas ao Partido Bolchevique e é por isso que são feitas concessões. A parte final dessa resolução preserva o direito do debate continuar nas publicações do partido, pois “o Congresso indica, ao mesmo tempo, que nas edições especiais, revistas, etc., pode-se e deve-se reservar um lugar para a troca de opiniões mais minuciosas entre os membros do Partido sobre todas as questões indicadas”. Ora, o que significa o fato de que uma resolução tão dura seja seguida de uma medida democrática, senão uma indicação de que o debate possa continuar, inclusive em revista?

A tentativa de Riazanov de fazer votar no Congresso uma resolução segundo à qual deveria ser também proibida a eleição da direção em base às plataformas foi imediatamente rechaçada por Lênin com o argumento de que “não podemos privar os membros do Partido e os membros do Comitê Central do direito de se virar para o partido se uma questão essencial provoca desacordos; não temos poder para suprimir isso” (“Centralismo Democrático”, p.137). Há evidentemente restrições à democracia, mas também há conscientemente medidas que asseguram o mínimo de garantias democráticas.

Outra demonstração da preocupação com a democracia está no fato de que a defesa das posições políticas e teóricas dos dirigentes do partido não passava necessariamente pelos organismos do partido. O debate de Lênin com Trotsky sobre os sindicatos e sobre a militarização do trabalho se deu através de discussões públicas, inclusive com intervenções também públicas de Lênin com críticas muito duras contra Trotsky. Do lado de Trotsky, o livro “Terrorismo e Comunismo”, publicado em 1920, que tem como centro a polêmica com Kaustky, também contém a sua defesa da militarização do trabalho. Num caso em que dois dos principais dirigentes do Partido Bolchevique e da revolução discutem publicamente, os dois são indisciplinados ou o regime interno do partido comporta tal atitude?

Também não encontramos registro, sob o período do funcionamento democrático do partido, de qualquer

censura ou proibição a esse tipo de debate público.

No livro “Sobre Sindicatos” há uma intervenção de Lênin na Sessão Conjunta de Delegados ao VIII Congressos do Soviets e membros do Conselho Geral de Sindicatos da Rússia e de Moscou que era composto de militantes do partido, mas não era nenhum organismo regular do partido. Nessa intervenção Lênin defendeu uma posição pessoal que era parte de debates internos. Se uma determinada pessoa, em uma plenária de militantes de seu partido na Conlutas, defende uma posição pessoal a respeito da qual o partido não tenha ainda chegado a um acordo, o que aconteceria? E se um militante do Espaço Socialista fizesse o mesmo?

O Partido Bolchevique nunca teve uma visão absolutizada, mecânica, da centralização política dos militantes. Pierre Broué faz referência ao fato de que, nas discussões sobre as negociações do tratado de paz com o governo imperialista alemão em Brest Litovsky, o partido esteve muito próximo da cisão. “A partir de la decisión del comité central, un grupo de responsables entre los cuales se encuentran Bujarin, Bubnov, Uritsky, Piatakoy y Vladimir Smirnov dimiten de todas sus funciones y recobran su libertad de agitacion dentro y fuera del partido”. Por proposta de Trotsky, por meio de uma resolução do comitê central, garante-se à oposição dos “Comunistas de Esquerda” o direito de se expressarem livremente no interior do partido. As seções do partido em Moscou e Petrogrado inclusive têm publicações que funcionam separadamente como porta-vozes dos setores de oposição (Broué, p. 158). O momento político é também muito delicado porque a Revolução enfrenta a contra-revolução, com graves problemas na indústria e na economia e uma guerra civil que não dava trégua. No entanto, o partido optou pela democracia partidária.

É possível deduzir desses fatos que os dirigentes, enquanto membros do Comitê Central, deveriam se submeter à disciplina e se centralizar, ao passo que, quando não estavam no Comitê Central, a liberdade dentro do partido era quase que plena. A ameaça desse grupo, que vai se constituir como Comunistas de Esquerda, de se demitirem do Comitê Central para ter liberdade de agitação dentro do partido; e a ameaça que Lênin faz por ocasião das discussões sobre a tomada do poder, também de se demitir e ir à base do partido para defender a sua política (as “Teses de abril”) e denunciar o comitê central; são fatos importantes que nos autorizam a deduzir que havia a possibilidade dos militantes bolcheviques fazerem ou continuarem as discussões a qualquer tempo, sem que isso significasse uma ruptura com o partido.

A possibilidade desse setor de oposição continuar a defender as suas posições foi fundamental, tanto para que os membros da oposição pudessem fazer o debate como para que, à luz dos acontecimentos da luta de classes, a direção do partido ganhasse a discussão política, convencendo um setor dos Comunistas de Esquerda e



retomando a maioria em seções em que a oposição era maioria. A possibilidade de que a oposição ganhasse mais adeptos também existia e provavelmente também não foi desprezada. A paciência, a garantia da continuidade dos debates e a intervenção política deram nova coesão ao partido. A unidade e a coesão do partido, não sem outras divergências sérias, foram restabelecidas pela política e pela experiência prática. Fica a pergunta: o que aconteceria se os bolcheviques agissem da mesma maneira que as várias outras gerações de revolucionários posteriores, as quais andaram de mãos dadas com a impaciência?

Talvez a demonstração mais cabal do funcionamento democrático do partido esteja no processo de discussão que Lênin impulsionou logo após o seu retorno à Rússia revolucionária. Essa discussão se inicia através de cartas para serem publicadas na imprensa do partido com críticas à política encaminhada pela direção, que capitulava ao governo provisório. Lênin escreve para o jornal do partido defendendo uma posição pessoal e criticando a posição do comitê central. A luta política empreendida por Lênin contra a direção do partido se iniciou através da imprensa do partido, e não nos organismos internos do partido. Houve uma defesa pública de posições em debate. A censura de trechos que questionavam a política conciliadora da direção do partido, por parte do comitê de redação do jornal, deixou Lênin furioso. Antes de chegar na Rússia, ele já havia enviado outras 4 cartas (Só a primeira delas foi publicada, com cortes significativos pelo conselho editorial, no ano de 1917). Alicia Sagra, dirigente da LIT, sem dar importância a esse fato, também confirma que a publicação da carta no Pravda foi em caráter pessoal: “As teses de Lênin foram publicadas no Pravda apenas com sua assinatura. Nenhum dos dirigentes bolcheviques quis assinar com ele...” (Lênin e as “Teses de Abril”: O giro dos bolcheviques e a oposição irreconciliável ao governo provisório, in [www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)). Lênin defendeu a sua posição publicamente e antes de uma decisão do partido.

Ninguém questiona a importância que as “Teses de Abril” formuladas por Lênin tiveram no debate interno sobre as tarefas que se colocavam para o partido e para o proletariado na situação revolucionária que se abria em fevereiro de 1917. Era um período em que Lênin estava politicamente isolado no partido. A publicação de suas teses no Pravda (órgão oficial do partido) é outra prova fundamental de que a imprensa do partido também servia para os debates públicos, prévios à tomada de posição pelo partido. A carta publicada no dia 04 de abril (jornal nº 26) foi lida por Lênin no dia 07 de abril em uma reunião conjunta dos delegados bolcheviques e mencheviques para a Conferência dos Soviets de toda a Rússia. Deve-se destacar que ele leu uma carta contendo posições pessoais em uma reunião aberta do movimento, em que havia militantes de outros partidos.

A postura de Lênin contra a orientação da direção do partido é de luta tendencial. Nas discussões havidas no

interior do partido sobre a tomada do poder a maioria da direção, no primeiro momento se coloca contra. Lênin então organiza uma batalha política contra a direção do partido, sendo ele a principal liderança da organização. “Ao ver que o CC deixou mesmo sem resposta minhas instâncias nesse espírito desde o começo da conferência democrática, que o Órgão Central risca de meus artigos a indicação de erros tão gritantes dos bolcheviques como a vergonhosa decisão de participar do Pré-parlamento, como a concessão de lugares aos mencheviques no presidium do Soviete, etc.,etc., devo considerar que isso é uma ‘sútil’ alusão à falta de desejo do CC de discutir esta questão, uma sutil alusão a que eu cale a boca e uma proposta para que eu me retire. Sou obrigado a apresentar meu pedido de demissão do CC, o que faço, mas reservando para mim a liberdade de agitação nas bases do partido e no Congresso do partido” (A crise amadureceu. Lênin, in “Às portas da revolução”. P.146).

A grande dificuldade de discutirmos o conceito de centralismo democrático está no fato de que Lênin não escreveu nenhum texto conceituando-o. A maioria das correntes apóiam-se no “Que fazer?” para extrair uma concepção leninista de partido e do centralismo, o que é bastante parcial. A concepção leninista de partido é uma totalidade e a forma de sua organização foi mudando conforme a realidade mudava. O “Que fazer?” não contém uma vírgula sobre centralismo democrático. É uma obra escrita para combater o economicismo e o trabalho artesanal, e expor a necessidade de se construir um partido disciplinado. Ou seja, buscava responder a uma situação particular da Rússia imperial. “O erro principal dos que hoje polemizam com o Que Fazer? consiste em desligar por completo esta obra de uma situação histórica determinada, de um período histórico concreto do desenvolvimento de nosso partido, que passou há muito tempo” (tradução livre de um texto ‘Doze anos’ de Lênin, citado em “Reflexiones críticas sobre experiencias vividas” – Luis Zamora, p.19). No período que vai até 1905 (a primeira revolução russa) Lênin se dedica a construir um partido disciplinado e centralizado, o que não autoriza ninguém a desenvolver uma interpretação no sentido de que esse é o modelo leninista de partido e muito menos de que a disciplina possa ser confundida com qualquer tipo de restrição à discussão dentro do partido. Em 1918, período em se enfrentava a contra-revolução, ele é o primeiro a defender a abertura do partido para milhares de operários, agora em um regime interno muito mais flexível, em função de que a polícia czarista tinha sido desmontada.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que Lênin era marxista e como todo marxista não acreditava na imutabilidade das coisas e muito menos da forma organizativa do partido. “A cada situação política uma forma organizativa do partido. De 1902 a 1917, parece que Lênin teria mudado diversas vezes as suas concepções organizativas ou que teria oscilado entre diversas concepções: uma entre 1902-1904, que seria a mais

centralista; outra de 1905 a 1910; uma terceira em 1912, quando da fundação do Partido Bolchevique; e finalmente aquela de 1917 que seria a mais espontaneísta” (Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. Hector Benoit, in Revista Outubro, p 59). A cada forma organizativa do partido havia um regime interno correspondente, com maior ou menor centralização, mas sem qualquer restrição à democracia, que era exercida nas condições que a luta de classes impunha. As condições históricas é que definem o tipo de organização e a própria medida de democracia. Outra vez citamos Broué: “Em condições de liberdade política, nosso partido poderá se basear por completo no princípio de eleição e de fato assim o faremos (...). Inclusive sob o absolutismo, o princípio de eleição poderia ter sido aplicado muito mais amplamente”.

No mesmo texto “Doze anos”, agora citado por Philippe Robrieux (“Centralismo Democrático” – organizado por Rui Namorado) e em resposta às críticas pelo seu ultracentralismo e pela falta de democracia na sua concepção, Lênin diz: “...Apesar da cisão, foi nosso partido que, antes de qualquer outro, utilizou a efêmera abertura de liberdade para introduzir nas suas fileiras a estrutura democrática ideal de uma organização aberta, dotada dum sistema electivo e dum sistema de representação no Congresso, proporcional ao efetivo de membros do Partido. Não é assim, nem nos Socialistas Revolucionários, nem nos Cadetes...”.

Lênin e o Partido Bolchevique tinham a compreensão do significado das diferenças políticas, e longe de fugir dessas diferenças ou desprezá-las, eles as enfrentavam como parte da construção do partido. A luta política e o convencimento tinham a luta de classes como um palco no qual, portanto, mais cedo ou mais tarde as posições se encontrariam. Broué expõe que, segundo Lênin, “As divergências de opinião no interior dos partidos políticos ou entre eles, escreve Lênin em julho de 1905, se solucionam em geral não apenas com as polêmicas, mas também com o desenvolvimento da própria vida política. Em particular, as divergências a propósito da tática de um partido, costumam se liquidar pela adesão dos defensores das teses errôneas à linha correta, já que o próprio curso dos acontecimentos retira da própria tese seu conteúdo e interesse”.

Afirmar que a tradição do Partido Bolchevique era democrática e que comportava agrupamentos internos

coloca-se nesse momento como um resgate histórico. A ação do stalinismo, em conjunto com o imperialismo, serviu para apagar da memória do proletariado o fato de que o Partido Bolchevique era democrático e de que isso o fortalecia para intervir na luta de classes mesmo sob as piores situações de repressão nos anos passados sob o regime czarista. Recorremos aos escritos e testemunhos daqueles que foram parte dessa construção. Trotsky é um desses revolucionários que presenciou a vida do Partido Bolchevique desde o nascimento até o leito de morte, e nos fornece um testemunho importante: “La Comintern prohibió las fracciones, alegando que esta prohibición policial coincide con la tradición bolchevique. Es difícil imaginar peor calumnia a la historia bolchevique. Es cierto que el Décimo Congreso del Partido, en marzo de 1921, prohibió las fracciones por resolución especial. El hecho mismo de que fuera necesario aprobar semejante resolución demuestra que en todo el período anterior – vale decir,

los diecisiete años en que el bolchevismo surgió, creció, se fortaleció y conquistó el poder – las fracciones formaban parte legítima de la vida partidaria, lo cual se reflejaba en la práctica” (...) Después de la toma del poder estalló una grave lucha fraccional en torno a la paz de Brest-Litovsk. Se formó una fracción de comunistas de izquierda, que publicaba su propia prensa (Bujarin, Iaroslavski y otros).1[5] Posteriormente aparecieron las fracciones Centralismo Democrático y Oposición

Obrera (Las fracciones y la Cuarta Internacional, in CEIP livro 4 -1935).

Só levando em consideração a condição histórica é possível entender a excepcionalidade das resoluções do X Congresso do Partido Bolchevique no que se refere à proibição do funcionamento das frações no interior do Partido. “Se puede considerar que esa resolución del Décimo Congreso obedeció a una necesidad grave. Pero los acontecimientos posteriores dejan absolutamente claro que la prohibición de las fracciones significó el fin del período heroico de la historia bolchevique y abrió el camino hacia su degeneración burocrática”. (Las fracciones y la Cuarta Internacional, in CEIP livro 4 -1935).

Como já dissemos anteriormente, na resolução aprovada nesse Congresso ainda há a manutenção de garantias mínimas para agrupamentos de oposição, uma vez que as medidas adotadas eram provisórias. Mas o desenvolvimento da luta política e a consolidação do poder stalinista fizeram com que essas medidas se tornassem

definitivas, até que em 1934 o partido já está completamente sob o controle da burocracia. Inicia-se um novo período na história do movimento operário mundial em que as votações são unânimes e os dirigentes não podem mais ser questionados. Ou seja, o monolitismo aloja-se no partido que outrora foi o PC mais importante do mundo.

Ainda que os seus objetivos sejam distintos dos nossos, pois a sua reflexão se coloca no marco de uma crítica à forma-partido, o francês Lucien Seve, membro do CC do PCF até 1994, em um capítulo de seu livro “Começar pelos fins – a nova questão comunista”, contesta de maneira muito brilhante o modelo de partido que emergiu do X Congresso do Partido Bolchevique. Vale à pena destacar essa reflexão, pois elucida de forma resumida o que temos tentado discutir nesse texto: “Os factos falam por si: uma vez libertado do czarismo e dos seus entraves, o POSDR, depois PC(b), realizou, de 1917 até à morte de Lenine, em Janeiro de 1924, um Congresso por ano - sete Congressos em sete anos, mesmo nas piores conjunturas. E não essas grandes missas cantadas, escritas antecipadamente, em que se tornarão as assembléias rituais de um PCUS stalinizado, antes Congressos vivos em que delegados em número razoável – frequentemente uma centena – fazem as mais francas discussões sobre projetos de teses precisos e com implicações claras (...) O confronto público entre orientações estruturadas ia mesmo tão longe, pondo em perigo a coerência de direção num momento muito difícil, que, em 1921 – só em 1921! – o X Congresso decidiu proibir a organização em tendências. (...) Mas será que se tem em conta que, mesmo nessa altura e nomeadamente por impulso de Lenine, foi conservado o direito de, em caso de discordância grave numa questão importante, submeter ao Congresso vários textos concorrentes, ao mesmo tempo que era tomada a decisão de publicar com regularidade uma folha de discussão que permitisse prolongar o debate sobre princípios mesmo para além do Congresso? Será que aqueles que querem ver no centralismo leniniano o esquisso já identificável dos métodos estalinistas têm em consideração o que dele dizia uma testemunha tão capital como Boukharine quando, na sua mensagem póstuma «A futura geração dos dirigentes do partido» (cf. “Oeuvres choisies”, Librairie du Globe, Paris-Moscou 1990, p. 518), nas vésperas da sua execução, fala da época leniniana nos seguintes termos: «Eram outros tempos, em que reinavam outros costumes. O Pravda publicava uma tribuna de discussão, todos debatiam, todos procuravam caminhos, desentendiam-se e reconciliavam-se, e juntos avançavam”.

O conhecido ataque de fúria de Lênin contra Kamenev e Zinoviev, que tinham publicado uma matéria contestando a posição do Comitê Central do Partido Bolchevique de preparar a insurreição de Outubro, se dá centralmente porque os dois a publicaram na imprensa não partidária (“Obras escolhidas”, pp.380/386). Esses textos de Lênin, nos quais inclusive se pede a expulsão dos “furas-greves”, não dizem se esses debates poderiam ter sido feitos

internamente ou pela imprensa do partido. Mas como a crítica de Lênin – repetida várias vezes – é de que a imprensa que utilizaram não é do partido, nos é permitido supor que os debates na imprensa partidária eram comuns. Deve se destacar nessa questão o fato de que nem mesmo o próprio partido tinha sido informado da decisão, dado o ser caráter secreto, uma vez que se tratava de uma ação de tomado do poder, e evidentemente o governo e a burguesia poderiam comprometer os planos se tomassem conhecimento deles.

A fonte que utilizamos é a literatura revolucionária e não foi casual que nos concentramos em Lênin e em Trotsky para buscarmos elementos que pudessem nos conduzir a uma conclusão a respeito de como era o regime do Partido Bolchevique. Em maneira de síntese destacamos os seguintes elementos em relação:

a) A disciplina e a centralização era voltada com mais força aos membros do Comitê Central. Os membros dessa instância se submetiam à centralização do Comitê Central, é o que nos permite concluir o fato de que as renúncias ou ameaças de renúncias ao CC estavam relacionadas à luta política na base do partido (e todos assim declaravam);

b) A relação entre democracia e centralização era definida pela situação política. Os regimes mais repressivos obrigavam a uma maior centralização; nos regimes mais democráticos a democracia e a ampla discussão tinha maior importância;

c) Houve a conformação de várias frações no interior do Partido Bolchevique, inclusive com uma vida pública independente da direção. O caso mais exemplar foi a dos “Comunistas de Esquerda”, que tinha até publicação própria;

d) A unidade do Partido Bolchevique na ação era construída pela política elaborada pela discussão coletiva. A ação vigorosa dos militantes era fortalecida pelo processo de discussão, uma vez que a política era resultado de uma discussão livre e que estava submetida à crítica e auto-crítica. O regime interno permitia que a linha política que se mostrava equivocada pudesse ser corrigida a qualquer tempo;

e) Os agrupamentos internos não tinham objetivos opostos aos do partido e suas plataformas variavam em torno de questões táticas, ainda que decisivas para a Revolução, como as discussões em torno do tratado de Brest- Litovsk;

f) A proibição de agrupamentos internos era inicialmente transitória, temporária, e respondia à necessidades que a luta contra a contra-revolução impunha. O stalinismo, para garantir o controle sobre o partido e o Estado, transformou essas resoluções em definitivas, e foi em base a elas que se realizaram os expurgos no partido;

O curto período revolucionário da III Internacional e o fato de que o seu nascimento está ligado ao desenvolvimento da Revolução Russa, como decorrência da necessidade de fazer avançar a revolução para outros continentes, fez com a Internacional pouco ou nada



elaborasse sobre o tema do centralismo democrático. As resoluções a respeito desse tema são contraditórias em um primeiro momento, e depois distorcidas pela mistificação que ocorreu sob a regência stalinista. Os reflexos do que ocorria na Rússia eram imediatos, de modo que várias resoluções da IC expressavam mais problemáticas russas do que propriamente necessidades de outros partidos. Se o II Congresso e as 21 condições para o ingresso na IC visavam responder à luta contra o oportunismo, o III Congresso adotou a perspectiva de construção de partidos revolucionários “genuínos” que pudessem responder à nova situação política que surgiu com as derrotas na Alemanha e na Hungria.

As resoluções da III Internacional referentes ao funcionamento dos partidos, principalmente aquelas do seu 3º Congresso, precisam ser analisadas de maneira bastante crítica, porque elas refletiam demasiadamente as posições defendidas pelos russos. Se é verdade que o 3º Congresso adotou as resoluções sobre centralização propostas pelos russos (decididas em uma situação concreta e para essa situação), também aprovou uma cláusula que trata do direito de militantes defenderem suas posições na imprensa do partido. Essa parte da resolução é simplesmente ignorada pela esquerda, o que reflete uma leitura parcial do significado do centralismo democrático na história do marxismo.

“51- Os membros do Partido devem, em sua ação pública, agir sempre como membros disciplinados de uma organização combatente. Sempre que surgirem divergências de opinião sobre a maneira mais correta de agir, deve-se decidir sobre essas divergências, sempre que possível, antes da ação, no interior das organizações do Partido e somente agir após ter tomado essa decisão. A fim de que toda decisão do Partido seja aplicada com energia por todas as organizações e todos os membros é preciso, sempre que possível, chamar as massas do Partido para a discussão e decisão das diferentes questões. As organizações e as instâncias do Partido têm o dever de decidir de que forma e em que medida tal ou qual questão pode ser discutida pelos diferentes camaradas diante da opinião pública do Partido (na imprensa, nas brochuras). Mas, mesmo que esta decisão da organização ou da direção esteja errada, segundo o ponto de vista de alguns camaradas, estes não devem jamais esquecer em sua ação pública que a pior infração disciplinar e a falta mais grave que se pode cometer durante a luta é romper a unidade na luta ou enfraquecê-la.” – destacamos (Teses sobre a estrutura organizativa, os métodos e a ação dos partidos comunistas, Resolução aprovada no 3º Congresso da Internacional Comunista em 1921 p. 146).

Esse trecho nos apresenta o contexto da acusação que Lênin fez a Kamenev e Zinoviev de fura greves porque expuseram a posição do partido em órgão de imprensa não partidária.

Como se vê, o direito de apresentar as suas posições ao movimento, regulado pelos militantes da organização, não é uma invenção do Espaço Socialista, mas uma tradição

do movimento operário que foi abandonada.

Uma leitura mais atenta e crítica notará que as resoluções da III Internacional de certa forma têm um caráter contraditório, porque se em alguns momentos o texto aprovado é defensor de um centralismo rígido, em outros preserva garantias para a continuidade do debate e das posições minoritárias. A citação anterior é apenas uma delas. Já nos referimos, mas vale a pena retomar o contexto histórico dessas resoluções. Esse Congresso é realizado logo após a realização do X Congresso do Partido Bolchevique, que tinha adotado resoluções que modificavam o funcionamento do partido com a introdução de barreiras à organização de frações e limitações nas posições diferentes. O peso político que russos tinham e a entrada em um novo período de acumulação de forças em nível mundial fez com que a Internacional adotasse as teses dos russos, transportando-as mecanicamente para realidades bem distintas da Rússia. Outra questão que contribui para o caráter “contraditório” das resoluções é a pressão exercida pela antiga tradição de democracia no interior dos partidos operários, que fez com que se mantivessem garantias mínimas.

#### **○ CENTRALISMO SOB A PERSPECTIVA DA ESQUERDA BRASILEIRA E A CRÍTICA**

É importante começarmos pelo principal partido da esquerda revolucionária, porque se trata de uma organização que se auto-intitula como portadora da continuidade da concepção e do modelo de regime partidário dos bolcheviques, portanto como a mais democrática. Como já dissemos na introdução, não há nessa reivindicação de continuidade qualquer precisão a respeito de qual fase do Partido Bolchevique estamos falando. Partimos do fato de que não há um “modelo de Partido Bolchevique” ou um regime interno que tenha se mantido inalterado ao longo da história do partido e que possa servir de modelo para nós. O Partido Bolchevique nunca se propôs a esse absurdo. O “modelo leninista de partido”, que teria o centralismo como seu eixo, é algo que nunca existiu. É uma construção do stalinismo para justificar as suas ações e as imposições de Moscou sobre os vários partidos do mundo. Esse fato básico é ignorado pela maioria das demais correntes.

Para ilustrar o que dissemos anteriormente, o documento da LIT (corrente internacional da qual o PSTU é uma seção) sobre construção aprovado no seu Congresso de 2008, na formulação do programa mínimo (linhas divisórias) para a unificação com outros setores do trotskismo, nos dá uma demonstração muito cabal da visão de centralismo dessa organização: (...) j. Defendemos la necesidad de construir partidos nacionales basados en el modelo del Partido Bolchevique (es decir, partidos obreros, de combate, basados en el principio organizativo del centralismo democrático) en todos los países del mundo, como secciones de esta internacional. (<http://litci.org/CongressoES.aspx>).

Em um texto divulgado no site do PSTU há uma frase interessante que expressa bem as contradições (que não são descritas ou exploradas por eles): “As grandes definições políticas do partido são decididas em nossos Congressos, que se realizam a cada 2-3 anos (...) Entre os Congressos, o partido tem uma estrutura centralizada por seus organismos de direção, sendo o Comitê Central a máxima direção da organização, eleito no Congresso Nacional. As regionais discutem e decidem como implementar e adequar a política nas cidades e elegem suas direções regionais. As células discutem e decidem como intervir nas suas frentes e elegem suas próprias direções.”

Uma leitura crítica dessa concepção nos leva a identificar que na prática e no cotidiano a base do partido não interfere diretamente na política do partido, pois se o Congresso realiza-se a cada dois (ou três) anos e a discussão livre ocorre só nos períodos de pré-Congresso (quando se pode formar tendências/frações), então o mais comum é que as direções decidam e não a base. Uma mudança na política que se mostra errada só pode ocorrer se a direção assim a identificar, pois não há um canal regular de discussão que permita aos militantes interferirem na linha política.

Nos períodos de pré-Congresso, as diferenças podem se expressar através da organização de tendências e frações (grupos de militantes que se organizam para defender suas propostas). Uma vez decidida a política em Congresso, tendências e frações se dissolvem, com a obrigação de aplicar as resoluções votadas por maioria (“A polêmica sobre o centralismo democrático”, in *Opinião Socialista*, nº 275).

O centralismo aqui apresentado tem um funcionamento que na aparência é perfeito, mas há algumas contradições que merecem destaque. A possibilidade da formação de tendências ou frações nos períodos de pré-Congresso na verdade não é necessariamente uma expressão da vigência do máximo de democracia em uma organização. Nessa situação a direção tem o controle político e organizativo da organização/partido, de maneira que os militantes que querem se organizar como tendência precisam vencer barreiras que a direção do partido não tem. De imediato já há um desequilíbrio, pois o próprio funcionamento regular não permite que militantes de diferentes células, regiões ou frentes de atuação troquem experiências com outros militantes, obstáculo que a direção não encontra.

A dissolução das tendências e/ou frações também provoca uma situação no mínimo curiosa, uma vez que a tendência/fração majoritária torna-se a direção do partido, ou seja, torna-se a tendência/fração oficial. As diferenças e as contradições terminaram apenas porque as tendências/frações se dissolveram? Em um cenário mais dramático: o que acontece quando há 3 ou 4 tendências/frações e a que obtém a maioria não alcança sozinha 50% + 1, ou seja, não tem a maioria do partido, mas tão somente uma maioria relativa? O que garante que a aplicação da política votada será realizada? Há ainda uma outra questão mais embaraçosa que é a hipótese de que a posição votada no

Congresso se mostre equivocada, antes do próximo Congresso. A solução que o PSTU dá para esse caso é uma solução formal, do tipo uma tendência/fração não pode ser outra tendência/fração, de modo que a dissolução acaba com a possibilidade de buscar a síntese nas discussões internas.

Essa visão tem sua base no próprio Moreno, que nutria uma concepção verticalista do partido, uma estrutura rígida de organização em que os organismos dirigentes têm seus papéis muito bem definidos e com sobreposição de um sobre o outro (Comitês regionais, Comitê Central, Comitê Executivo, etc), de modo que os “inferiores” estão submetidos aos “superiores”, ou seja, um Comitê Regional está submetido ao Comitê Central. A crítica principal é de que a política se desenvolve em uma só direção, ou seja, de cima para baixo. “Nossos partidos tem organismos de direção, de base e intermediários, numa dialética permanente de discussão e execução. Tudo aquilo que signifique passar por cima dos organismos – mesmo quando se apela à base em plenárias – é a negação da estrutura bolchevique. Tudo que seja mesclar os organismos existentes é democratismo e não estrutura bolchevique. O Secretariado, o Comitê Executivo e o Comitê Central, os comitês regionais e as células tem sua localização estrita dentro do partido” (“Teses para atualização do programa de transição”. P. 144). Nessa estrutura verticalizada, a política já está devidamente “assimilada” por um grupo de militantes que cumpre as funções mais importantes no partido, antes de chegar às células, de forma que aos militantes de base cabe apenas executar e levar adiante o que já foi decidido.

Em relação à existência de frações, Moreno é ainda mais “ortodoxo”, pois “o surgimento de tendências e frações é uma desgraça para um partido centralizado e de ação” (“Teses para atualização do programa de transição”). A existência de frações e tendências é portanto um direito excepcional. No mínimo isso revela um desconhecimento da história do bolchevismo tal como a descrevemos acima, apesar de sempre se referir a esse tipo de funcionamento como sendo o mesmo do “Partido Bolchevique”.

Como já alertamos, a discussão que estamos fazendo leva em conta o nosso tamanho e a nossa localização, os quais facilitam um funcionamento em que o conjunto da organização pode decidir sobre praticamente tudo. Esse tipo de funcionamento em uma organização nacional pode significar meses discutindo uma política, um funcionamento lento que nem permitiria intervir na luta de classes, dada a dinâmica e as constantes transformações que a realidade sofre. Esse é o nosso grande desafio em um futuro próximo: desenvolver um método extremamente democrático que permita que o maior número de militantes participe das decisões e que ao mesmo tempo tenha uma funcionalidade que não impeça de intervir na luta de classes. O desafio que se coloca é de construir uma proposta de funcionamento a partir de uma dupla negação:

da verticalização absoluta – mãe da burocratização – e da horizontalidade absoluta – mãe da paralisia.

No mesmo texto há uma afirmação que devemos considerar como absolutamente correta, que é o fortalecimento do partido quando há a aplicação da política como “um só homem”. Não se pode questionar tal afirmação, uma vez que a concentração das nossas forças em uma única direção nos torna muito mais fortes não só quantitativamente, mas principalmente qualitativamente. A questão polêmica é que essa unidade não se consegue com a imposição de uma votação, mas como resultado de uma compreensão política comum. E essa compreensão comum é alcançada por intermédio de um, programa, conforme já dito, que deve ter um caráter mais estrutural. Se não há essa compreensão comum da realidade assentada em um programa, não há votação que consiga impor a unidade. Voltaremos a essa questão mais à frente.

Se o regime interno do PSTU já é objeto de crítica, o do PCB é ainda mais burocrático, pois o intervalo para a realização dos Congressos é ainda mais espaçado. Para se ter uma idéia, o PCB realizou em Outubro de 2009 o seu XIV Congresso, sendo que o partido foi fundado em 1922. Um partido com mais de 80 anos só realizou 14 Congressos! Para que se tenha um parâmetro de comparação, conforme vimos acima, o Partido Bolchevique realizou um Congresso por ano entre 1917 e 1924, justamente no período em que estava assoberbado pelas excruciantes tarefas de dirigir uma revolução, o que envolvia enfrentar a contra-revolução, a guerra civil, administrar todo tipo de dificuldades num país atrasado; e fez tudo isso admitindo tendências e frações em boa parte desse período!

Voltando ao PCB, o “Manual de Organização do Partido” diz que “As principais instâncias deliberativas do PCB são o Congresso do Partido e o Comitê Central”. Considerando-se que o partido só realizou 14 Congressos em sua história, a situação aqui é a mesma que já verificamos no PSTU: é o Comitê Central que decide a política do partido, sem qualquer espaço para os militantes questionarem a política oficial. O papel que o militante cumpre é o de fazer o trabalho manual, deixando para a direção a tarefa de decidir.

É evidente que não fazemos um sinal de igual entre o PSTU e o PCB, mas também não podemos dizer que são diferentes, pois a lógica em que ambos se apóiam é a mesma. A maioria das decisões – que devem ser cumpridas – são da direção do partido. A diferença é que no PSTU o intervalo entre os Congressos é menor.

O PC do B também tem em seus estatutos o centralismo (note que também o denominam de centralismo democrático). No artigo 11 (capítulo 5) está a definição: “Com a aplicação e o desenvolvimento criativos do Centralismo Democrático, se visa a coesão política e ideológica do Partido, como construção coletiva, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido”. O centralismo é encarado como um instrumento político e de

controle sobre os militantes e órgãos inferiores ao Comitê Central. O texto também faz referência ao fato de que pelo centralismo se garante a unidade do partido. O centralismo é portanto colocado como mero instrumento organizativo.

Outra semelhança com o PSTU está na proibição de frações e tendências: “...d) não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária, em torno de propostas ou plataformas próprias, pessoais ou coletivas, temporárias ou permanentes...”(estatuto do PC do B). Há aqui uma sutil diferença para com o PSTU: o PC do B não permite fração sequer de caráter temporário. O comitê central do PC do B tem um poder soberano sobre todo o partido.

A deterioração política e moral de algumas organizações da esquerda faz com que seu funcionamento interno fique ainda mais burocratizado. Uma vez que foram abandonados todos os princípios da democracia operária, o regime interno não mais existe em função do desenvolvimento da organização, mas tão somente para garantir a adaptação política. Uma política que leva à conciliação de classes e ao afastamento da revolução vem acompanhada de restrições à democracia interna da organização, uma vez que tal política exige que se mantenha a base sob o controle e distante das decisões. Não faltam exemplos históricos desse processo de degeneração em que o rebaixamento político e a capitulação necessariamente envolvem retrocessos organizativos contra a democracia e a participação da base: o desenvolvimento do stalinismo, a adaptação completa do PT e da CUT ao aparato estatal burguês, etc. Nos exemplos destacados acima o PC do B é o que melhor expressa essa decadência histórica, uma vez que sua raiz está na Rússia stalinista.

Não há sinal de igual entre esses partidos. O PC do B e o PSTU são partidos opostos pelo vértice. O primeiro abandonou por completo as fileiras do proletariado e o segundo, por mais que tenhamos diferenças em relação à sua política, é um partido que reconhecemos como pertencente à esquerda revolucionária. Já o PCB perdeu a sua força no movimento, e embora esteja em processo de reconstrução nos últimos anos, apresenta uma política que tem oscilado muito: ora para esquerda, ora para a direita.

Em relação ao regime interno, não se pode negar, há semelhanças entre todos eles, as quais são explicadas pela fonte da qual ambos beberam: o X Congresso do Partido Bolchevique. A proibição de frações, o papel da direção nas decisões, a relação verticalizada com a base, guardadas as devidas diferenças, funcionam a partir da mesma lógica: em nome de construir a unidade, restringem a democracia.

Outra questão que merece ser destacada é o fato de que ambos vêem o regime interno como uma medida organizativa, uma forma de funcionamento que serve para garantir ou impor a unidade política para toda a organização. A unidade e a disciplina partidária são obtidas pela existência do centralismo democrático enquanto



dispositivo administrativo. O convencimento político e a confiança quando esse não é obtido, são substituídos por uma norma interna que impõe à minoria acatar a posição da maioria. Com as suas desigualdades e níveis distintos de verticalidade, o núcleo da concepção de centralismo é bastante semelhante na maioria das organizações.

Boa parte dessa polêmica se dirige às correntes trotskistas, principalmente o PSTU. A partir de uma correta crítica ao stalinismo pelo fato de exercer um centralismo burocrático, essas correntes também praticam um centralismo burocrático, com poderes excessivos nas mãos da direção, mas com um mero verniz democrático. Nas correntes trotskistas o mecanismo burocrático posto em prática é mais sutil, pois há Congressos mais regulares, há uma história de luta contra o burocratismo (que legitima várias atitudes), há uma certa liberdade de crítica interna (desde que não ganhe a forma de um grupo organizado). Mas há uma “prova prática” de que esse regime interno é profundamente burocrático.

Os militantes estão submetidos à decisão de seu organismo tanto para o movimento quanto para o partido. No caso de um dirigente do Comitê Central ter diferença ou dúvida sobre uma política votada, ele não pode levá-la à base (em função da hierarquia dos organismos e de ter que se submeter ao centralismo do seu organismo). Pelo contrário, deve ir à base e defender a política votada. E a base, assim, não tem o direito de saber as diferenças políticas, as dúvidas de seus dirigentes. Em nome do “centralismo bolchevique” só cabe à base aplicar a política votada, sem qualquer possibilidade de intervir nas polêmicas existentes no partido. Por acaso os Comitês Centrais dos partidos stalinistas, com suas votações – públicas – monolíticas, não

funcionam exatamente assim: primeiro se resolvem as diferenças entre os burocratas e depois se realiza a votação pública para as fotos?

Não é por acaso que as rupturas de caráter nacional geralmente são impulsionadas por membros do Comitê Central, dado que a base pouco conhece as diferenças políticas que se dão nesse organismo. Rupturas organizadas por militantes de base normalmente têm origem em problemas regionais, que são os únicos que a base do partido acompanha diretamente.

Essa estrutura militar termina por servir aos interesses da fração que controla o aparato, exercendo um controle sobre o conjunto do partido. Venturini (no texto “O mito do centralismo democrático”) fornece um bom exemplo do tipo de controle que um pequeno grupo pode exercer sobre todo o partido: “um Comitê Central de 30 membros que se reúne a cada três meses; um Comitê Executivo de 15 membros que se reúne mensalmente; um Burô Político de 7 membros que se reúne semanalmente e um Secretariado de 3 membros que se reúne cotidianamente. Como se estabelece uma rigorosa disciplina de cada organismo, os três membros do Secretariado, uma vez terminada a discussão, votam em bloco no Burô; os sete do Burô no Executivo e os 15 do Executivo no Comitê Central. De maneira que a opinião de dois membros do Secretariado, se conquistam adesão no Burô, um voto a mais no executivo e um a mais no CC, controla o Partido. O panorama se completa com a total proibição de “transferir” discussões que se processam em um nível superior a um inferior”.

A partir desse estudo podemos dizer que a concepção de “partido fortemente centralizado” propagada pela esquerda (do stalinismo até o trotskismo “ortodoxo”) é:

**“...um Comitê Central de 30 membros que se reúne a cada três meses; um Comitê Executivo de 15 membros que se reúne mensalmente; um Burô Político de 7 membros que se reúne semanalmente e um Secretariado de 3 membros que se reúne cotidianamente. Como se estabelece uma rigorosa disciplina de cada organismo, os três membros do Secretariado, uma vez terminada a discussão, votam em bloco no Burô; os sete do Burô no Executivo e os 15 do Executivo no Comitê Central. De maneira que a opinião de dois membros do Secretariado, se conquistam adesão no Burô, um voto a mais no executivo e um a mais no CC, controla o Partido. O panorama se completa com a total proibição de “transferir” discussões que se processam em um nível superior a um inferior”**

a) historicamente parcial, porque não há uma comprovação da vigência desse “modelo” na história do funcionamento do Partido Bolchevique, sendo que o seu “período duro” se pretendia transitório, com restrições à democracia destinadas a enfrentar as dificuldades da revolução russa e da conjuntura que se abria internamente e mundialmente, a qual colocava os revolucionários em uma situação muito distinta daquela que tinham em mente até fins da década de 1910;

b) não é bolchevique, pois a maior parte do que se pode chamar bolchevismo (até pelo menos 1923) é marcada por uma forte tradição democrática, que admitia em seu interior várias correntes de opinião, tendências e frações (como era o caso dos próprios bolcheviques no interior do POSDR, e depois, já no interior do Partido Bolchevique, das tendências/frações Centralismo Democrático, Comunistas de Esquerda, Oposição Operária e depois a

Oposição de Esquerda liderada por Trotsky), inclusive com órgãos de imprensa próprios ou mesmo defendendo suas posições na imprensa partidária.

O centralismo democrático praticado pelos bolcheviques, em seu período revolucionário, comportava a mais ampla democracia, a possibilidade dos militantes interferirem na política, a possibilidade de os militantes conhecerem todas as posições existentes no interior do partido, a possibilidade de existência de frações/tendências. Esse funcionamento democrático fazia com que o partido estivesse permanentemente elaborando sobre a política, sobre a teoria. Esse funcionamento é o que dava força para o partido, e pela confiança e fraternidade que o partido desenvolvia, era o que o centralizava politicamente. A unidade não era uma amarra imposta pelo voto, mas uma condição obtida pela confiança que se tinha no partido em função de que cada decisão era resultado de uma ampla discussão com os militantes, e de que poderia ser modificada caso se verificasse equivocada, porque a militância poderia interferir objetivamente nesse processo de decisão. Como se vê, trata-se de um funcionamento bem distinto daquele que a esquerda tem apresentado.

#### **DEFENDEMOS UM AMBIENTE DE DISCUSSÕES PERMANENTES SEM INTERVENÇÃO PRÁTICA?**

A política revolucionária, para merecer tal nome, precisa ser concreta, embasada no desenvolvimento real da luta de classe. É isso que deve nos orientar para discutirmos o nosso regime interno de funcionamento. O nosso tamanho e a nossa localização permite que adotemos um funcionamento muito próximo da horizontalidade e extremamente democrático, pois é possível realizar plenárias com frequência, de maneira que todos os militantes possam participar e decidir sobre praticamente todas as coisas da organização. Mas e se fôssemos uma organização que tivesse presença em dois ou três Estados, teríamos condições de reunir todos os militantes para decidir?

Precisamos ter a consciência de que a discussão e a resolução que teremos sobre esse ponto responderá à situação presente e de que, quando essa situação se alterar, teremos que discutir novamente o nosso funcionamento. É importante fazer essa precisão, porque a proposta a respeito da qual vamos deliberar diz respeito ao momento que estamos vivendo, ao nosso tamanho, à nossa inserção. Não nos propomos e somos contra o procedimento que consiste em tratar os temas mecanicamente, adotando resoluções que se pretende que sejam aplicadas em toda e qualquer situação, em uma organização que tem 25 ou 1000 militantes. São situações distintas que precisam ser tratadas também de maneira distinta. Resposta diferente para problemas diferentes.

Uma situação em que o regime político seja mais duro, sob uma ditadura por exemplo, com perseguição aos militantes ou um grau de repressão que obrigue as organizações revolucionárias a se colocar na clandestinidade,

exige que se tenha um regime interno com menor espaço democrático, porque a todo o momento os militantes estão sob ameaça de prisão ou perseguição. O fato de que o espaço democrático diminua não quer dizer que ele não exista, pois toda organização que se quer revolucionária sempre precisa ser o mais democrática possível. Ou seja, ao mesmo tempo em que se adotam medidas para preservar a organização e os militantes, também é preciso adotar medidas para garantir o máximo de democracia possível. Já citamos anteriormente o fato de que o próprio Lênin reconheceu que, mesmo sob o regime czarista, teria sido possível que o Partido Bolchevique tivesse adotado medidas para garantir um sistema eletivo mais amplo.

Partimos desse exemplo para ilustrar o fato de que não é possível um regime interno igual para toda e qualquer situação política, sob pena, repetimos, de cairmos em um mecanicismo completamente estranho ao marxismo. Portanto, as propostas que aqui desenvolvemos referem-se à atual situação política do país e à atual situação de nossa organização.

A construção do regime interno é um processo sobre o qual têm influência a experiência concreta que a organização adquire em sua intervenção, a dinâmica da luta de classes e a própria vida interna da organização. Trotsky, respondendo a um grupo de jovens sobre o centralismo, é bem didático: “Tampoco pienso que pueda dar una fórmula tal sobre centralismo democrático que ‘de una vez por todas’ elimine malentendidos y falsas interpretaciones. Un partido es un organismo activo. Se desarrolla en la lucha contra obstáculos exteriores y contradicciones internas. La descomposición maligna de la Segunda y la Tercera Internacional bajo las condiciones severas de la época imperialista crea para la Cuarta Internacional dificultades sin precedentes en la historia. No se puede triunfar sobre ellas con cierta clase de fórmula mágica. El régimen de un partido no cae hecho del cielo sino que se forma gradualmente en la lucha. La línea política predomina sobre el régimen; en primer lugar, es necesario definir problemas estratégicos y métodos tácticos correctamente con el fin de resolverlos. Las formas organizativas deberían corresponder a la estrategia y a la táctica. Solamente una política correcta puede garantizar un régimen partidista saludable” (Trotsky, “Escritos”).

Diante de “tantos” centralismos é importante nos deter em torno do que para nós é a definição de centralismo. Trotsky e Moreno não poucas vezes fazem uma distinção entre medidas de centralização e de democracia segundo a qual, em um situação de normalidade prevalece o aspecto democrático, e em outras, em que se exige uma atuação mais determinada da direção, a centralização tem um peso maior. Por esse raciocínio, o centralismo democrático pode ser ora mais centralista e ora mais democrático, como se a expressão “centralismo democrático” fosse uma combinação desses dois elementos, tratados como se fossem distintos um do outro. Ou o partido é centralizado

ou é democrático.

Discordamos desse modo de pensar. Defendemos o centralismo democrático como um conceito que representa dialéticamente ao mesmo tempo centralização e democracia. Temos feito um esforço para praticar um marxismo que rejeita os esquemas, modelos e formalismos, por entendermos que o mecanicismo é incompatível com o método científico que Marx desenvolveu. E o centralismo democrático praticado pela esquerda ao não ter essa preocupação caracteriza-se, quase na sua totalidade, por um burocratismo em que cabem poucas exceções.

O que fizemos até agora foi rejeitar a concepção que é predominante na esquerda, demonstrando que ela é parcial e não expressa com exatidão o funcionamento dos revolucionários, em especial dos bolcheviques, até o advento do stalinismo. O desafio é partir para a construção de uma teoria do funcionamento das organizações revolucionárias. No entanto, não podemos cair em uma postura que representa o inverso dessa mesma moeda, que seria a auto-proclamação, com a afirmação de que nós temos a teoria, etc. O correto é entender que estamos iniciando um estudo para aprofundar o conhecimento sobre esse tema. Faz-se necessário um estudo sobre o funcionamento da social-democracia (revolucionária) européia – principalmente a alemã –, sobre a organização dos PCs em países fora do eixo europeu, etc. Enfim, há muito o que se estudar para não repetirmos os erros que aqui criticamos e não nos apegarmos a esquemas e modelos tão caros à esquerda revolucionária.

Para que não paire dúvida a ninguém: o Espaço Socialista defende e pratica o centralismo democrático. A questão central consiste em determinar o que compreendemos por centralismo e como ele se aplica. Reafirmamos que não há nenhuma definição, fórmula e modelo de centralismo, que tenha saído das mãos dos dirigentes russos, embora os modelos formais sejam uma característica que a esquerda desenvolveu durante o século XX.

Se entre os russos não encontramos nenhuma definição do que seja exatamente o centralismo, muito menos a encontramos na esquerda que se reivindica continuadora do “centralismo bolchevique”. O esforço que fizemos neste texto de pesquisar como funcionavam os revolucionários russos, com todas as limitações, nos parece que é de certa forma inédito. Pelo menos não encontramos nenhum texto que indicasse o contrário. Por isso dissemos que é um estudo inicial. Precisamos submetê-lo à crítica (no sentido dialético) dos militantes e dos ativistas do movimento social, de forma que o debate com outras correntes de pensamento nos ajude a encontrar uma síntese.

O nosso funcionamento baseia-se no centralismo. O Perfil Programático e o Estatuto do Espaço Socialista têm normas bem evidentes nesse sentido. Discute-se livremente e à exaustão, e quando necessário, vota-se para definir uma posição enquanto organização, que define o que nossos militantes vão defender no movimento.

Defendemos o centralismo democrático. Não se trata de dizer que o “nosso centralismo” é democrático e o dos outros não o seja, mas de dizer concretamente que o funcionamento do Espaço Socialista é democrático.

A definição semântica não deixa dúvida: o centralismo é democrático. O regime partidário de uma organização revolucionária deve ser, portanto, democrático e com regras que garantam o exercício da democracia interna. Adotamos nas Conferências normas que garantem a livre discussão entre os militantes. O artigo 3º do Estatuto do Espaço Socialista não deixa dúvida de que há garantias que asseguram o direito dos militantes continuarem a debater suas posições: “São direitos dos militantes: (...) Quando em minoria publicar suas posições nos órgãos de imprensa regular da organização”.

Qual organização tem em seu funcionamento a garantia de que os debates podem continuar na imprensa da organização? Pelo que estudamos na história do movimento e pelo que consta em nosso Estatuto, essa garantia existe apenas no Espaço Socialista e no Partido Bolchevique. Essa garantia não impede que atuemos com a mesma política no movimento, mesmo com diferenças. O método que adotamos, se não resolve as questões e os debates políticos, cria um ambiente de confiança e de fraternidade que tem até hoje permitido que continuemos a intervir no movimento.

Certamente tivemos várias dificuldades e inclusive não fizemos balanços sérios sobre as políticas que foram mais polêmicas e que tiveram uma votação mais apertada, mas a existência dessa garantia para a expressão das minorias tem um objetivo bem definido, que é assegurar a possibilidade de que o debate continue e a minoria convença, pela prática, a maioria. A publicação das posições da minoria é uma situação excepcional, porque a decisão que sai de um processo democrático de discussão tem muito mais autoridade perante a organização e está mais próxima de ser acertada.

Além disso, essa disposição do Estatuto precisa ser analisada em conjunto com outro artigo: “São militantes do Espaço Socialista: (...) Aqueles que, voluntária e regularmente, participam das reuniões dos núcleos e encaminham as decisões das instâncias deliberativas”, demarcamos. Na parte relativa aos deveres, o Estatuto também não deixa dúvidas: “São deveres dos militantes: (...) Acatar as decisões dos organismos de deliberação da organização”.

A leitura em conjunto desses três artigos é a expressão de que, ao mesmo tempo que atuamos centralizados pelas decisões dos organismos, há uma garantia de que a discussão realmente possa prosseguir. Vamos ajustando, conforme os temas em discussão, a medida do centralismo, que é feita pelo conjunto dos militantes da organização. A possibilidade de que o debate continue, inclusive externamente, é a maior das garantias democráticas. O Pravda e os boletins internos de discussão, eram apenas



alguns dos instrumentos que os revolucionários russos tinham para garantir a democracia interna.

Uma organização revolucionária é um organismo vivo em transformação e em movimento permanente. Essa é a própria razão de ser de uma organização. O regime interno tem que seguir essa lógica, sob pena de se engessar.

Os debates que fazemos têm o objetivo de intervir na lutas de classes: não somos diletantes. Somos uma organização de trabalhadores militantes que lutam pela revolução socialista. O nosso papel central é ajudar os trabalhadores a desenvolver uma consciência socialista, uma das condições fundamentais da vitória da revolução socialista. E é na intervenção na luta de classes que podemos cumprir esse papel. Quando se mobilizam, quando lutam, os trabalhadores estão mais propensos a discutir política, a pensar criticamente sobre como funciona a sociedade, o seu papel nessa sociedade, etc. Por outro lado, o proletariado é o sujeito da revolução. Essas

são as mais importantes razões pelas quais intervimos na luta de classes. As discussões e os debates que fazemos têm um objetivo muito bem definido: intervir na luta de classes e contribuir para o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores.

Discutimos o quanto for necessário para que ninguém tenha dúvida sobre a/s posição/ões que estão em debate e para que os militantes possam votar de acordo com uma convicção bem formada. No entanto, isso

não pode nos levar a construir um ambiente em que apenas se discute, discute e não se intervém na luta de classes. É preciso discutir e intervir na luta de classes de maneira que as discussões que fazemos possam dialogar com a realidade e a realidade possa interferir nas discussões, em uma relação dialética que dê vida à nossa política. Não separamos teoria e prática, pois para nós uma depende da outra. A teoria sem prática de pouco serve, e a prática sem teoria é uma prática desqualificada, um praticismo. Como marxistas, defendemos a práxis revolucionária, uma práxis reflexiva.

Também não defendemos a política de consenso, porque ela é tão burocrática quanto os “centralismos burocráticos”, pois o consenso implica em uma paralisia da organização, em que alguém tem que abrir mão de suas posições, para que alguma das posições possa prevalecer sem votação.

A intervenção prática também cumpre um outro objetivo fundamental para os revolucionários, que é a proximidade orgânica com os trabalhadores. Essa relação contribui para que a condições objetiva e subjetiva se

encontrem, ou para que diminua a distância entre elas. Se a condição objetiva não depende da ação da organização, o desenvolvimento da subjetividade é em grande parte uma obra das organizações revolucionárias. Uma organização que passa a maior parte do seu tempo debatendo e não intervém na luta de classes pode ser muito boa nas discussões, mas não serve para a revolução socialista, porque essa é acima de tudo uma luta prática.

Defendemos um regime interno de debates permanentes. A democracia operária não é uma abstração, uma declaração de princípio. Toda organização precisa explicitamente dizer o que se entende por democracia operária no movimento e no seu próprio funcionamento. Para nós a possibilidade de questionar internamente a posição da organização a qualquer tempo é um elemento importante para caracterizar a vigência da democracia na organização. A formação de uma posição através do voto para ser levada

ao movimento pelo conjunto da organização não pode significar que o debate tenha se encerrado. A concepção de centralismo democrático que aplicamos implica em que a crítica e a auto-crítica estejam sempre presentes na organização. Por isso é importante que o debate continue (sem que isso signifique a não-intervenção) em aberto, permitindo que o conjunto da organização continue refletindo sobre as suas decisões.

Nessa questão, bastante delicada, se coloca a

responsabilidade dos militantes e da própria organização, pois o exercício dessa prerrogativa não pode significar a construção de um ambiente de diletantes em que a prática não tenha nenhum sentido. Sem a prática, a discussão permanente passa a ser um elemento de destruição, em vez de servir para o fortalecimento do militante e da organização. Também deve ser destacada como uma tarefa de responsabilidade de todos a construção de um ambiente sadio, de respeito mútuo, de compreensão e paciência com os limites da organização e dos indivíduos. Para os militantes mais experientes essa responsabilidade é ainda maior. O ego e o personalismo não cabem em uma organização revolucionária.

Atualmente, o mecanismo que temos para praticar esse exercício democrático são as plenárias, as reuniões de núcleo, a lista interna de e-mail (com a ressalva de que é preciso muito cuidado com o que se escreve nessa lista, porque sabemos que todas as listas da esquerda são monitoradas pela polícia) e a possibilidade de escrever os textos para o conjunto da organização. Direito esse que está franqueado aos

---

**Discutimos o quanto for necessário para que ninguém tenha dúvida sobre as posições que estão em debate e para que os militantes possam votar de acordo com uma convicção bem formada. No entanto, isso não pode nos levar a construir um ambiente em que apenas se discute, discute e não se intervém na luta de classes. É preciso discutir e intervir na luta de classes de maneira que as discussões que fazemos possam dialogar com a realidade e a realidade possa interferir nas discussões, em uma relação dialética que dê vida à nossa política.**

---

militantes não só nos períodos “pré-Congressos”.

Esses debates não podem levar ao rompimento da unidade de ação, condição fundamental para uma intervenção forte e coesa da organização. E a unidade da ação não significa a exclusão dos debates.

A posição votada pela maioria é a posição da organização. A continuidade dos debates não pode significar que não tenhamos uma posição definida sobre as coisas, pelo contrário. Tudo se decide no voto, tudo se decide pela maioria e nenhum militante tem qualquer privilégio. Todos têm direito a apenas um voto e não é permitido voto por procuração, pois decide quem está presente e os ausentes também deve ser submetido à decisão do organismo, seja plenária ou núcleo. A obtenção de uma posição da maioria e a sua aplicação no movimento é parte fundamental da democracia interna da organização. Não é possível que uma organização revolucionária tenha como método de funcionamento a possibilidade de que os militantes apliquem apenas aquilo com que concordam e não apliquem a posição da organização quando em minoria. Essa é a base da unidade de ação. As votações formam a posição da organização e é com elas é que a organização atua no movimento.

Há uma confusão comum na esquerda quando se entende que a unidade de ação é a mesma coisa que unidade de pensamento e opinião. São dois conceitos distintos que não necessariamente andam juntos. Para nós a unidade na ação não exclui e nem acaba com as diferenças de opinião. Essa unidade na ação é ao mesmo tempo a aplicação da política votada pela maioria e o confronto com a realidade, espaço político que valida ou não as posições políticas defendidas nos debates.

Uma organização revolucionária deve procurar agir em equipe nas frentes de atuação. Assim como temos as nossas posições, os outros militantes – independentes e integrantes de outras organizações – e trabalhadores também têm as suas. Não podemos ser sectários com essas posições, temos que ouvi-las com respeito e refletir sobre elas a todo momento. Quando surgirem propostas nos fóruns do movimento a respeito das quais não tínhamos pensado, e que não se opõem às nossas, é importante que conversemos entre nós sobre elas, e que as apoiemos se forem corretas para o movimento. Não podemos votar contra determinadas propostas só porque não são as nossas. Situações novas surgem a todo momento e na maioria dos casos não é possível reunir o núcleo para decidir o que fazer a respeito. Essa situação deve ser resolvida com conversas entre nós e com muita franqueza para com o movimento, dizendo claramente que não tínhamos pensado na possibilidade que acaba de se colocar, e que ainda não temos posição definida. Ou mesmo, devemos esclarecer ao movimento o fato de nossos militantes poderem votando de maneira diferente até que a organização se reúna e tenha uma posição definida. Também podem acontecer situações em que tenhamos

que delegar a alguns companheiros a condição de decidir diante de situações novas que o movimento possa vir a colocar e que exijam uma decisão naquele momento.

Por isso, a construção de um regime interno sadio é fundamental. A confiança e a fraternidade entre os militantes tornam-se condição para a solução de problemas desse tipo. O risco de errar em situações inesperadas é muito maior, porque se trata de decisões que devem ser tomadas no calor dos acontecimentos, nas quais muitas vezes o tempo que se tem para reagir é mínimo. Quando se tem um regime interno sadio, os balanços tornam-se mais construtivos.

Isso também vale para os erros que praticamos e a responsabilidade que devemos ter por eles. O nosso tamanho e a nossa fragilidade política e teórica indicam que os erros vão ser companheiros frequentes nossos. Mais uma vez a relação de camaradagem entre nós torna-se fundamental. “La madurez de cada miembro del partido se expresa particularmente en el hecho de que no exige del régimen partidista más de lo que éste, puede dar. La persona que define su actitud hacia el partido por los golpes personales que le dan en la nariz es un pobre revolucionario. Es necesario, por supuesto, luchar contra todos los errores individuales de los dirigentes, toda injusticia, etcétera. Pero es necesario determinar estas ‘injusticias’ y ‘errores’ no en ellos mismos sino en conexión con el desarrollo general del partido a escala nacional e internacional. Un juicio correcto y un sentido de las proporciones en política son extremadamente importantes” (Trotsky, in “Sobre el centralismo democrático. Unas pocas palabras acerca del régimen del partido” – escritos 1937).

## CONCLUSÃO

O esforço de elaboração do presente texto tem o objetivo de atender à determinação de preparar o ponto de discussão sobre centralismo democrático da Conferência de 2009 do Espaço Socialista. Mas no curso da sua construção ele terminou ganhando outros atributos, como o de formular uma visão teórica sobre o tema. Insistimos em que esse texto não é definitivo, pelo contrário, ele é apenas o início, o primeiro passo de um longo caminho. Também é uma provocação às várias forças de esquerda que defendem um determinado centralismo democrático para que escrevam a respeito e disponibilizem suas posições para o conjunto dos militantes e ativistas.

Não compreendemos esse debate como sendo apenas interno à nossa organização, mas como parte de um processo mais geral de questionamentos e incompreensões sobre o tema. A esquerda revolucionária na verdade tem um ajuste de contas com a história, uma vez que passou boa parte do século XX reproduzindo – na prática e no discurso – uma lógica que julgamos não ser própria do marxismo revolucionário, mas típica de uma concepção que se firmou na contra-revolução russa.

# A luta pela cultura e a cultura pela luta

Daniel M. Delfino

*“- O que vocês estão fazendo?  
- Seus músculos estão atrofiados, por isso estamos reconstruindo-os  
- Por que meus olhos doem?  
- Você nunca os usou antes...”*  
Diálogo do filme “Matrix”

## **O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO EMPOBRECIDO**

O marxismo revolucionário, corrente pela qual se designa o conjunto das organizações políticas que lutam pela destruição do capitalismo e pela construção do socialismo, tem desenvolvido uma intervenção miserável no terreno da cultura.

A luta socialista é praticada por tais organizações como uma atividade que visa meramente obter de um lado melhorias econômicas (pela via da luta sindical/reivindicativa) ou de outro a conquista do poder político (pela via da insurreição de massa ou da luta armada). A intervenção na luta econômica através de greves, ocupações, ações diretas, etc., é desenvolvida como um meio pedagógico para o fim de fazer com que os trabalhadores entendam que a única forma de obter melhorias reais e definitivas nas suas condições de vida é derrubar o capitalismo (pois esse sistema é incapaz de conceder melhorias reais e duradouras, devido a sua crise estrutural, etc.). Para derrubar o sistema será preciso desenvolver uma dura luta política contra a burguesia, com o objetivo de tomar o poder, destruir o Estado burguês e instalar a ditadura do proletariado (para isso é preciso construir o partido revolucionário, etc.). Ao tomar o poder, por sua vez, o partido revolucionário expropriará a burguesia e assim dará fim à miséria e às carências materiais que motivaram a luta econômica inicial.

O parágrafo acima é um resumo sucinto do “manual do partido revolucionário”, uma paródia do marxismo revolucionário bastante vulgarizada e com prazo de validade vencido, mas que tragicamente ainda está em vigor na esquerda. A forma como esse marxismo revolucionário empobrecido reduz o econômico a uma via para chegar ao político e vice-versa torna evidente uma radical incompreensão da concepção marxiana de revolução como superação dialética da totalidade.

Nessa forma caricatural, o objetivo da ditadura do proletariado é uma simples realização das reivindicações econômicas que o capitalismo é incapaz de conceder, ou seja, a simples obtenção de melhorias nas condições materiais de vida. O socialismo assim construído seria uma mera “versão alternativa” do capitalismo, uma cópia do capitalismo “sem os defeitos”. Esse “socialismo” traria como ideal de

felicidade uma acumulação infinita de objetos materiais, de bens de consumo, de itens de conforto, de casas, carros, eletrodomésticos, etc. Essa obsessão pela acumulação de objetos é uma influência nefasta da ideologia burguesa do progressismo e do produtivismo, a qual tem sido reproduzida acriticamente pelo movimento socialista.

## **A PERPETUAÇÃO DO CÍRCULO VICIOSO**

A tentativa de superar a economia por meio de uma ação puramente política (seja reformista ou revolucionária), acaba reforçando a própria política enquanto esfera separada, com seu corolário particular de alienações: o Estado, a burocracia, o poder, a hierarquia, a representação, o substituísmo, a autoridade, o personalismo, a disputa, o sectarismo, o culto da liderança, etc. Enquanto for incapaz de negar completamente não apenas a economia mas todo o conjunto de relações alienadas que dela emanam, a política permanece ela própria uma relação alienada, incapaz de negar a si mesma.

Essa política limitada que perpetua a si mesma como esfera alienada (reproduzindo a forma Estado, a burocracia, etc.) não consegue vislumbrar nada além de modificações quantitativas na esfera econômica (aumento infinito da produção para posterior “distribuição do bolo”). Ao vislumbrar apenas modificações quantitativas, que não rompem qualitativamente com a subordinação estrutural do trabalho, a política alienada acaba por sua vez perdendo o foco e preservando também a economia com suas próprias fetichizações: abstração, quantificação, produtivismo, progressismo, abundância, acumulação, etc. A economia leva ao político e o político leva de volta ao econômico, e não se rompe assim o círculo vicioso da cadeia de alienações.

Esta breve crítica da parcialidade do marxismo revolucionário empobrecido se completa com duas considerações suplementares que abrem caminho para o tema que constituirá propriamente o objeto da presente investigação.

A primeira consideração consiste em lembrar que o socialismo não pode ser uma realização dos sonhos de consumo do capitalismo pelo simples fato de que tal realização é materialmente inviável e ambientalmente insustentável. O socialismo não poderá dar a todos os seres humanos do planeta o padrão de consumo perdulário e destrutivo da classe média estadunidense, por exemplo, porque isso simplesmente esgotaria o globo terrestre em dois tempos. O socialismo pressupõe o emprego racional dos recursos, o que significa o contrário do desperdício



irracional da abundância capitalista. É evidente que o socialismo procurará atender às necessidades materiais, extraindo recursos da natureza e transformando-a, mas o fará numa medida compatível com a capacidade do meio ambiente planetário de continuar fornecendo os recursos indispensáveis à vida da espécie humana numa escala de tempo infinita. O consumo de recursos como aço, petróleo, minérios, madeira, borracha, terras férteis, água, etc., não será feito na mesma quantidade e terá um caráter radicalmente diferente, pois não estará comprometido pelo desperdício individualista, pela poluição, etc. A própria tecnologia para manipulação dos recursos naturais, liberta das relações de propriedade burguesas e portanto muito mais avançada, tornará mais fácil o uso racional de tais recursos.

A segunda consideração consiste em lembrar que uma sociedade socialista irá necessariamente reformular a própria definição daquilo que se consideram “os recursos indispensáveis à vida da espécie humana”. Isso porque essa sociedade os utilizará para desenvolver uma categoria diferente de objetos, e não mais os perdulários automóveis individuais e outras bugigangas multiplicadas irresponsavelmente pelo consumismo individualista burguês, os quais serão substituídos por bens e serviços de utilização coletiva. Uma sociedade socialista não vai apenas expropriar a indústria automobilística, precisará ir além e questionar o pressuposto da atividade desse ramo de produção, que é o de que cada ser humano do planeta precisa ter um automóvel. Ao invés disso, será preciso redirecionar as forças produtivas sociais para atender racionalmente as necessidades humanas, substituindo o automóvel pelo transporte coletivo. E assim sucessivamente, em todos os ramos de produção.

### **A UNIDADE DE POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA**

A redefinição das prioridades, do conteúdo e da forma dos objetos da produção material é, em primeiro lugar e em especial nas atuais circunstâncias, uma condição preliminar indispensável para a própria sobrevivência da humanidade, pois é preciso remediar os estragos que a produção capitalista-destrutiva impôs ao planeta nos últimos séculos e garantir que a natureza possa continuar fornecendo indefinidamente os recursos necessários à vida da espécie. Mas essa redefinição é apenas parte do problema, pois a produção material deve ser tão somente o fundamento para a auto-produção do próprio homem, a qual é, essa sim, a verdadeira questão a ser resolvida. Qual é o produto final de uma humanidade emancipada? Com quê devem se parecer o novo homem e a nova mulher socialistas? O que fará a humanidade socialista com seu tempo livre e suas forças produtivas superdesenvolvidas? A que tipo de atividade vão se dedicar? Qual será o conteúdo de sua subjetividade? Como serão suas relações interpessoais?

A humanidade precisa emancipar-se do trabalho necessário, e ao mesmo tempo emancipar-se da atual submissão ao trabalho morto, aos produtos do trabalho, aos objetos materiais, os objetos de consumo. E a humanidade só poderá emancipar-se da servidão aos objetos quando se constituir o próprio homem como sujeito, como verdadeiro centro de todas as relações, todas as possibilidades, todas as riquezas, todos os prazeres. Para que a auto-produção do homem esteja no centro das preocupações é preciso repensar e revolucionar também as esferas da cultura, da moral, da intersubjetividade e da sexualidade.

É certo que a transformação moral-cultural dos homens sem a indispensável transformação material das estruturas sociais pela revolução político-econômica se perde e se dissipa, permanecendo restrita a uma vanguarda de indivíduos excepcionais. Da mesma forma, sem a revolução na esfera da ideologia e da cultura (consciência, moral, intersubjetividade, sensibilidade, sexualidade), a transformação material pela via econômico-política não se sustenta, porque não origina um novo modo de vida humanamente compensador (estão aí as experiências socialistas derrotadas do século XX para comprovar). Esses movimentos somente se realizam juntos, em unidade dialética, ou não se realizam jamais.

A cultura é um dos nexos cuja ausência faz com que o marxismo revolucionário empobrecido permaneça incapaz de vislumbrar a saída dos labirintos da economia e da política, terminando por reproduzir involuntariamente tais categorias alienadas em sua própria prática pretensamente emancipatória.

### **O REDUCCIONISMO ECONOMICISTA/POLITICISTA**

A economia e a política são esferas que, abordadas separadamente e destacadas da totalidade que inclui a cultura, perpetuam uma à outra como cadeias de alienação. A ruptura desse círculo vicioso só é possível por meio de uma luta política que tenha como objetivo abolir a economia e abolir também a si mesma, ou seja, abolir a própria política como esfera separada, o que só é possível por meio de uma luta que se proponha a revolucionar também a cultura, ou seja, revolucionar a totalidade do fazer humano.

Desde os clássicos “Reforma e Revolução” de Rosa Luxemburgo e “Que Fazer?” de Lênin, a crítica ao economicismo já tem uma tradição muito bem estabelecida no interior do marxismo revolucionário. Os revolucionários não separam a luta por reformas da luta pela superação do capitalismo. Os reformistas separam as reformas da revolução, porque na verdade não desejam revolução nenhuma, são contra a ruptura da ordem estabelecida. Às vezes a proposta de reformas se apresenta com o pretexto de que as mudanças graduais “se acumulam” em uma transformação que resulta “automaticamente” no

socialismo; às vezes os reformistas nem se dão ao trabalho de fazer essa argumentação.

Essa concepção de que as mudanças graduais cumulativas resultam “automaticamente” no socialismo é o traço distintivo de todas as vertentes teórico-políticas que se afastam do marxismo revolucionário. Ela expressa também a substituição da lógica dialética pela metafísica positivista, que desconhece a categoria de mudança da quantidade em qualidade, ou seja, desconhece a necessidade da revolução como um salto de qualidade dialético. O marxismo abastardado pelo reformismo economicista e sua lógica positivista produziu uma longa linhagem de rebentos no século XX, desde a social-democracia e o menchevismo com sua “revolução por etapas” até o stalinismo e suas imitações, culminando no eurocomunismo e sua tese da “democracia como valor universal”.

Contra essas vertentes o marxismo revolucionário combateu sem tréguas. Entretanto, um amplo feixe de tendências do marxismo revolucionário acabou também determinado pelo objeto de sua negação. Na ânsia de combater o reformismo economicista em nome da revolução, essas tendências recaíram no erro gêmeo do politicismo. O politicismo absolutiza o momento da disputa do poder político e reduz a revolução ao simples ato da tomada do poder de Estado.

Fazendo tábula rasa de toda a infundável (e necessária) discussão sobre as vicissitudes da Revolução Russa, as causas da contra-revolução burocrática, etc., o resultado dessas primeiras tentativas de transição ao socialismo, do ponto de vista que aqui nos interessa, foi também determinado por um limite politicista. Conseguiu-se uma alteração jurídica nas relações de propriedade, substituindo a propriedade privada burguesa pela propriedade estatal, a qual foi por sua vez usurpada pela burocracia. Não se alterou de fato o cerne do processo de reprodução social regido pela lógica do capital, que está na subordinação do trabalhador ao trabalho alienado. O controle direto do processo de produção pelos produtores associados é a única forma de superar a separação entre economia e política e liquidar as ambas enquanto esferas alienadas.

Desenvolver o controle direto da produção pelos trabalhadores associados requer em primeiro lugar edificar formas conscientes de auto-administração da vida social que coloquem os trabalhadores como sujeitos de sua auto-construção em todos os aspectos. Os soviets e conselhos operários que despontam nos momentos mais vivos das revoluções são os embriões dessas formas de auto-administração. A tarefa do marxismo revolucionário é impulsionar o desenvolvimento desses organismos da classe e dotá-los de consistência política, ideológica, filosófica e cultural.

O combate do marxismo revolucionário ao reformismo economicista ficou pela metade, pois não avançou na construção de tais formas de auto-

administração social e estacionou na lógica politicista de “construir o partido revolucionário para tomar o poder político”. Isso aconteceu tanto naquelas sociedades em que os revolucionários chegaram ao poder (sendo logo em seguida deslocados pela burocracia) como naquelas em que permaneceram como movimentos de luta contra o capital. O politicismo é um erro gêmeo do economicismo que tem sua origem no abandono da perspectiva da totalidade.

### O LUGAR DA CULTURA

Os revolucionários criticam o reformismo porque este somente fala em socialismo “nos dias de festa”. O marxismo revolucionário empobrecido, por sua vez, somente fala em cultura nos dias de festa, mas não no sentido figurado e sim literal. Quando há uma folga no calendário, entre uma luta econômica e uma disputa política, arranja-se tempo para uma “atividade cultural”, usualmente uma festa, depois da qual os militantes podem retornar devidamente aliviados à sua rotina cotidiana também reificada, sem que tenha havido modificações estruturais nesse modo de vida, tanto no plano coletivo como no individual. A atividade cultural nunca é ela própria considerada uma prioridade e encarada com a devida seriedade.

Além da abordagem reformista (festiva) da cultura, desenvolve-se também a abordagem instrumental. As festas e atividades culturais servem como oportunidade para atrair pessoas para as organizações de esquerda. A cultura se rebaixa assim a uma arapuca para os incautos. O indivíduo se aproxima inadvertidamente de uma “festa estranha, com gente esquisita” (Legião Urbana, “Eduardo e Mônica”) e sem perceber no dia seguinte estará distribuindo panfletos e cumprindo tarefas, convertido em soldado da revolução, sem sequer compreender exatamente contra o quê e pelo quê está lutando.

Na tentativa de escapar do reformismo cultural e avançar efetivamente na disputa ideológica, não é incomum no marxismo revolucionário a atividade propagandística de crítica das produções da indústria cultural, como filmes, livros, músicas, etc. Entretanto, na sua maioria, os comentários se resumem a uma denúncia dos elementos ideológicos presentes em tais obras, à revelação de que tudo não passa de ideologia burguesa, lixo cultural imperialista, etc. Não há na maior parte dessa crítica instrumental o aprofundamento sobre as qualidades propriamente estéticas das obras, sobre sua capacidade de retratar a particularidade histórica, ainda que alienada, cuja medida constitui o critério de validade e verdade da arte. A crítica insuficiente resvala também no maniqueísmo infantil, que contrapõe artificialmente a arte “burguesa/má” à arte “operária/boa”, resultando muitas vezes numa espécie de auto-complacente “elogio da miséria”, que não contribui para a necessária compreensão da diversidade e

complexidade do fenômeno humano.

A crítica da indústria cultural capitalista e sua mercantilização da arte como frente de disputa ideológica é uma tarefa indispensável, mas que tem sido desempenhada com desalentadora incompetência. Está na maior parte dos casos longe de dar conta das expressões estéticas da problemática social atual, e menos ainda da cultura em sua totalidade. A cultura não se compõe apenas da arte, mas também da ciência, da filosofia, da moral, esferas dotadas de especificidades que precisam ser tomadas em consideração.

Quanto mais nos aprofundamos no problema, mais nos deparamos com lacunas e omissões. Para desenvolver a disputa ideológica contra a burguesia, oferecendo um discurso capaz de explicar aos trabalhadores o sentido das coisas no mundo sem sentido do capitalismo, o marxismo revolucionário deveria ter também a elaboração teórica como uma de suas prioridades. Mas os estudos teóricos e as atividades de formação dos militantes usualmente são tão ou mais negligenciados e depreciados quanto as atividades culturais. Se nem sequer os clássicos do marxismo são lidos com a devida atenção, que dirá os ideólogos burgueses cuja secreção nefasta transborda por todos os poros da consciência coletiva e precisa ser apropriadamente combatida.

Não é objetivo deste texto fazer um inventário completo dos vícios e debilidades que empobrecem o marxismo revolucionário, tarefa que infelizmente nos levaria muito longe, embora a crítica da miséria cultural seja também parte dessa tarefa. O objetivo é localizar minimamente a cultura como uma das esferas da realidade a ser transformada por uma prática política emancipatória, e ao mesmo tempo situar a cultura como recurso indispensável para que essa prática política seja efetivamente emancipatória.

### UNILATERALISMO E QUIMERAS

O marxismo é antes de tudo uma ciência da totalidade, ou seja, um método para compreensão da realidade que se fundamenta precisamente na articulação de todos os aspectos. Como disse o próprio Marx, “o real é a síntese de múltiplas determinações, ou seja, unidade do diverso”. A cultura é uma esfera à parte dentro do universo humano, mas é ao mesmo tempo uma parte essencial desse universo, sem o qual não se poderia chamá-lo propriamente humano. As diversas partes desse universo humano somente existem em relação umas com as outras, articulando-se em uma teia de interdeterminações recíprocas.

O marxismo revolucionário empobrecido negligencia a cultura por considerá-la uma esfera meramente derivada da economia. Nessa concepção, o instrumento para transformar a economia, base material da sociedade, é a política, e não a cultura, que será transformada “à reboque”, junto com “todo o resto”. Logo, “não é preciso se

preocupar com ela”. Não se trata pois de uma simples omissão, mas de uma opção consciente pelo eclipse da cultura, em nome de uma concepção mecanicista da relação entre economia, política e cultura. O mecanicismo trata as diversas esferas como se não houvesse uma relação de influência recíproca entre elas, apenas uma determinação unilateral.

Para colocar-se à altura de seu projeto, o marxismo revolucionário deve realizar um autêntico esforço de reflexão, inovação, invenção e elaboração de práticas e experiências emancipatórias e de ruptura com a sociabilidade do capital.

Essa orientação não pode ser confundida com as propostas unilaterais de correntes utópicas e anarquistas que defendem a construção de uma sociedade emancipada a partir de células “autônomas” (ou pior ainda, a criação de tais células como um fim em si mesmo), isoladas, autogestionárias, nas quais se implantam internamente relações não-capitalistas, como se fosse possível criar “ilhas” emancipadas em meio a um oceano capitalista. A tentativa artificial de vivenciar relações não-capitalistas em escala microscópica, num mundo que em sua totalidade permanece ainda capitalista, resulta em uma aberração quimérica, quando desconectada da luta global para abolir o capitalismo em suas dimensões econômicas e políticas.

Entretanto, que dizer também dessa mesma luta global para abolir o capitalismo em suas dimensões econômicas e políticas quando desconectada por sua vez da tarefa igualmente fundamental de construir e vivenciar relações socialistas? Não será também igualmente quimérica e utópica? A disputa contra o capitalismo deve ser travada não apenas nos planos da luta econômica e política, mas também no plano ideológico. É preciso lutar para estabelecer uma nova concepção de ciência, de filosofia, de arte, de estética, de sensibilidade, de subjetividade, de ética, de relações humanas, de sexualidade. Tais esferas também devem ser objetos da ação revolucionária, assim como a luta econômica e a luta política (no seu sentido Estatal/institucional).

A complexidade do real não admite respostas parciais. É preciso atacar a totalidade dos problemas de forma articulada, do contrário o resultado será efêmero, nulo ou mesmo contraproducente. A maior parte da esquerda que reivindica o marxismo revolucionário age com base num raciocínio mesquinho e covarde do tipo: “já que não é possível resolver todos os problemas agora, apenas no socialismo, vamos resolver primeiro o problema econômico (através da tomada do poder político), porque o resto virá ‘automaticamente’ como ‘conseqüência’”. A questão é que não há essa relação “automática” e esse “resto” não virá “como conseqüência”. Não existe esse automatismo na vida social, os problemas precisam ser enfrentados de modo direto e acima de tudo consciente, sem subterfúgios e desculpas covardes. Ou a realidade avança



como um todo, dialeticamente articulado, ou não avança.

### **O CONCRETO E O INVISÍVEL**

Não se trata aqui de nenhuma “revisão” do marxismo, ou de negar a centralidade do trabalho, a luta econômica, a ditadura do proletariado, etc. Pelo contrário, trata-se de desenvolver a análise marxista concreta da situação concreta. Qual é a situação concreta da classe trabalhadora que queremos trazer para a luta pelo socialismo?

Na época atual, o capital procura responder à sua crise estrutural por meio da mundialização (à qual os ideólogos burgueses dão o nome de “globalização” e a esquerda reformista combate sob o nome de “neoliberalismo”). A mundialização do capital não aboliu a centralidade do trabalho, ela a intensificou, pois o seu fundamento material é justamente a criação de um mercado mundial de força de trabalho, que permite aos empreendimentos capitalistas deslocar-se com total liberdade no cenário global, rebaixar o custo da força de trabalho e aprofundar o grau de exploração sobre cada sociedade local até um grau de barbárie inimaginável.

Como se isso não bastasse, a intensificação da centralidade do trabalho aparece de modo invertido na superfície dos fenômenos precisamente como uma invisibilização do trabalho. Desenvolve-se uma maciça operação ideológica de mascaramento da produção. No imaginário forjado por essa operação ideológica, não existem mais fábricas nem produção, os produtos materializam-se prontos e acabados nas prateleiras dos supermercados, nas vitrines dos shopping centers, nos anúncios da TV e nos links da internet.

A economia aparece como uma força cega e estranha, alienígena, cujas tempestades se desencadeiam sobre a vida dos trabalhadores de maneira imprevista e incontrolável, como um capricho de alguma volúvel divindade da antiguidade (um “horror econômico”, título de um livro recente de certa repercussão que exemplifica paradigmaticamente o grau assustador da confusão ideológica reinante). Essa situação de desarticulação ideológica, rebaixamento da consciência e dissolução da organização dos trabalhadores é um efeito superestrutural da sua fragmentação material experimentada no plano da produção, em cada local de trabalho. É com essa situação de fragmentação material e desarticulação ideológica que devemos lidar, e não com um mítico proletariado taylorista-fordista erigido em categoria sociológica positivista-abstrata, usualmente mobilizado na função providencial de “deus ex machina” para absolver a esquerda de suas debilidades teóricas e tropeços práticos.

### **DILUIÇÃO DA “CIVILIZAÇÃO PROLETÁRIA”**

A fragmentação material e ideológica do proletariado possui uma história. Entre fins do século XIX e início do século XX, a classe trabalhadora dos países capitalistas mais

avançados estava em plena ofensiva pela construção do socialismo. Essa ofensiva se concretizava na construção de instrumentos de luta econômica (sindicatos) e política (partidos políticos legais/eleitorais e revolucionários), capazes de mobilizar, organizar e educar grandes massas proletárias. O ápice desse movimento foi justamente a Revolução Russa e a primeira tentativa de transição ao socialismo.

Além dos instrumentos “clássicos” de organização da classe, havia também toda uma série de articulações suplementares de natureza econômica, social e cultural que configuravam o esboço de uma “civilização proletária” em gestação no interior mesmo da sociabilidade capitalista e em luta aberta e consciente contra ela. Havia os fundos de ajuda mútua, as caixas de assistência, as cooperativas de consumo, os círculos de leitura, os jornais e até mesmo os clubes de futebol. Sobre a base dessas instituições desenvolvia-se um modo de vida pautado na coletividade e na solidariedade, fundamentos necessários de uma futura cultura socialista.

No decurso do século XX, o Estado burguês assimilou não só os partidos operários e sindicatos, que se transformaram em instrumentos da administração capitalista do trabalho, como também os demais protótipos da “civilização proletária”. O Estado burguês passou a fornecer previdência pública, saúde pública, educação pública e em alguns casos até mesmo atividades culturais subvencionadas por órgãos públicos de cultura. Por um lado isso pode ser considerado uma conquista do proletariado em termos de melhorias sociais (e hoje se luta arduamente para mantê-las). Por outro lado, isso castrou a iniciativa criativa da classe operária em direção ao desenvolvimento de novas formas coletivas e conscientes de auto-administração da reprodução social.

Além disso, as conquistas parciais do proletariado no século XX, especialmente no que se refere à redução da jornada de trabalho, não resultaram em maior tempo livre a ser usado criativamente pelos trabalhadores para desenvolver sua formação e cultivar suas qualidades humanas. Ao invés disso, o “tempo livre” no qual o trabalhador não está diretamente acrescentando mais-valia à produção se transformou em tempo alienado de consumo do lixo da indústria cultural e de lazer capitalistas, embrutecendo as consciências e embotando a sensibilidade dos indivíduos. O tempo livre antes empregado na construção de uma subjetividade socialista passou a ser tempo de escravização ao modo de pensar burguês.

### **ASSIMILAÇÃO E ESTERILIZAÇÃO**

O capitalismo tem demonstrado ao longo de sua história uma eficiência excepcional na função para ele vital de assimilar e colocar a serviço de sua própria perpetuação tudo aquilo que surge como oposição aos aspectos parciais de sua processualidade, mesmo que tais oposições

apresentem inicialmente as mais genuínas intenções de radicalidade, como os partidos operários do passado. Essa capacidade de assimilação ainda não foi adequadamente tematizada pela esquerda e constitui um fértil campo de pesquisa teórica para futuras explorações.

A assimilação pelo capital dos movimentos que lhe fazem oposição parcial muitas vezes aparece como concessão benevolente aos trabalhadores, como no caso das melhorias sociais do “wellfare state” mencionadas acima. Entretanto, apesar das concessões, a artificialidade insuportável desse modo de vida plastificado não deixou de ser sentida e combatida pelas novas gerações de trabalhadores. Especialmente nos anos 1960, houve uma explosão de novas lutas sociais que desafiavam os parâmetros estreitos do consumismo capitalista, bem como o modo de vida burocratizado das sociedades pós-capitalistas, ultrapassando até mesmo a compreensão da esquerda política de então. Desenvolveram-se lutas em torno das questões de gênero, de raça, do meio ambiente, da cultura, da sexualidade, etc. A falta de articulação dessas lutas com um projeto socialista global produziu sua derrota e uma fragmentação ainda maior, convertendo-as todas em vertentes mais ou menos diluídas e inofensivas de reformismo (as políticas de “ação afirmativa” não classistas, os partidos verdes, as ONGs, etc.).

Para prevenir novas explosões de espontaneidade e criatividade como as dos anos 60, o capitalismo passou a fornecer ele mesmo uma série de alternativas de “estilo de vida” para as futuras gerações, transformando em mercadorias o sexo, as drogas e o rock n’ roll, sob a forma de pornografia, escapismo e inautenticidade industrializados. Uma vez descoberto o mecanismo de assimilação, os posteriores surtos de espontaneidade e criatividade (como o rap, os esportes radicais, os hackers, etc), cada vez mais empobrecidos, puderam ser também domesticados e esterilizados. Converteram-se todos em válvulas de escape passageiras para os momentos de desespero subjetivo, ao fim dos quais os indivíduos voltam ao redil do cotidiano alienado devidamente pacificados e conformados.

### EM BUSCA DE UMA SAÍDA PARA O CÍRCULO VICIOSO

De acordo com o que vimos acima, a situação concreta da classe trabalhadora é de aprisionamento numa tripla armadilha:

a) Fragmentação material, decorrente da mundialização, da formação de um mercado mundial de força de trabalho, da ofensiva pelo rebaixamento do custo da força de trabalho, da desindustrialização e especialização regressiva dos países periféricos, do ataque aos direitos e conquistas trabalhistas, do retrocesso na organização e nas formas de luta sindical e política, da precarização do trabalho, do afrouxamento dos laços de solidariedade de classe em cada país, cada setor econômico, cada local de

trabalho;

b) Crise ideológica, decorrente da ofensiva política da burguesia, da propaganda do “fim da história” e da morte do socialismo, da capitulação da esquerda reformista a esse ideário;

c) Asfixia subjetiva, decorrente da ofensiva da indústria cultural, do lazer e do consumismo capitalistas sobre a consciência, buscando construir um modo de vida atomizado, individualista, anti-social, despolitizado, egoísta, indiferente, apático, estéril; através da oferta de falsas alternativas existenciais mercantilizadas, desde o velho “sexo, drogas e rock n’ roll”, apresentado às vezes sob novas roupagens, até as igrejas evangélicas, a literatura de auto-ajuda, etc.

Desnecessário repetir que a atuação da esquerda que reivindica o marxismo revolucionário tem sido insuficiente para reverter esse quadro. O conjunto do proletariado está exposto a uma série de lutas que não se resumem ao aspecto econômico e político, que podemos denominar aqui de subjetivas. Trata-se da luta cotidiana de cada indivíduo para encontrar um sentido para continuar existindo em meio à barbárie e desumanidade reinante. A todo momento essa luta, travada por seis bilhões de seres humanos, produz no plano das consciências individuais uma série de crises, rupturas, derivas, inquietações, dilemas, impasses, dúvidas, questões.

É também uma tarefa do marxismo revolucionário responder a essas questões. Não podemos esperar que a vanguarda do proletariado compareça aos sindicatos para ser doutrinação por nós. É preciso buscar essa vanguarda também nas ruas, nas casas, nas salas de aula, nos espetáculos públicos, “perturbando” a quietude sepulcral desses ambientes esterilizados com a visão tentadora dos horizontes ilimitados da construção socialista. É preciso completar a luta sindical e política com a luta ideológica por uma nova cultura e uma nova subjetividade. Aí pode estar não um “desvio”, mas um atalho que dará acesso aos trabalhadores que não necessariamente freqüentam sindicatos e universidades, mas que estão em busca de uma alternativa ao modo de vida asfixiante do cotidiano capitalista.



# Índice

- Sobre a natureza das revoluções do pós-guerra e dos Estados “socialistas”
- Cuba diante de uma encruzilhada
- Recuperar o conceito de centralismo democrático dos bolcheviques
- A luta pela cultura e a cultura pela luta

*Primavera Vermelha*

Revista de debates, reflexão e crítica marxista